



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Renata Ferreira Vieira

Uma penca de canalhas:

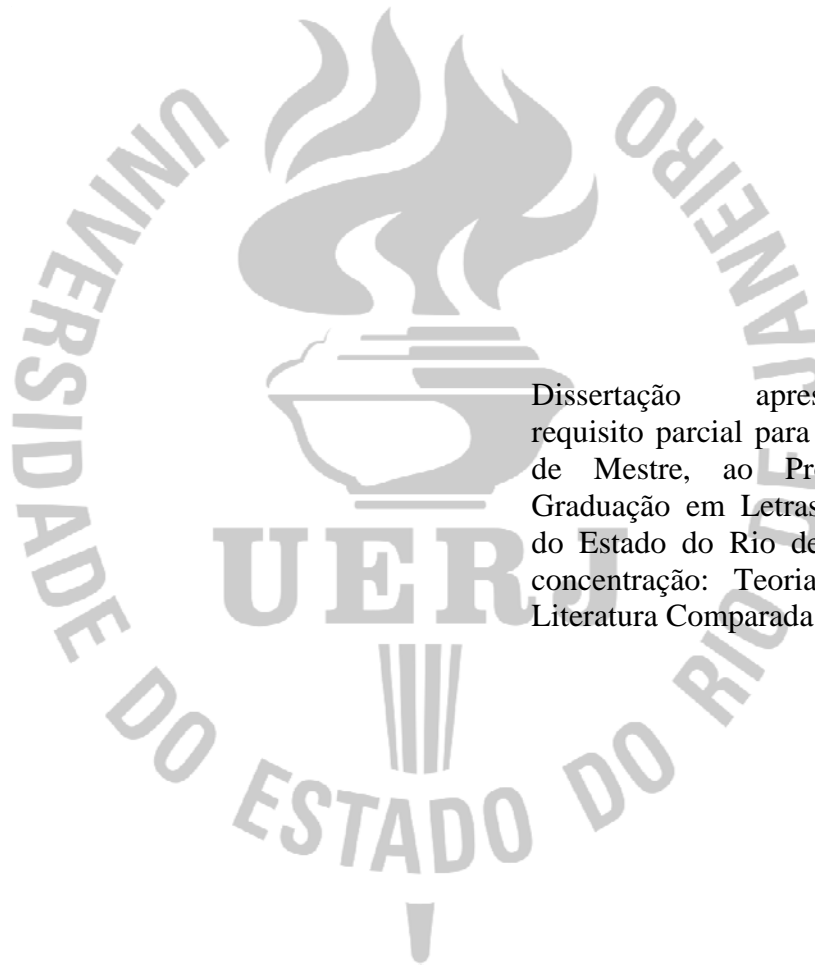
Figueiredo Pimentel e o naturalismo no Brasil

Rio de Janeiro

2015

Renata Ferreira Vieira

Uma penca de canalhas: Figueiredo Pimentel e o naturalismo no Brasil



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Mendes

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

V658	<p>Vieira, Renata Ferreira. Uma penca de canalhas: Figueiredo Pimentel e o naturalismo no Brasil / Renata Ferreira Vieira. – 2015. 150 f : il.</p> <p>Orientador: Leonardo Mendes. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Pimentel, Alberto Figueiredo, 1869-1914 – Crítica e interpretação - Teses. 2. Pimentel, Alberto Figueiredo, 1869-1914. O aborto – Teses. 3. Pimentel, Alberto Figueiredo, 1869-1914. Um canalha – Teses. 4. Naturalismo na literatura – Teses. 5. Literatura brasileira – Historiografia – Teses. I. Mendes, Leonardo Pinto, 1964-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 82.015(091)</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Renata Ferreira Vieira

Uma penca de canalhas: Figueiredo Pimentel e o naturalismo no Brasil

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada.

Aprovada em 26 de março de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Leonardo Mendes (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. José Luís Jobim de S. Fonseca
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Rafael Santana Gomes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2015

AGRADECIMENTOS

Ao longo da elaboração deste trabalho, contei com a colaboração de algumas pessoas e instituições. Para expressar meus agradecimentos àqueles que me apoiaram diretamente e indiretamente nesses dois anos de estudos e de pesquisa no mestrado, dedico-lhes minha sincera gratidão.

Ao Prof. Leonardo Mendes, meu orientador, cuja presença foi constante nesse “percurso” chamado dissertação, sempre atento e paciente comigo nos meus momentos de crise. Sua generosidade me acompanha desde 2008, durante as atividades de bolsista de Iniciação Científica PIBIC – UERJ (2008 – 2010) da pesquisa “O romance volteiro: Coelho Neto e a boemia do Rio antigo”, estendendo-se até 2012, no Curso de Especialização em Estudos Literários da Faculdade de Formação de Professores (UERJ). No mestrado, pude contar, novamente, com sua orientação competente de um pesquisador dedicado à produção de conhecimentos.

Aos professores Fernanda Lemos Lima, Maria Cristina Ribas e José Luís Jobim, pelas leituras e pelos debates que contribuíram para a construção de reflexões críticas sobre meus trabalhos apresentados durante o curso.

À professora Carlinda Pate Fragale Nuñez, pelo acolhimento nos primeiros dias no Programa de Pós-Graduação da UERJ e pela constante disposição para atender minhas solicitações referentes ao processo de validação da minha bolsa.

Aos secretários Claudia Pires Medeiros Bastos e Thiago Rodrigues Pereira da Fonte, pela atenção e pela disponibilidade para esclarecer as exigências dos procedimentos acadêmicos.

À UERJ e FAPERJ, pela concessão da bolsa, com a qual pude me dedicar exclusivamente às pesquisas do mestrado e à experiência de me habilitar como uma profissional de Letras de produção científica.

À Fundação Biblioteca Nacional, pela digitalização da sua hemeroteca, que foi de grande valia para as pesquisas desta dissertação.

Aos bibliotecários da Biblioteca Acadêmica Lúcio de Mendonça – Alice Gianotti, Luiz Antônio de Sousa e Suzie Helena Soares Pires, pelo atendimento atencioso na Academia Brasileira de Letras.

À comissão organizadora do IV e V Seminário dos Alunos de Pós-Graduação em Letras da UERJ – Áreas de Literatura, pela realização de eventos acadêmicos que permitiram o diálogo entre os alunos-pesquisadores e o debate acerca dos projetos de pesquisas desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação. Aos colegas Marina Pózes, Paola Oliveira, Marília Nascimento e Alexandre Amaral pelas colaborações e pela amizade.

Aos meus pais, Geraldo e Luci (*in memoriam*), pelo carinho dedicado que me estimulou a levar adiante a realização dos meus projetos. Seus incentivos foram indispensáveis para minha formação, com eles obtive bons resultados na minha trajetória acadêmica e, principalmente, a iniciativa para conquistar meus objetivos.

RESUMO

VIEIRA, Renata Ferreira. *Uma penca de canalhas*: Figueiredo Pimentel e o naturalismo no Brasil. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O nome do escritor fluminense Alberto Figueiredo Pimentel (1869 – 1914) é uma ausência notável na história da literatura brasileira e, principalmente, na história do naturalismo no Brasil. Observando que o tema naturalismo no Brasil ainda é mal compreendido pela historiografia, esta pesquisa tem como objetivo escrever a história do escritor Figueiredo Pimentel como autor de romances naturalistas, tendo como foco de interesse o estudo dos romances *O aborto*, publicado pela Livraria do Povo em 1893, e *Um canalha*, publicado pela Laemmert &Comp. em 1895, ambos no Rio de Janeiro. Para cumprir o objetivo do trabalho, a pesquisa levantou novas informações sobre Figueiredo Pimentel e sua relação com a estética naturalista, especialmente na década de 1890, no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Por meio das consultas às fontes primárias foi possível conhecer a trajetória de um escritor naturalista brasileiro esquecido e as primeiras recepções de *O aborto* e *Um canalha* pelos homens de letras – escritores, críticos, livreiros e editores – e pelo leitor comum.

Palavras-chave: Figueiredo Pimentel. Naturalismo. Historiografia.

ABSTRACT

VIEIRA, Renata Ferreira. *A bunch of scoundrels: Figueiredo Pimentel and naturalism in Brasil*. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Alberto Figueiredo Pimentel (1869 - 1914) is a notable absence in Brazilian literature and history, especially in the history of naturalism in Brazil. Noting that the theme of naturalism in Brazil is still mis understood by historiography, this research aims to write the history of Figueiredo Pimentel as writer and author of naturalistic novels, focusing on the study of his novels *O aborto*, published by the Livraria do Povo in 1893, and *Um canalha*, published by Laemmert & Comp. in 1895, both in Rio de Janeiro. To fulfill the objective of the work, the research has raised new data about Figueiredo Pimentel and his relationship with the naturalistic esthetic, especially in the 1890s, in the collection of the Brazilian Digital Newspaper Library. Through consultations of primary sources it was possible to know the history of a forgotten Brazilian naturalist writer and the first receptions of *O aborto* and *Um canalha* by writers, critics, booksellers, publishers and the general reader.

Keywords: Figueiredo Pimentel. Naturalism. Historiography.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	A TRAJETÓRIA DO ESCRITOR ALBERTO FIGUEIREDO PIMENTEL.....	14
1.1	O início do sucesso.....	14
1.2	Pedro da Silva Quaresma e a Livraria do Povo, editora de <i>O aborto</i>	17
1.3	A Livraria Laemmert, editora de <i>Um canalha</i>	22
1.4	Figueiredo Pimentel e a literatura infanto-juvenil.....	24
1.5	<i>Suicida!</i>	27
1.6	<i>O terror dos maridos</i>	28
1.7	Reconhecimento e atribulações.....	30
1.8	O auge da fama: ‘O Binóculo’, na <i>Gazeta de Notícias</i>	31
1.9	A morte de Figueiredo Pimentel.....	37
2	O “CASO ABEL PARENTE” E A POLÊMICA EM TORNO DA CONTRACEPÇÃO E DO ABORTO NAS DÉCADAS DE 1890 E 1900.....	40
2.1	O médico Abel Parente.....	40
2.2	A polêmica e o primeiro processo.....	42
2.3	O “caso Abel Parente” e o romance <i>O aborto</i>	51
2.4	Arquivamento do processo e desdobramentos.....	55
2.5	Novo processo, manifestação e consagração.....	61
2.6	A morte de Abel Parente.....	65
3	<i>O ABORTO</i> (1893).....	68
3.1	A publicação do romance.....	68
3.2	Alvoroço de crítica e de público.....	72

3.3	A trajetória de Maricota de Rio Bonito a Niterói.....	76
3.4	A dedicatória escandalosa.....	80
3.5	<i>O aborto</i>, tédio e banalidade.....	81
3.6	O Bode Velho.....	85
3.7	Mário e Maricota.....	87
3.8	Naturalismo, escândalo e pornografia.....	89
3.9	Maricota lê sua própria história.....	100
3.10	O fim.....	101
4	<i>UM CANALHA</i> (1895).....	109
4.1	A publicação do romance.....	109
4.2	Os críticos e os jornais.....	112
4.3	As críticas.....	114
4.4	A réplica de Figueiredo Pimentel.....	118
4.5	<i>Um canalha</i> e a cleptomania.....	119
4.6	<i>Um canalha</i> e os gêneros jornalísticos.....	121
4.7	Dr. Guarani Cardoso em Macaé.....	124
4.8	Dr. Guarani Cardoso em Campos.....	125
4.9	O fim do Dr. Guarani Cardoso em Niterói.....	127
4.10	<i>Um canalha</i>, naturalismo, Flaubert e Zola.....	130
4.11	Isabelinha.....	130
4.12	<i>O aborto</i> x <i>Um canalha</i>.....	132
4.13	<i>Um canalha</i> na revista <i>A Cigarra</i>.....	133
4.14	Outras vozes críticas.....	134
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139

REFERÊNCIAS.....	145
-------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Em 2011, no segundo semestre do Curso de Especialização em Estudos Literários da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, recebi do meu orientador (professor Leonardo Mendes) a proposta de localizar dois romances esquecidos do escritor Alberto Figueiredo Pimentel (1869–1914): *O aborto* (1893) e *Um canalha* (1895). Nessa época participava da pesquisa “O romance das coisas medíocres: naturalismo, banalidade e desilusão na ficção brasileira da *Belle Époque*”, coordenada pelo professor, que tinha como objetivo expandir o *corpus* do romance naturalista brasileiro para incluir narrativas esquecidas e/ou incompreendidas pela tradição crítica, no período de 1880 a 1910. A expansão do *corpus* explorada pela pesquisa incluía a produção ficcional dos escritores Coelho Neto (1864–1934) e Pardal Mallet (1864–1894).

Os estudos estavam focados nesses dois escritores, mas o nome de Figueiredo Pimentel surgiu no horizonte de pesquisa, apresentando-se como uma nova etapa de investigação sobre os romances naturalistas esquecidos. Diante dessa possibilidade, iniciei a busca pelos romances de Figueiredo Pimentel em 26 de setembro de 2011, localizando, em 04 de outubro, um exemplar de *O aborto* no acervo da Biblioteca José de Alencar, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e um exemplar de *Um canalha* no acervo da Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

A busca pelos romances de Figueiredo Pimentel despertou meu interesse pelo escritor, porém não o incluí no meu trabalho final de Especialização porque a monografia tinha como objetivo expandir os resultados obtidos na minha trajetória como bolsista de Iniciação Científica (PIBIC – UERJ), de 2008 a 2010: revitalizar o estatuto crítico dos escritores esquecidos Coelho Neto e Pardal Mallet. Desse modo, continuei meus estudos no curso, e o professor deu continuidade na sua pesquisa sobre o naturalismo no Brasil. Passados quatro anos, a proposta de localizar *O aborto* e *Um canalha* germinou para se transformar na minha dissertação de mestrado.

Nas décadas de 1890 a 1910, Figueiredo Pimentel era conhecido como um dos escritores e jornalistas mais produtivos do Rio de Janeiro. Assim como outros homens de letras de sua geração, como Coelho Neto e Olavo Bilac (1865–1918), Figueiredo Pimentel foi um polígrafo que produziu uma extensa quantidade de obras, em variados gêneros textuais: conto, poesia, crônica, teatro, folhetim, romance e literatura infantil, desempenhando várias facetas literárias em sua trajetória. Dessas facetas, duas foram parcialmente estudadas pela

historiografia: a de cronista da coluna ‘O Binóculo’ da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, que debatia os costumes cariocas na *Belle Époque* (NEEDEL, 1993); e a de autor bem-sucedido no gênero de literatura infanto-juvenil (LEÃO, 2012).

Na sua trajetória há uma faceta que permanece pouco conhecida: o Figueiredo Pimentel autor de romances naturalistas, com que estreou na vida literária em 1893, com grande escândalo, ao lançar *O aborto*. Interessada na faceta naturalista do escritor, esta dissertação tem como objetivo escrever a história de Figueiredo Pimentel como romancista naturalista, adotando uma concepção ampliada de naturalismo e atentando para seus variados subgêneros e modos de execução (BAGULEY, 1990).

Embora tenha publicado outros dois romances naturalistas – *Suicida!* (1895) e *O terror dos maridos* (1896), esta dissertação se restringirá aos estudos dos dois primeiros romances do escritor: *O aborto* e *Um canalha*. Para cumprir o objetivo do trabalho, a pesquisa investigou novas informações sobre Figueiredo Pimentel e sua relação com a estética naturalista, especialmente na década de 1890, no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, e pretende contribuir para uma nova historiografia do naturalismo no Brasil.

Com o lançamento da Hemeroteca Digital Brasileira, em 05 de julho de 2012, a Fundação Biblioteca Nacional disponibilizou um vasto acervo de periódicos brasileiros de diversas cidades, publicados entre os séculos XVII e XXI. A disponibilização desse material facilitou a consulta e, principalmente, o conhecimento da opinião pública sobre a vida cultural da sociedade dessas épocas. Sendo a bibliografia sobre Figueiredo Pimentel como escritor naturalista praticamente inexistente, a pesquisa valeu-se da leitura dos jornais que registravam informações sobre o autor e o naturalismo por meio de notícias, resenhas, anúncios de livrarias, artigos e comentários, no intuito de conhecer sua trajetória e a primeira circulação dos romances *O aborto* e *Um canalha*.

O conhecimento dos registros sobre Figueiredo Pimentel e os romances *O aborto* e *Um canalha* nos permitiu compreender como essas obras foram lidas e apropriadas pelos leitores da última década do século XIX, como também perceber como o mercado editorial anunciava os livros do escritor para o público leitor. O espetacular acervo da Hemeroteca Digital Brasileira foi a principal fonte de informações para a construção deste trabalho, acrescido das narrativas críticas e historiográficas que aparecem na bibliografia, assim como de outros estudos recentes publicados sobre outras facetas de Figueiredo Pimentel.

No primeiro capítulo, apresentamos um panorama da carreira de escritor e de jornalista de Figueiredo Pimentel, que se iniciou no final da década de 1880 no jornal

niteroiense *Província do Rio*, assinando com vários pseudônimos poesias, crônicas e folhetins. Após a passagem do escritor pelo jornal de Niterói, acompanhamos sua trajetória de escritor profissional pelos principais jornais do país, suas incursões em outros gêneros textuais e suas relações de trabalho com as livrarias-editoras da cidade do Rio de Janeiro, até sua morte em 1914, aos quarenta e quatro anos.

No segundo capítulo, apresentamos a história de uma polêmica científica que agitou a sociedade brasileira nas décadas de 1890 e 1900: o “caso Abel Parente”. A polêmica resultou numa investigação policial e dois processos contra o médico italiano Abel Parente (1851–1923), que anunciava seu processo de esterilização feminina nos jornais da capital federal a partir de 1893. Compreendido pelos setores conservadores da classe médica e da sociedade como uma forma de aborto, o método contraceptivo desenvolvido pelo ginecologista gerou um intenso debate acerca da contracepção e da interrupção da gravidez nos primórdios da República, no qual o romance de Figueiredo Pimentel se inseria.

No terceiro capítulo, apresentamos uma leitura de *O aborto* a partir da história da escrita, publicação e recepção do primeiro romance naturalista de Figueiredo Pimentel, um *best-seller* que foi considerado pela crítica da época como uma obra pornográfica. Por meio da leitura desse livro polêmico, conhecemos a vida banal (e sexual) da jovem Maricota, moradora de Niterói, que escandalizou a opinião pública e proporcionou a Livraria do Povo um dos seus maiores êxitos editoriais. Vamos estudar a reação dos críticos e de leitores comuns ao romance, suas interfaces com a literatura pornográfica, assim como perceber como ele se afastava e se aproximava da tradição naturalista.

No quarto e último capítulo, apresentamos uma leitura de *Um canalha* a partir da história da escrita, publicação e recepção do segundo romance naturalista do escritor. Sem ter as marcas pornográficas do romance de estreia de Figueiredo Pimentel, em *Um canalha* acompanhamos a trajetória do Dr. Guarani Cardoso, um golpista medíocre que sob a toga de juiz comete “pequenos crimes” por motivo torpe. O estudo de *Um canalha* nos ajuda a contemplar e compreender um aspecto pouco estudado na historiografia do naturalismo no Brasil: a interface da estética com os gêneros jornalísticos e com o que David Baguley (1990) chamou de “ortodoxia da banalidade”.

Em agosto de 1895, ao avaliar o segundo romance de Figueiredo Pimentel, o crítico Valentim Magalhães (1859-1903), um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, expressou seu espanto com a quantidade de personagens “baixos” na narrativa e sugeriu que ao invés de *Um canalha*, a obra deveria se chamar “uma penca de canalhas” (*A Notícia*, 06 a 07/08/1895, p. 1-2). Consideramos a expressão ilustrativa do universo ficcional do

naturalismo (e da obra de Figueiredo Pimentel) e por isso a tomamos como título desta dissertação.

1 A TRAJETÓRIA DO ESCRITOR ALBERTO FIGUEIREDO PIMENTEL

1.1 O início do sucesso

Se o nome de Alberto Figueiredo Pimentel aparece pouco nos livros de história e crítica da literatura brasileira a partir do século XX, na imprensa brasileira do final do século XIX e início do XX ele era recorrente. Pelas páginas dos jornais do período podemos conhecer sua trajetória profissional de homem de letras. De fato, nos anos incipientes da República, entre as décadas de 1890 a 1910, Figueiredo Pimentel foi um escritor e jornalista de atuação destacada nos campos literário e jornalístico do Rio de Janeiro, praticante de vários gêneros textuais, do romance naturalista de escândalo ao conto de fadas, com espaço nos principais jornais do país, como cronista e redator.

Natural de Macaé/RJ, Figueiredo Pimentel iniciou sua carreira no jornalismo no final da década de 1880, no *Província do Rio*, jornal da cidade de Niterói (CATHARINA, 2013). No *Província do Rio*, Figueiredo Pimentel apresentou, desde cedo, aptidão para escrever uma pluralidade de textos por meio dos seus quatro pseudônimos, entre eles: o “imoral” Albino Peixoto, autor do folhetim *O artigo 200*, que daria origem ao bem-sucedido romance *O aborto*; o atrevido Chico Botija, na seção “Entre as X e as XI”; o Abelhudo, nos artigos “Para as moças”; o Tesoura, na seção “Chá de garfo”; e o Heitor Vasco, nas colunas sobre poesias (PIMENTEL, 1893, p. 87). Como só conhecemos quatro edições do jornal niteroiense – o exemplar do nº1 (de 15/04/1883), do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e os três exemplares dos números 223 (de 03/12/1885), 574 (de 15/03/1888) e 656 (de 25/09/1888), pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional –, não sabemos com precisão as características dos pseudônimos do início da carreira de Figueiredo Pimentel.

Mas sabemos pelo escritor, por meio de suas declarações na imprensa, que Chico Botija era seu pseudônimo mais popular, com direito de integrar a produção ficcional do autor, como no romance *O aborto*. Sua primeira aparição na história ocorre durante o passeio da protagonista Maricota no centro de Niterói. Nele, Figueiredo Pimentel se autorretratou como Chico Botija, o que nos permite perceber como o autor projetava uma imagem de jovem escritor boêmio, popular e destemido, “sem papas na língua”, tido como inimigo dos pais de família:

- Olha o Chico Botija!, exclamou Carola Almeida voltando-se para as irmãs. Maricota notou o rapaz designado – moço de estatura regular, criança ainda, levemente amorenado, de cara larga, fisionomia risonha e expansiva, apenas com um ligeiro buço sombreando-lhe o lábio superior e um par de costeletas minúsculas, crescendo alguns centímetros pelas faces. Vestia calças escuras de flanela, botinas de pano branco com umas delgadas tiras de couro amarelo, *veston* cor de ferrugem, gravata vermelha num grande laço flutuante, uma belíssima rosa escarlata à *boutonnière* do jaquetão, monóculo de aro de tartaruga encravado no olho direito, na cabeça largo *sombrero* espanhol, um tanto desabado para a orelha esquerda.

A Rodrigues pediu informações:

- Quem é Carola? que Chico Botija é esse com um nome tão engraçado?

- Um jornalista, explicou Anita, “que usa tal pseudônimo quando escreve na *Província do Rio* uma seção intitulada *Entre as X e as XI*. E como diz sempre muito desaforo, em tom de pândega, sem papas na língua, criticando satiricamente todas as pessoas e todas as coisas, é muito lido e ficou muito conhecido. Dá-se bastante conosco, como com as outras moças de Niterói, e naturalmente virá cumprimentar-nos.

- Mas você não diga lá em casa, continuou Carola, que ele falou conosco. Papai não gosta do Chico Botija e é capaz de não consentir que a gente volte mais ao jardim. Interromperam a conversa pela aproximação do moço, que se encaminhava para elas, sorridente e amável. Maricota voltou para casa satisfeítíssima com o passeio (PIMENTEL, 1893, p. 33–34).

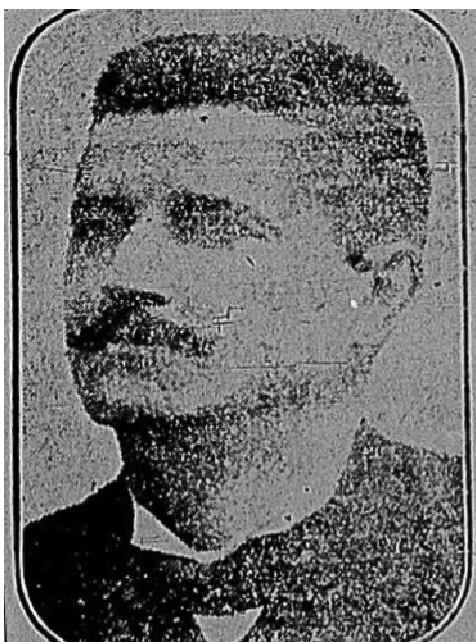
Após sua passagem pelo *Província do Rio*, Figueiredo Pimentel prosseguiu na carreira de escritor e jornalista em diversos jornais da capital federal. Na década de 1890, a profusão de seus trabalhos literários ganhou repercussão na opinião pública. Em 1891, no cargo de redator de *O País*, ao lado do colega de trabalho, o escritor e jornalista maranhense Coelho Neto, Figueiredo Pimentel ampliou suas relações sociais entre os homens de letras e efetuou negócios promissores num mercado editorial em expansão (*A Notícia* 06 a 07/02/1914, p.1). Apesar da pouca idade, aos 23 anos, o escritor marcou a história da literatura brasileira com o lançamento do romance naturalista *O aborto*, publicado pela Livraria do Povo.



Legenda: Jornal *Província do Rio*, exemplar do nº1 (de 15/04/1883).
Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro.

1.2 Pedro da Silva Quaresma e a Livraria do Povo, editora de *O aborto*

No comércio livreiro do Rio de Janeiro de 1850, os nomes das livrarias-editoras mais conhecidas pelos homens de letras eram a Laemmert e a Garnier – dois selos editoriais de prestígio e especializados em edições sofisticadas. A partir de 1870, o mercado editorial carioca começou a expandir, com o surgimento de pequenas livrarias espalhadas pelas ruas centrais da capital federal, que vendiam livros populares, revistas ilustradas e uma imensa variedade de publicações de assuntos diversos (EL FAR, 2004). Em 1880, no auge da expansão editorial, outros nomes surgiram no comércio livreiro, como o de Pedro da Silva Quaresma (1863–1921), um jovem empreendedor que ingressou no ramo de livros e tornou-se, onze anos depois, o livreiro-editor mais reconhecido da cidade.



Legenda: Pedro da Silva Quaresma – o livreiro-editor que popularizou a leitura no Brasil.
Fonte: *A Noite*/RJ, 30/08/1921, p. 4

Em 1891, Pedro Quaresma apresentou à comunidade comercial e financeira do Rio de Janeiro seu título de sócio-proprietário da Livraria Quaresma & C., conforme a nota do jornal carioca *O Tempo* que, posteriormente, foi republicada nas seções comerciais de diversos jornais da cidade, como os influentes *O País* e a *Gazeta de Notícias*, durante a primeira quinzena de outubro:

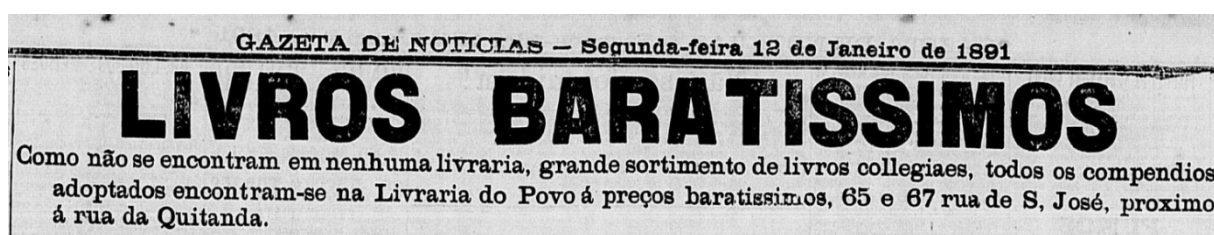
A PRAÇA

Rio, 7 de outubro de 1891.

De 7 a 9 de julho último foram arquivados na Secretaria da Junta Comercial os seguintes contratos e distratos de sociedades comerciais:

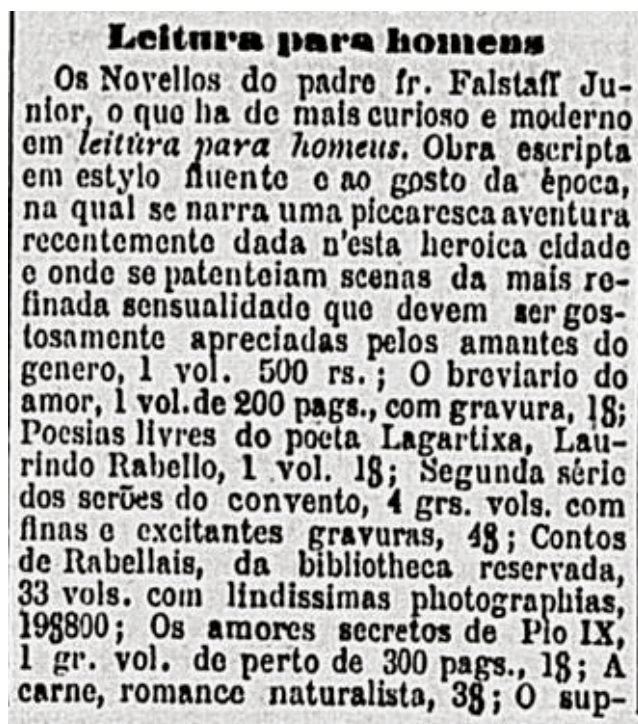
Contratos – De Pedro da Silva Quaresma e o comanditário Nuno Alvaro de Lossio, para o comércio de livros, nesta praça, à Rua de S. José nº65 e 67, com o capital de 40:000\$ [quarenta mil réis], sendo 20:000\$ [vinte mil réis] do comanditário, sob a firma de Quaresma & C (*O Tempo*, Rio de Janeiro, 07/10/1891, p. 4).

Com função de gerente na sociedade, Pedro Quaresma ficou à frente dos negócios. A prioridade do livreiro-editor era explorar, intensivamente, o filão dos livros populares para fins utilitários, como os *Folhetos de Música* (para acompanhar as modinhas em voga), os *Manuais do Namorado* (para ensinar a redação das declarações de amor) e o *Orador do Povo* (coletânea de discursos familiares para festas, batizados e casamentos) (LEÃO, 2012). Além de editar essas brochuras, a Livraria Quaresma investiu, energicamente, nos romances naturalistas de enredos sensacionalistas, considerados obscenos e lúbricos, que também eram associados ao gênero pornográfico. Nos anúncios da livraria (com antigo nome comercial, Livraria do Povo), os romances dessa categoria eram classificados como “leitura para homens”, no intuito de alertar ao público leitor que o livro era impróprio para as “mulheres de boa família” (EL FAR, 2004).



Legenda: Chamada de um anúncio da Livraria do Povo. O livro barato como chamariz.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 12 de janeiro de 1891, p. 5.



Legenda: Fragmento do mesmo anúncio da Livraria do Povo. O romance naturalista *A carne* (1888), de Júlio Ribeiro (1845-1890), aparece na categoria de “Leitura para homens”.

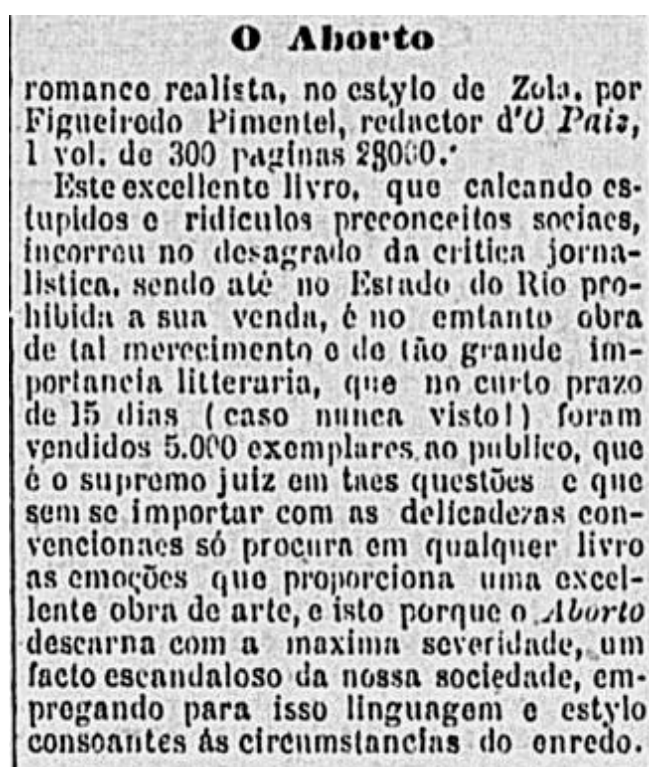
Fonte: *Gazeta de Notícias*, 12 de janeiro de 1891, p. 5.

Após conquistar a preferência dos leitores nas edições de obras populares (MACHADO, 2008), Pedro Quaresma percebeu que a publicação de “romances para homens” era uma nova oportunidade de negócios que surgia no comércio livreiro. Para aguçar o gosto por essa literatura erótico-pornográfica, o editor da Livraria do Povo associou-se a escritores audaciosos e dispostos a despontar no gênero nada recatado de literatura. Nessa combinação de fatores, em 1893, a parceria entre Pedro Quaresma e o estreante Figueiredo Pimentel efetivou-se no mercado editorial, aumentando o movimento da livraria mais popular da cidade. A associação entre o livreiro e o escritor nos ajuda a perceber que, do ponto de vista comercial, a ficção naturalista cabia na categoria de “romances para homens”.

O romance de estreia do jovem escritor “causou grande alarma no seio da sociedade brasileira” (*A Notícia* 06 a 07/02/1914, p. 1). Antes de ser editado em volume, ele tinha sido publicado em folhetins pelo *Província do Rio*, em 1889, sob o título de *O artigo 200*, que narrava um caso de aborto de uma moça de família pequeno-burguesa que foi viver em Niterói (*Gazeta de Notícias*, 03/07/1893, p. 1). Para a maioria dos críticos, o livro não representava uma obra autêntica da estética naturalista, devido à descrição de “cenas escabrosas que nada influíam na urdidura do romance, que não esclareciam, nem explicavam

o temperamento dos personagens e o determinismo dos seus atos” (*Jornal do Brasil*, 19/04/1893, p. 2).

Num anúncio publicado na *Gazeta de Notícias* a 11 de abril de 1893, a Livraria do Povo defendeu o romance de Figueiredo Pimentel, alegou que sua venda havia sido proibida no Estado do Rio de Janeiro,¹ e denunciou os “estúpidos e ridículos preconceitos sociais da crítica jornalística” que haviam repudiado a obra. A Livraria alegava ter vendido incríveis cinco mil exemplares de *O aborto* em 15 dias. Nesse contexto, o anúncio de Pedro Quaresma era um ato de rebeldia contra os homens de letras, a moral dominante e o controle da leitura:



Legenda: Fragmento do anúncio da Livraria do Povo.
Fonte: *Gazeta de Notícias/RJ*, 11 de abril de 1893, p. 7.

Araripe Júnior (1848-1911), o crítico mais receptivo ao romance naturalista (MENDES, 2006a), na coluna “Retrospectiva Literária de 1893”, ficou “chocado com a brutalidade de *O aborto*”, apesar de reconhecer o talento de narrador de Figueiredo Pimentel. Embora não gostasse do romance, o crítico compreendeu que a “inexperiência do autor” era responsável pelos abusos empregados na literatura e que a “fase pornográfica” seria fato passado na carreira de Figueiredo Pimentel (*A Semana*, 08/08/1894, p. 458):

¹ A pesquisa não encontrou documentos que comprovassem essa alegação.

Brutal por brutal, é preferível *O aborto* de Figueiredo Pimentel, por que este ao menos possui o talento de narrador. Ele não sabe usar os métodos de exposição dos naturalistas; mas sabe interessar. Délia [romancista] pretende nos seus livros discutir fatos que a moral condena: Figueiredo Pimentel não cogita disto. O seu propósito cifra-se em afrontar a castidade e a pudicícia; nada o embaraça nesse caminho; e o romance sai-lhe da pena cheio de ousadias pornográficas diante das quais recuariam os mais atrevidos naturalistas (*A Semana*, 08/08/1894, p.458).

Devido à repercussão de *O aborto*, o romance de Figueiredo Pimentel foi um dos livros selecionados por Araripe Júnior para apresentar as obras que se destacaram em 1893. O ano foi marcado pelo lançamento de *A normalista*, romance de estreia do escritor naturalista Adolfo Caminha (1867-1897), pela Revolta da Armada, pelo “escândalo” da descoberta científica do ginecologista Abel Parente e pelo “espantoso” sucesso de livraria de *O aborto* e sua “alvorçada” recepção crítica.

Se Araripe Júnior considerou *O aborto* digno de nota em 1893 por causa da “agitação dos comentários” sobre o romance, José Veríssimo (1857-1916), outro crítico importante do final do século XIX, sequer escreveu uma linha sobre o “livro obsceno que alvoroçou as penas da crítica literária” na imprensa brasileira (PIMENTEL, 1897, p. 01–02). Resistente aos romances naturalistas, sempre com “excessivas cenas escabrosas”, Veríssimo evitava apreciá-los, pois percebia a interface da ficção naturalista com a tradição pornográfica, conforme sua declaração no estudo ‘O romance naturalista no Brasil’, a propósito do romance *Hortência* (1888), do escritor João Marques de Carvalho (1866-1910):

O Sr. Marques de Carvalho confundiu na *Hortência* o naturalismo com Zola, falseou o seu talento, forçou a nota crua, não recuou diante das mais torpes obscenidades, **reviveu a tradição simplesmente pornográfica dos livros cujos nomes nem é decente citar** – e o seu livro, no qual uma leitura atenta reconhece aqui e ali um singular dote de narrador, não passa de uma cópia forçosamente pálida da maneira zolista (VERÍSSIMO, 1977, p. 194–195, grifos nossos).

Dois anos depois, quando apareceu *Um canalha*, José Veríssimo alegou na *Revista Brasileira* ser esse o único livro que conhecia de Figueiredo Pimentel:

Um canalha por Figueiredo Pimentel. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1895, in-16, 172 p.

[...] O Sr. Figueiredo Pimentel, parece-me neste seu livro, **único que dele conheço**, possuir excelentes disposições para aquele gênero de literatura [romance-folhetim], em que as primeiras qualidades são saber interessar o leitor, prender-lhe a atenção e aparelhar com arte as situações e os efeitos, que são o regalo dos leitores comuns desta casta de romances (*Revista Brasileira*, t. 4, out./dez. 1895, p.60, grifos nossos).

É difícil de acreditar que José Veríssimo não tenha tomado conhecimento da publicação de um *best-seller* polêmico como *O aborto*. O silêncio do crítico era sintomático do tremendo mal-estar que o romance de estreia de Figueiredo Pimentel deve ter causado entre os homens de letras.

1.3 A Livraria Laemmert, editora de *Um canalha*

Após o sucesso de vendas de *O aborto* e a repercussão do seu nome no mercado editorial do Rio de Janeiro, Figueiredo Pimentel e os editores da Livraria Laemmert trouxeram a público *Um canalha* em 1895, o segundo romance do escritor publicado por uma livraria. A venda dos direitos de publicação de *Um canalha* à Laemmert permitiu que a trajetória de Figueiredo Pimentel ganhasse destaque, levando a uma expansão dos leitores potenciais para além dos limites da cidade do Rio de Janeiro, pois a livraria-editora possuía filiais em São Paulo e no Recife, garantindo a circulação ampla do romance.

A Laemmert era uma das livrarias-editoras mais conceituadas do Rio de Janeiro durante o século XIX. Localizada na Rua da Quitanda nº 77, a editora, fundada em 1838 em sociedade pelos alemães (e irmãos) Eduardo (1806–1880) e Henrique (1812–1884) Laemmert, foi um dos exemplos bem sucedidos do negócio editorial no Brasil. Sob a inscrição social “E. & H. Laemmert, mercadores de livros e de música”, a editora dos irmãos Eduardo e Henrique tornou-se conhecida em todo país a partir de 1839, com a publicação anual da *Folhinha*, revista literária redigida por Eduardo (EL FAR, 2004). Em 1844, a editora consolidou sua notoriedade com o lançamento do *Almanak Laemmert* (catálogo sobre administração industrial e mercantil da província do Rio de Janeiro), intensificando, ainda mais, suas vendas de dicionários, gramáticas e estudos históricos (HALLEWELL, 1985).

Em 1867, a Laemmert se consolidou no mercado editorial, devido à especialidade da editora em vender obras científicas e ao reconhecimento de ser “a melhor oficina de encadernação e impressão da corte” (*O Tipógrafo*, 13/11/1867, p. 1). Com quase trinta anos de negócios no Rio de Janeiro, a Laemmert praticamente não tinha concorrentes na venda de obras de referência, de manuais técnicos e de ensino, garantindo à editora clientes fidelíssimos. Sem disputas pela clientela, a Laemmert e a Livraria Garnier, do livreiro–editor francês Baptiste Louis Garnier (1823–1893) – que publicava obras de autores consagrados, como Machado de Assis (1839-1908) e Aluísio Azevedo (1857-1913) –, lideravam o comércio livreiro com a estabilidade dos seus selos no campo editorial carioca (EL FAR, 2004). A virada na trajetória da Laemmert foi a mudança de endereço. Em 1868, a Livraria

mudou-se da Rua da Quitanda para a Rua do Ouvidor nº 66 – o ponto de encontro das lojas mais chiques e livrarias de prestígio da cidade (HALLEWELL, 1985; EL FAR, 2004).

Na década de 1890, a Laemmert enveredou por outro ramo do comércio livreiro: o de obras literárias. A ocupação mais agressiva desse setor veio após a morte do livreiro-editor Garnier, em 1893, que dominara até então o mercado editorial das belas-letras. Com a morte do Garnier, a Laemmert e outras livrarias aproveitaram a oportunidade para ampliar seus negócios por meio das edições dos romances nacionais de maior popularidade, de romances-folhetins franceses e outros textos de literatura estrangeira traduzidos (EL FAR, 2004). Nessa conjuntura, a Laemmert traduziu e publicou uma série de textos de escritores franceses, como Guy de Maupassant (1850–1893), Emile Zola (1840–1902), Georges Ohnet (1848–1918) e Alphonse Daudet (1840–1897), como também buscou lançar títulos de apelo erótico ou “picantes”, na concepção de alguns intelectuais, entre eles *Pimentões* (1897), de Puff & Puck – pseudônimos de Olavo Bilac e de Guimarães Passos (1867–1909), *Álbuns de Caliban* (1897), de Coelho Neto e *Casos alegres* (1905), de Pedro Rabelo (1868–1905) (EL FAR, 2004).

De olho no promissor mercado de prosa de ficção, a Laemmert comprou a propriedade do romance *Um canalha*. A proeza de vender mais de cinco mil exemplares de *O aborto* garantiu a Figueiredo Pimentel às portas abertas da Laemmert, que apostava na fama do escritor para salvaguardar a “zona de conforto” da editora: a inexistência de livros encalhados nas estantes (EL FAR, 2004). A parceria entre a prestigiosa Laemmert e Figueiredo Pimentel foi registrada pela *Gazeta de Notícias* em 1894, numa nota sobre o breve lançamento do segundo romance naturalista do escritor:

Laemmert & C. compraram a propriedade de *Um canalha*, romance naturalista de Figueiredo Pimentel, autor de *O aborto*, *Contos da Carochinha*, *Fototipias* etc. A obra, excelentemente impressa, sairá dentro de pouco tempo (*Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro* 19/12/1894, p. 2).

A expectativa pelo próximo romance de Figueiredo Pimentel “inquietava” os críticos na imprensa, pois todos esperavam do escritor outro livro escandaloso como *O aborto*, livros do acervo da “Biblioteca Picante”, “de teor malicioso e pornográfico”, vendidos nos catálogos dos romances reservados para o público masculino (EL FAR, 2004, p. 193). Mas para a frustração (ou alívio) dos críticos, *Um canalha* não continha as “cenas ousadas” de *O aborto*. Segundo Valentim Magalhães, “sua decepção com o novo romance de Figueiredo Pimentel” era agradável:

Esperava ter de corar frequentes vezes lendo *Um canalha*, atenta a fama adquirida pelo autor com *O aborto*. Pois, senhores, *Um canalha* é mais casto, o mais velado, o mais inocente romance do século. Puro como a neve alpina. [...] É incontestável que

este livro marca um grande progresso sobre *O aborto*. É de esperar que no romance a seguir a *Um canalha* se manifestem em toda sua força as qualidades que para este gênero literário possui o Sr. Figueiredo Pimentel. V. (*A Notícia*, 06 a 07/08/1895, p.1-2).

Na coluna ‘Livro da porta’ da *Revista Ilustrada*, fundada pelo caricaturista ítalo-brasileiro Ângelo Agostini (1843–1910),² o avanço de Figueiredo Pimentel, em *Um canalha*, era perceptível para o articulista, apesar de “alguns defeitos do escritor”:

Um canalha, romance de Figueiredo Pimentel, editores Laemmert &C.

Não é um desconhecido o autor deste livro, e foi há pouco muito falado no Rio de Janeiro, a propósito do seu *Aborto*, romance de assunto ultraescandaloso, cruamente desenvolvido. *Um canalha* não obedece ao mesmo espírito de ataque às velhas fórmulas da moral, e nada tem das tendências demolidas que o *Aborto* patenteava. Sob este ponto de vista, devemos felicitar o autor, que incontestavelmente progride na sua atividade incansável. Neste novo livro, a par de sensíveis defeitos, que o tempo corrigirá, como falta de originalidade na ideia e na ação e falta de vigor descritivo nos personagens, há qualidades notáveis, que prometem um bom romancista (*Revista Ilustrada*, Ano 20, n.693, p.7).

1.4 Figueiredo Pimentel e a literatura infanto-juvenil

Antes da publicação de *Um canalha*, em 1894, Figueiredo Pimentel enveredou pela literatura infantil, sinalizando para sua disposição em ocupar simultaneamente várias posições no campo literário. Era o mesmo escritor que um ano antes havia escandalizado a opinião pública com a publicação de *O aborto*, a ponto de o crítico Magalhães de Azeredo (1872–1963) sugerir ironicamente erigir uma estátua na Rua 7 de setembro (local onde se concentravam os prostíbulos do Rio) para homenagear o autor (*Gazeta de Notícias/RJ*, 03/07/1893, p. 1).

O contrato longo e rentável com a Livraria do Povo foi o mais exitoso da carreira do escritor, durante a última década do século XIX e a primeira do século XX, por meio das publicações do seu romance de estreia e a série de livros moralizantes para a infância e a juventude, como *Filha, Esposa, Mãe e Avó* e as *Histórias da Avozinha*:

NOTÍCIAS DIVERSAS

Dentro de poucos dias aparecerá mais um novo livro, tradução do escritor Figueiredo Pimentel, intitulado *Filha, Esposa, Mãe e Avó*, e é o primeiro da Biblioteca Juvenil, série de obras especialmente oferecidas à juventude brasileira, do mesmo modo que a uma interessante e conhecidíssima Biblioteca Infantil é feita

²Ângelo Agostini (1843–1910) foi o principal artista gráfico da imprensa brasileira da segunda metade do século XIX.

para crianças. Quem já leu grande parte da *Filha, Esposa, Mãe e Avó*, no original francês, garante-nos que não conhece obra que se lhe compare, sob o ponto de vista da moralidade e da religião. Esse trabalho, como a maior parte dos outros do mesmo escritor, é editado pela Livraria do Povo, dos Srs. Quaresma & C. (*Jornal do Brasil*, 11/09/1899, p.3).

Em acordo com seu editor Pedro Quaresma, Figueiredo Pimentel ficou responsável pela organização de coletâneas de contos infantis populares de vários países, traduzidas e adaptadas por ele, e publicadas pela Biblioteca Infantil da Quaresma Livreiros e Editores. Entre os títulos que a parceria entre Figueiredo Pimentel e Quaresma traria a lume, ao longo dos anos, estavam *Histórias da carochinha*, *Histórias do arco da velha*, *Histórias da avozinha*, *Histórias da baratinha*, *Os meus brinquedos*, *Teatro infantil* e *O álbum das crianças* (EL FAR, 2004). Tais obras fizeram a fama do livreiro e do autor. Em parceria com Quaresma, Figueiredo Pimentel foi um dos introdutores da literatura infantil no hábito de leitura da sociedade brasileira (LEÃO, 2012).



Legenda: Anúncio da Livraria-editora Quaresma &C. sobre a publicação das *Histórias da Avozinha*, de Figueiredo Pimentel, e ilustrações de Julião Machado, vendido por 5\$000 [cinco mil réis].

Fonte: *A Notícia*/RJ, 20 a 21/11/1900, p.3.

Com a carência de livros para o público infantil no mercado livreiro e sem concorrência forte no ramo, a faceta de autor de literatura infanto-juvenil de Figueiredo Pimentel ganhou impulso em 1896 com a publicação da 12ª edição dos *Contos da Carochinha*, adaptação dos contos populares de diversos países. O expressivo número das edições da coletânea repercutiu nos jornais, que anunciavam os livros infantis da Livraria do Povo e incentivavam a produção literária de Figueiredo Pimentel dedicada aos pequenos, como o *Jornal do Brasil*:

CONTOS DA CAROCHINHA

Livro para crianças, contendo escolhida coleção de 61 contos populares, morais e divertidos de diferentes países, escritos e traduzidos uns e outros colhidos da tradição oral, por Figueiredo Pimentel. Um forte volume encadernado, de 400 páginas, com 300 gravuras e vinhetas.....4\$000
(JORNAL DO BRASIL, 09 jul. 1896, p.4).

Outros jornais estranharam que um autor naturalista escrevesse contos de fada. Para o jornal *Minas Gerais Órgão Oficial dos Poderes do Estado*, essa faceta não era pertinente a um escritor naturalista, porque os princípios racionais do naturalismo – observar e experimentar – não se coadunavam com o imaginário fantasioso desse tipo de literatura. Para expressar sua divergência sobre os livros infantis de Figueiredo Pimentel, o articulista do *Minas Gerais* comentou que a 12ª edição dos *Contos da Carochinha*, apesar do sucesso de vendas, eram histórias nocivas à educação, pela simples razão de “inculcar a ideia falsificada da realidade” por meio da crença no maravilhoso. O curioso comentário ilustrava a disseminação da cultura científica no Brasil do final do século XIX:

Contos da Carochinha

Os Srs. Quaresma & Comp., livreiros-editores, estabelecidos na capital federal, acabam de publicar mais uma edição da coleção de contos que, com título supra, foi organizada pelo Sr. Figueiredo Pimentel.

É um livro destinado às crianças e vem precedido de vantajosa recomendação por parte de vários órgãos da imprensa fluminense, os quais o consideram de grande utilidade para as escolas.

Sob esse ponto de vista tomamos a liberdade de divergir dos aludidos colegas, pois entendemos que os poucos exemplos de ações louváveis e boas que se vulgarizam por meio desses contos, são em grande parte prejudicados pela errônea compreensão, que neles se dá às crianças, das razões que devem obrigá-las a observar os mais elementares preceitos da moral e do bem.

É sabida a influência perniciosa e duradoura que exercem sobre os tenros espíritos infantis essas histórias de tutús e de dragões, que devoram meninos malcriados e travessos, sendo de igual modo inconvenientes aquelas em que os sentimentos bons e a correção das maneiras são recompensados por passarinhos e cães que falam etc.

O que se deve proporcionar às crianças, para que não se desenvolvam no erro de acreditar que o mundo é cheio de fadas e de aparições fantásticas, são noções práticas, positivas, amenizadas pelo interesse de narrativas apropriadas.

Os Contos da Carochinha, porém, estão na 12ª edição, correta e aumentada, o que nos convence de que estamos a clamar em pleno deserto (*Minas Gerais*, 29/06/1896, p.5).

1.5 *Suicida!*

Participante de vários projetos editoriais, Figueiredo Pimentel, em 1895, além do contrato com a Laemmert, firmou contrato com a Fauchon & C. para a publicação em formato de livro do folhetim *Suicida!*, antes publicado pelo jornal *A Notícia*/ RJ. O escritor (com seu estilo próprio de divulgar seus livros – o de provocar “barulho”) simulou o próprio suicídio, “deixando sua grande capa espanhola, seu sombreiro e sua carteira na barca de Niterói”, além de uma carta justificando o ato (GRIECO, 1933, p. 111). Sem ser visto pelos demais companheiros de viagem, Figueiredo Pimentel saiu da barca e foi “ocultar-se algumas semanas numa fazendola lá para as bandas de Magé”. Todos acreditaram no “suicídio do escritor”. Os jornais lamentaram sua morte e a polícia, durante dois dias, procurou o cadáver (GRIECO, 1933, p.111).

O jornalista Medeiros e Albuquerque (1867–1934), consternado com a morte do amigo, foi a Niterói para visitar a família do escritor e levar os pêsames em nome dos homens letras. Ao encontrar a Sra. Maria Augusta Pimentel (a “viúva” do escritor), Medeiros e Albuquerque externou sua tristeza e afirmou que era uma grande perda a morte do talentoso Figueiredo Pimentel, quando foi surpreendido com a voz de uma criança: “É mentira, papai não morreu, não; está na sala de jantar, comendo doce de jaca” (EDMUNDO, 1938, p. 684). Era Figueiredo Pimentel II, filho do escritor com três anos de idade, acabando com a farsa. Semanas depois, os editores da Fauchon anunciavam o breve lançamento do romance *Suicida!* no jornal *A Notícia*:

O suicida!

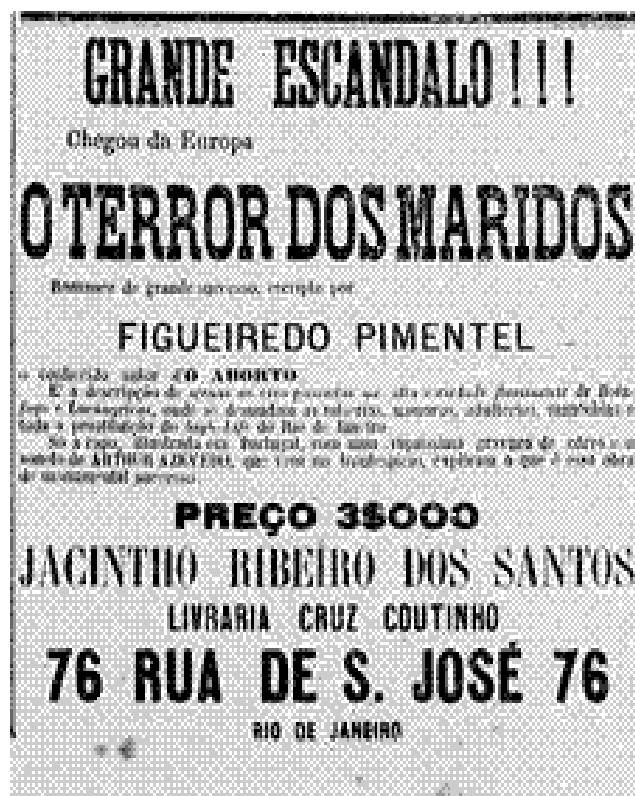
Este belo romance de Figueiredo Pimentel, cuja publicação no rodapé desta folha tanta sensação causou no público leitor, vai ser editado em volume, com capa artístico de fino colorido, pela casa Fauchon. Nem todos, por perca de seguimento de leitura dos folhetins, puderam conhecer por completo o interessante romance de Figueiredo Pimentel, motivo esse que dá a conclusão fácil do quanto está sendo desejosamente esperada a edição que anuncia (*A Notícia*, 23 a 24/08/1895, p.2).

Os anúncios sobre a venda do livro somente saíram no final de outubro de 1895: “*Suicida!* – Romance de grande sucesso, por Figueiredo Pimentel. Edição de luxo com capa a quatro cores. Fauchon & C. Preço 3\$000 [três mil réis]” (*A Notícia*, 24 a 25/10/1895, p.1). O “inusitado reclame” deu certo, pois o êxito do livro foi garantido pelo interesse dos leitores brasileiros, como também do grego Sr. Athanase D. Leonardos, sobrinho do Sr. Otto Leonardos (cônsul geral da Grécia na capital federal), que se interessou em traduzir o romance para sua língua pátria:

Sr. Athanase D. Leonardos está traduzindo para o grego o romance *Suicida* de Figueiredo Pimentel, publicado primitivamente nesta folha [*A Notícia*], e editado em volume pela livraria Fauchon & C.O Sr. A. D. Leonardos, que estudara Direito na sua pátria, é um moço talentoso e preparado, e embora se ache nesta cidade há seis meses apenas, já conhece suficientemente o português para bem executar o trabalho que empreendeu. O seu fim é tornar conhecida na Grécia a nossa literatura. O *Suicida* (em grego – *Aphtoctonissas*) será publicado em folhetins no diário *Asty* (cidade) um dos mais importantes jornais de Atenas (*A Notícia/RJ*, 28 a 29/12/1895, p.2).

1.6 *O terror dos maridos*

Paralelamente à circulação dos *Contos da Carochinha*, Figueiredo Pimentel efetivou contrato com a Livraria Cruz Coutinho, do livreiro-editor Jacinto Ribeiro dos Santos, para a publicação de *O terror dos maridos*. Apesar de ter sido editado em 1896, os anúncios sobre a venda do livro só apareceram em 1897 pela *Gazeta de Notícias*. Na nota sobre o lançamento do romance, a *Gazeta* comunicava que “por estes dias será exposto à venda o romance de grande sucesso *O terror dos maridos*, pelo conhecido e popular escritor Figueiredo Pimentel” (*Gazeta de Notícias/RJ*, 08/03/1897, p. 1). A disponibilidade das vendas do romance foi anunciada em 06 de abril de 1897 pelo jornal *A Notícia*. Segundo os anúncios da livraria, o quarto romance de Figueiredo Pimentel vinha da tradição naturalista, descrevendo para o grande público “as cenas escandalosas da alta sociedade, cenas de adultério e miséria dourada de Botafogo”:



Legenda: *O terror dos maridos* – Romance de grande sucesso, escrito por FIGUEIREDO PIMENTEL, O conhecido autor d’ *O aborto*. É a descrição de cenas ao vivo passadas na alta sociedade fluminense de Botafogo e Laranjeiras, onde se desnudam as misérias, namoros, adultério, mancebias e toda a prostituição do *high-life* do Rio de Janeiro. Só a capa, ilustrada em Portugal, com uma riquíssima gravura de cores e o soneto de Artur Azevedo, que vem no frontispício, explicam o que é essa obra de monumental sucesso. PREÇO 3\$000.
Fonte: *A Notícia/RJ*, 06 a 07/04/1897, p.3.

Os “chamativos anúncios” sobre *O terror dos maridos* invocavam a “fama de autor imoral” de Figueiredo Pimentel, mas o romance não trazia as mesmas ousadias ficcionalizadas em *O aborto*. A estratégia da Livraria Cruz Coutinho foi aproveitar o histórico sensacionalista do escritor para estimular as vendas dos livros e provocar a recepção crítica da imprensa. A maioria das apreciações foi favorável ao romance, entre elas a do crítico Valentim Magalhães, que elogiou a “evolução de Figueiredo Pimentel” na coluna ‘Semana Literária’ do jornal *A Notícia*:

Figueiredo Pimentel acaba de publicar mais um livro *O terror dos maridos*, que acabo de ler em duas horas, de um jato. É uma novela, conto desenvolvido, ou romancete – como quiserem [...] Deixou-me boa impressão a leitura do *O terror dos maridos*. É evidente o progresso do escritor do *Aborto* para *Um canalha* e deste para *Suicida* e do *Suicida* para o *Terror dos Maridos*. [...] Vai-se tornando um curioso escritor o nosso Figueiredo Pimentel. Há muito que o acompanho, obra por obra, e cada vez me interessa. Já assinaléi o mal que o desvia ainda da estrada larga da conquista definitiva da glória – a ânsia de aparecer, o prurido de fazer arruído e escândalo. Dele escreveu com razão Araripe Júnior no seu retrospecto literário de 1893: ‘Trata-se, pois, de um rapaz de talento, que necessita ser acossado com ferro e

brasa, como se faz às feras indomáveis'. [...] A observação é justa. Quando Figueiredo Pimentel se entregar sinceramente a uma obra, só pensando nela e nada no público e na imprensa – mais um grande escritor nos terá nascido. Virá longe esse dia? Penso que não. V.M(*A Notícia*/RJ, 07 a 08/04/1897, p.2).

1.7 Reconhecimento e atribuições

Embora não fosse um escritor de se entregar a única obra e, tampouco, de ignorar o público e a imprensa, a profusão dos trabalhos literários de Figueiredo Pimentel foi reconhecida pelos críticos em 1898, ano que sua carreira de autor de literatura infanto-juvenil se consolidou efetivamente (LEÃO, 2012). Compreendido como “um talentoso profissional das letras”, Figueiredo Pimentel foi considerado pela retrospectiva literária de *A Notícia* de 1897 o segundo escritor que mais produziu, com quantidade e qualidade. Na sua frente estava o escritor “Coelho Neto e sua vasta produção oriunda da sua assombrosa fertilidade criativa”:

Outro trabalhador é o Figueiredo Pimentel, a quem a gente já não vê flunar pela Rua do Ouvidor. Vive metido em casa, trabalhando para si, escrevendo para o público, rabiscando para as crianças e rimando para os poetas. O primeiro livro deste escritor foi *O aborto*, que lhe valeu boas sovas das críticas indígenas e boas descomposturas dos homens pudibundos. Pois bem, de 1893 – ano em que foi publicado *O aborto* – até hoje tem Figueiredo Pimentel escrito vinte e tantos livros, tendo ainda alguns no prelo. É verdade que ele mesmo confessa serem alguns desses livros obras de fancaria³, mas é também verdade que o seu merecimento não pode ser pautado por tais obras. No romance (já produziu quatro) tem Figueiredo Pimentel feito sensíveis progressos e vai pisando firme, tanto que ganhou terreno sobre *O aborto* por meio de *Um canalha* e do *Terror dos Maridos*.... (*A Notícia*/RJ, 10 a 11/01/1898, p.2).

Mas não houve somente alegrias na carreira do escritor. Em 1901, Figueiredo Pimentel escreveu ao escritor português Carlos Malheiro Dias (1875–1941), autor de *A mulata* (1896) – romance naturalista (e sensacionalista como *O aborto*) publicado também pela Livraria do Povo, contando sobre sua insatisfação e desconfiança em relação ao pagamento dos direitos autorais de um de seus livros infantis publicado por Pedro Quaresma. Na carta a Malheiro Dias, Figueiredo Pimentel disse: “Um dos meus livros para crianças foi vendido por 250 mil réis (250\$000). Já está em 22ª edição; já lhes deu, segundo confessam, cerca de cinquenta contos de lucros!!! E eles negam-me tudo! Tudo!” (*Apud* EL FAR, 2004, p. 95).

As contrariedades de Figueiredo Pimentel com os editores da Livraria do Povo demonstravam que o sucesso editorial da Biblioteca Infantil era expressivo, conforme noticiavam os registros da imprensa sobre “as abundantes edições dos livros para os

³Obras de fancaria, locução adjetiva para designar livros grosseiros ou mal acabados.

pequeninos” organizados pelo escritor (*A Notícia*/RJ, 18 a 19/03/1904; *Jornal do Brasil*, 19/03/1904). Revelam também como era difícil a garantia de direitos autorais no final do século XIX – tema que estava em debate na primeira década republicana.

Pela virada do século, Figueiredo Pimentel obteve reconhecimento internacional ao tornar-se correspondente do *Mercure de France*, grande revista parisiense, para onde enviava estudos sobre o movimento literário no Brasil, com o título de *Lettres brésiliense*, sob o pseudônimo de Barão de Santo Alberto (*A Notícia*/RJ, 06 a 07/1914, p.1; *Revista Fon-Fon!*, ano 8, 14/02/1914, n. 07, p.29).

1.8 O auge da fama: ‘O Binóculo’, na *Gazeta de Notícias*

Conciliando o ofício de jornalista, poeta, contista, cronista, autor de literatura infanto-juvenil, de teatro de revista e colaborador do *Mercure de France*, Figueiredo Pimentel, em 1906, aceitou o convite da *Gazeta de Notícias* para escrever a coluna ‘O Binóculo’, sob o pseudônimo de Petrônio Carioca. Nesse período, o nome do escritor passou a ser sinônimo de elegância e de bom gosto por debater os modos e comportamentos cariocas na *Belle Époque* (NEEDELL, 1993). Ao criar o *slogan* “O Rio civiliza-se!” na coluna “O Binóculo”, Figueiredo Pimentel não imaginava que a expressão seria adotada pelos colegas de imprensa e pelo grande público como lema durante as reformas de urbanização da cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, na gestão do prefeito Pereira Passos (1836–1913).

Num dia típico ‘O Binóculo’ reunia breves notas sobre assuntos variados, tais como pedidos de casamento, o movimento na Avenida Central sábado à noite, a elegância das socialites, estreias de teatro e até mesmo comentários sobre o clima, como vemos na coluna de 6 de janeiro de 1908, que reproduzíamos a seguir:

BINÓCULO

Choveu ontem, desde pela madrugada, já quase dia claro. Choveu bastante. Por volta das 2 horas da tarde houve uma larga estiada. O sol mostrou-se sem medo, porém, escondendo-se logo por trás das nuvens. O calor abrandou muitíssimo. Ao cair da noite, a temperatura estava baixa. Sentia-se frio, sobretudo umidade.

*

Senhoras distintíssimas da mais alta sociedade carioca, em uma *soirée*, onde tivemos o prazer de estar, lembram-nos para propormos um dia e uma noite, na semana dias de moda – em que fosse *chic* ir-se aos cinematógrafos. Abraçamos a ideia com imenso júbilo. Já que a mania dos cinematógrafos perdura – e perdurará por muito tempo ainda – é justo que se façam *matinês* e *soirées* da moda. Segundo opinaram as aludidas senhoras, as *matinês* deverão ser nas terças e as *soirées* aos sábados. Nesses dias, os empresários de tais estabelecimentos deverão caprichar, fazendo novos programas, ornamentando e florindo os salões de espera, contratando bandas de

música, tornando, em suma, esses espetáculos ainda mais atraentes, mais agradáveis. Assim, nas terças-feiras, de 1 às 4 horas da tarde, e nos sábados, das 9 da noite em diante, as senhoras elegantes, os cavalheiros *smarts*, dar-se-ão *rendez-vous* nos cinematógrafos. O Binóculo funcionará a essas horas, nesses dias.

*

Cinco horas da tarde. Tomávamos chá na Cavé, em companhia de Fernão Pinto e de Albino Peixoto.⁴ Para um automóvel. Desce Mme. Heloisa Macedo, trajando, com distinção e o *chic* que todos proclamam, elegantíssimo vestido de pano preto, saia guarnecida com galão mohair preto e soutache, corpinho japonês de pregas com mangas japonesas, guarnecido com um bonito galão japonês e rendinhas de Valcucienne, camisinha de renda branca e formosíssimo chapéu todo preto, gênero amazonas, que só poderia ter saído do atelier de Mme. Susson. Mme. Heloisa Macedo fez-nos a honra de aceitar uma chávena de chá, na nossa mesa.

*

A noite de sábado esteve agradabilíssima. O calor abrandara com a viração prenunciadora de chuva. A Avenida Central, máxime no ponto dos *bonds*, esteve animadíssima. No pouco tempo que ali estivemos, vimos: mme. Itiberê da Cunha, mlls. Noemia e Helena e mme. Rosa Elvira Teixeira Soares, mlls. Ester e Carmen e mme. Capplonch y Puerto, mlle. Alice e mme. Almeida Rabello, mme. Manuel Rios, mlle. Cordélia e mme. Hilda Silva Ramos, mme. Raul Soares, mlls. Beatriz de Oliveira e Mercedes e mme. Carneiro da Rocha, mlls. M. Segismundo, Mlls. Louise, Jeannette e Jenny e Mme. Stephane, Meunier, mlls. Oliveira Bastos e mme. Teófilo Torres, etc.

*

Um grupo de rapazes do comércio fundou o Grupo do Segredo. Título irônico. A sua divisa é Ver, ouvir e...contar. A diretoria consta de: Sigilo, presidente; Língua de Prata, vice-presidente; Moita, secretário; Poço Fundo, tesoureiro. Não diremos os nomes desses espirituosos rapazes. Saiba-se apenas que, entre eles, há um russo, que não tendo piedade, foge para os matos todos os dias.

*

Mlle. Herondina Jopper da Silva, gentil filha do Sr. João Severino da Silva, presidente da Junta de Corretores, foi pedida em casamento pelo estimado cavalheiro Dr. Carlos Castrioto Pinheiro.

*

De Minas, onde se acha em convalescença, mme. Simone Verlan deu-nos a honra de nos escrever uma grande, uma linda carta literária. São as suas impressões dessa formosa vila serrana, metida entre vales, onde a vida é simples e patriarcal, o povo ingênuo e primitivo.

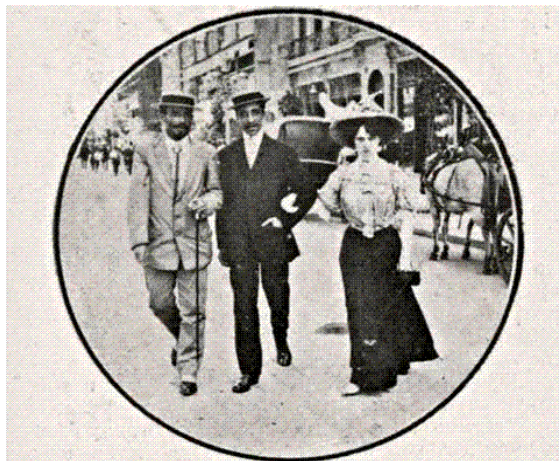
*

Sexta-feira próxima, 10 do corrente, subirá a cena, no Lucinda, a revista *Fon-Fon!* de Alvaro Colás. Pessoas que têm assistido aos ensaios, dizem-nos maravilhas do luxo, da *mise-en-scène*, da música, do espírito que há na revista *Fon-Fon!* Vai ser o grande sucesso de 1908 (*Gazeta de Notícias/RJ*, 06/01/1908, p.2).

Figueiredo Pimentel fez da coluna ‘O Binóculo’ a seção da *Gazeta de Notícias* “mais lida e mais popular da imprensa carioca” (*Revista Fon-Fon!*, ano 8, n.7, 14/02/1914, p.29). Para o público, ‘O Binóculo’ era um “verdadeiro oráculo de boas maneiras”. Não havia leitor ou jornalista que não recorressem (séria ou jocosamente) à “linda seção mundana” do escritor, solicitando orientações para se vestir e se comportar socialmente (*A Notícia/RJ*, 19 a 20/10/1912, p. 2). Considerado como o “chefe do *smartismo* carioca”, Figueiredo Pimentel criou vários “usos e costumes da cidade”, como o corso de automóveis na Praia de Botafogo – desfile carnavalesco de carros enfeitados realizado no inverno para animar os dias frios (*A*

⁴Pseudônimos de Figueiredo Pimentel.

Notícia/RJ, 06 a 07/02/1914, p. 1). Na coluna de 6 de janeiro de 1908, como vimos, o escritor usou a autoridade de ‘O Binóculo’ para popularizar o cinema na vida da cidade, dando-lhe regularidade e distinção social.



Legenda: Figueiredo Pimentel (primeiro à esquerda) nas ruas do Rio de Janeiro.
Fonte: *Revista Fon-Fon!* ano 2, n.41, 18/01/1908, p.7.

Nos oito anos que esteve à frente da coluna ‘O Binóculo’ – conhecida como o “breviário mundano” do elegante Petrônio Carioca (*Gazeta de Notícias/RJ*, 05/02/1915, p. 2), Figueiredo Pimentel ficou reconhecido como a “autoridade nos assuntos de elegância e civilidade”; a personalidade mais requisitada para os eventos da sociedade fluminense, desde os festivos almoços com os jornalistas às recepções de autoridades políticas. A presença de Figueiredo Pimentel nas reuniões sociais significava prestígio e um “ótimo reclame” para o escritor, que aproveitava os encontros para divulgar seus trabalhos, ao mesmo tempo em que estreitava suas relações com os homens de letras e o público leitor.



Legenda: Figueiredo Pimentel à mesa (na cabeceira) em almoço oferecido ao jornalista Oliveira Gomes pelos seus colegas e amigos da *Gazeta de Notícias*, dias antes do seu casamento.
 Fonte: *Revista Fon-Fon!*, ano 2, n. 17, 01/08/1908, p. 6.



Legenda: Grupo tirado na residência do Sr. Barão de Teffé, em Petrópolis. Figueiredo Pimentel é o primeiro à esquerda.
 Fonte: *Revista Fon-Fon!* ano 4, n. 38, 17/09/1910, p.21.

Considerado pela imprensa como um verdadeiro “reclame vivo” de seus livros (LEÃO, 2012), Figueiredo Pimentel não perdia a oportunidade para fazer publicidade dos seus trabalhos nas reuniões sociais e nos jornais. Sob o pretexto de responder a “um correspondente anônimo” de ‘O Binóculo’, Figueiredo Pimentel escreveu o histórico da sua carreira literária, como também anunciou seu recente romance-folhetim *O cadáver: história da meia noite*, sob pseudônimo de Fernão Pinto, nas páginas da *Gazeta de Notícias*. Ao invés de publicar as informações na *Gazeta*, o escritor publicou-as no jornal *A Notícia* (outro periódico do qual era colunista), para “saciar o interesse do público” e registrar sua trajetória profissional para posteridade:

O Binóculo, respondendo hoje a um correspondente anônimo, relata toda a vida literária de Figueiredo Pimentel cuja individualidade em tantos pontos se confunde com o próprio Binóculo. A bagagem de Figueiredo Pimentel, o que bem raro sucede a escritores nossos, é já bem longa e brilhante. Há dez anos, na febre de produção, o autor do *Livro Mau* [livro de poesia] era um dos nomes mais em voga. Os seus livros surgiam a curtos intervalos, e, o que é mais, vendiam-se rapidamente.

Era ele então redator *d’O País*, e ali trabalhava no noticiário afanoso. Isso não lhe estiolava o cérebro nem lhe deturpava os estilo vibrante, simples, imaginoso. E os romances como os contos, como as novelas, como os pequenos poemas saíam-lhe da pena numa serena inspiração. *A Notícia* teve mesmo o ensejo de publicar um romance – *Suicida* – cujo reclame foi feito pelo próprio autor que escondeu num compartimento de uma barca de Niterói, um casaco velho e um cartão de visita para simular um suicídio.

Depois Figueiredo Pimentel dedicou-se à literatura infantil, cujos volumes foram quase todos senão todos editados pelo livreiro Quaresma. Parece que essa foi a última fase de sua vida propriamente literária. Com tantos livros, todos vendidos, muitos reeditados várias vezes, deveria estar a salvo de um trabalho afanoso e exaustivo como é o de jornal. Mas Figueiredo, como hoje diz o ‘Binóculo’, e é sabido não só com relação a ele, mas a todos os nossos escritores, é pobre. Isso não é talvez muito para lamentar a essa pobreza, uma relativa míngua na sua produção literária, míngua que vai da escassez de tempo, tomado pelos seus trabalhos materiais.

O suplemento literário da *Gazeta* ainda não há muitas semanas, publicou a sua última novela *O cadáver*, em que Figueiredo Pimentel se mostra ainda o mesmo escritor vibrante, brusco, quase feito de ímpetos e com uma grande dose de impressionismo que lembra Poe ou Hoffmann. É um escritor em plena maturidade a quem falta apenas a tranquilidade de vida e a estabilidade de situação, a que escritores da sua plana atingem na Europa logo aos primeiros volumes recebidos com sucesso (*A Notícia*/RJ, 08 a 09/04/1911, p. 1).

Os êxitos de ‘O Binóculo’ aumentaram ainda mais o prestígio de Figueiredo Pimentel no campo literário. Em 1911, o escritor foi convidado para ser correspondente do *Magazine Je sais tout* e do diário parisiense *Excelsior*. A notícia sobre a nova posição de Figueiredo

Pimentel foi saudada pelos homens de letras, que elogiaram e reconheceram a importância do escritor na imprensa brasileira:

Uma nota jornalística que merece registro especial: Figueiredo Pimentel, o nosso distinto confrade da *Gazeta de Notícias*, o excelso príncipe da elegância nacional, o romancista vibrante, o encantador *conteur* de histórias infantis, será de ora em diante correspondente do belo magazine *Je sais tout* e do diário parisiense *Excelsior*. Já não é a primeira vez que Figueiredo Pimentel dá a sua colaboração a publicações francesas, pois já escreveu durante anos para a revista de letras *Mercure de France*. Mas seguramente agora sua colaboração será mais apetecida, mais oportuna e mais valiosa, por estar o nosso país na ordem do dia em França. Pierre Lafitte, o grande editor parisiense, com essa delegação concedida ao nosso confrade dá mais uma prova do seu grande espírito de industrial inteligente e ativo. A Figueiredo Pimentel os nossos parabéns. (*A Notícia*/RJ, 16 a 17/05/1911, p.1).

Além de estimular a carreira de jornalista de Figueiredo Pimentel, a coluna ‘O Binóculo’ também serviu de “laboratório” para as produções cênicas do escritor. Em 1913, Figueiredo Pimentel retomou suas atividades teatrais com os ensaios da nova revista intitulada *O Binóculo*, que se baseou na observação sobre os hábitos da “alta sociedade carioca” debatidos na coluna. A obra teatral prometia retratar (com fidelidade) a elite da capital federal por meio do humor irônico do colunista da famosa seção da *Gazeta de Notícias*:

Crônica Teatral

O Binóculo

Para a semana deve entrar em ensaios no teatro *Chantecler* a nova revista de Figueiredo Pimentel, intitulada *O Binóculo*, nome da seção que ele redige na *Gazeta de Notícias*. Dizem-nos que é uma revista muito *chic*, destinada à alta sociedade carioca, verdadeira peça a *clef*, em que há carapuça para muita gente conhecida.

Uma peça do redator do Binóculo tem quase a obrigação de ser uma peça elegante. E essa revista vai ser com toda a certeza (*A Notícia*/RJ, 29 a 30/08/1913, p. 3).

A faceta de autor de teatro de revista de Figueiredo Pimentel não era novidade para o meio literário, mas a repercussão de *O Binóculo* colocava as revistas do escritor entre os acontecimentos teatrais bem sucedidos e mais comentados na imprensa carioca (*A Notícia*, 04 a 05/02/1909). O talento de Figueiredo Pimentel em produzir “boas revistas de sucessos” nacionais ou estrangeiras abriu as portas dos principais teatros, como o Palace e o Chantecler, novos espaços de cultura popular da primeira década do século XX (*A Notícia*, 04 a 05/02/1909). Desse modo, Figueiredo Pimentel era um autor estimado pela classe artística, entre eles os atores Carlos Abreu e Castelo Branco, e as atrizes Cinira Polonio e Lydia Gautier.



Legenda: Figueiredo Pimentel com a atriz Lydia Gautier do *Palace Theatre*, nas Furnas da Tijuca.
 Fonte: *Revista Fon-Fon!*, ano 2, n. 25, 26/09/1908, p. 11.

Da última década de 1880 até as primeiras décadas de 1900, o nome de Figueiredo Pimentel ocupava o interesse da imprensa e do público. Não havia atividade realizada pelo escritor que não era divulgada e comentada nas colunas dos seus pares, como sua participação nas revistas *Arcádia*, *Cenáculo* e *Brasil Moderno*, sua presença na instalação do Centro Literário Arthur Azevedo, na Rua Teófilo Otoni nº127 no Rio de Janeiro e suas diversas colaborações aos jornais, como o *Diário de Notícias/RJ*, com a coluna ‘Diário Boêmio’, e *Órgão Oficial dos Poderes do Estado/MG*, com a coluna ‘Correspondências da Crônica Fluminense’. Todos os eventos que envolviam Figueiredo Pimentel eram notícia, promovendo sua figura popular e sua influência na cultura literária no Brasil.

1.9 A morte de Figueiredo Pimentel

Na ocasião da morte do escritor em 05 de fevereiro de 1914, a imprensa brasileira opinou sobre Figueiredo Pimentel nos diversos memoriais dedicados ao autor nos periódicos. Para os homens de letras, a rebeldia foi o ponto de partida da carreira literária de Figueiredo Pimentel, “com seus romances ousados atacando os princípios e as doutrinas convencionais da sociedade” (*Revista Fon-Fon!*, ano 8, n.7, 14/02/1914,p.29). Depois dos primeiros anos, o autor de *O aborto* apresentou-se como um escritor profissional que procurou “viver e

sobreviver da própria pena”, praticando quase todos os gêneros textuais. Nas palavras de *O País*, como nas demais folhas, Figueiredo Pimentel foi compreendido como um romancista que se atreveu a escrever sem temer as críticas e as censuras, conforme a nota de falecimento do escritor no jornal.

VIDA SOCIAL



Legenda: Alberto Figueiredo Pimentel (11/10/1869 – 05/02/1914) – O escritor que impactou o romance naturalista no Brasil e cultivou vários gêneros textuais entre as décadas de 1890 e 1910.

Fonte: *O País*, 06/02/1914, p.6.

Extinguiu-se de vez, ontem à noite, essa alma conturbada de enfermo que animava, em movimentos pouco a pouco declinantes, a carcaça do corpo já exausto do trabalho da vida, que fora rutila e gloriosa num largo período de pompas intelectuais e de aspirações, que pairavam acima das preocupações humildes ou plácidas de uma sociedade que ele combatera e tentara abalar.

A vivacidade de espírito de Figueiredo apreendera ao entrar na vida pública que o segredo do sucesso estava em sacudir fortemente o preconceito, fustigar de irreverências a tolerância preguiçosa do meio brasileiro, chocar de asperezas inesperadas a dormência orgânica dos corrilhos literários da sua primeira mocidade.

E ele, alma bem conformada e serena, com o coração a bater-lhe das emoções boas da vida, capaz de todas as excelências espirituais da existência, fazia, por simples cálculo inteligente, livros perversos e cáusticos, que, pode-se dizer, repugnaram ao lirismo ambiente, assombraram aos timoratos, exaltaram os incontidos, mas conseguiram o fim colimado: foram lidos.

Certo, na época do seu aparecimento, grandes lumes começaram a brilhar nas letras, mesmo entre os do cenáculo sempre dissidente e revolucionário dos *novos*, em que

ele quis e conseguiu fulgurar. Figueiredo Pimentel, porém, aparelhou-se com outros aprestos da literatura moderna, e, vendo que a obra do romantismo cedia o passo às novas escolas vitoriosas, teve o sentimento de amor próprio de tentar exceder-se nos meios de agitar e demolir os dogmas consagrados, não só da arte de escrever, mas da própria sociedade, cujo ódio provocara, cheio de bom humor e de atos de altruísmo. Fora assim, Figueiredo uma persona dúplice: escritor-perverso, agnóstico, iconoclasta, criatura difícil de alma plácida e afetuosíssima (*O País*, 06/02/1914, p.6).

Embora os jornais preferissem uma faceta mais bem comportada da trajetória de Figueiredo Pimentel, a imprensa brasileira concordava que o escritor e sua vasta produção eram um conjunto de obras de “várias assinaturas literárias”, sendo difícil categorizá-las em algum gênero e impossível de esquecer-las na história da leitura da literatura brasileira (*A Notícia*/RJ, 06 a 07 de fevereiro de 1914, p. 1).

2 O “CASO ABEL PARENTE” E A POLÊMICA EM TORNO DA CONTRACEPÇÃO E DO ABORTO NAS DÉCADAS DE 1890 E 1900

Em janeiro de 1893, os jornais da capital federal, a pedido do ginecologista e parteiro italiano Abel Parente (1851-1923), publicaram anúncios que divulgavam sua “descoberta de prevenir para sempre a concepção”. A esterilização feminina descoberta pelo médico era um método contraceptivo que consistia na raspagem das paredes do útero associada a injeções, que impediam temporariamente a concepção (ROHDEN, 2000). O método não era detalhado para o grande público, porém o Dr. Abel Parente prescrevia-o nos casos em que a gravidez era problemática ou indesejada. Não era um procedimento barato. Um tratamento de esterilização com o médico italiano podia custar até dois contos de réis (*Gazeta de Notícias*, 01/12/1900, p. 1), numa época em que o salário médio mensal do funcionalismo público era cinco vezes menor. Embora não fosse um procedimento para interromper a gravidez, a medida contraceptiva foi compreendida pelos setores conservadores do meio científico e da sociedade como uma forma de aborto (*O País*, 22/02/1893, p. 1).

A novidade médica agitou a imprensa e a sociedade, especialmente no Rio de Janeiro. Alguns jornais importantes da cidade se posicionaram contra ou a favor do procedimento, enquanto outros preferiram ficar neutros. O debate se estendeu pelas décadas de 1890 e 1900. Era um assunto explosivo que estremecia um dos pilares da sociedade patriarcal: o controle sobre o corpo da mulher. Neste capítulo vamos conhecer os termos desse debate, as reações da sociedade, assim como os principais atores e posicionamentos. Nossa hipótese é que a repercussão nacional do “caso Abel Parente”, com o tratamento aberto de temas tabus na grande imprensa, confirmou a percepção do editor Pedro Quaresma de que havia um mercado no Brasil para um romance como *O aborto*.

2.1 O médico Abel Parente

Formado em medicina, em 1875, pela Universidade de Nápoles na Itália, Abel Parente imigrou para o Brasil em 1876, aos vinte e cinco anos, aqui se submetendo aos exames de suficiência da Academia Nacional de Medicina para clinicar obstetrícia e ginecologia no país. Aprovado com louvor, o médico italiano dedicou-se às “moléstias das senhoras”, como chamavam na época a clínica ginecológica, no consultório da Rua do Ourives nº 151, no centro do Rio (*Gazeta Médica da Bahia*, 1893, p. 336). Ao longo de sua carreira, ele atenderia

em vários endereços. Em 1881 anunciava consultório na Rua São Pedro nº 90 para o tratamento de “moléstias internas, uterinas e sífilíticas” (*Gazeta de Notícias*, 27/11/1881, p. 2). Abel Parente foi pioneiro no Brasil no emprego do *speculum*, instrumento médico usado para dilatar a vagina em exames ginecológicos (*Gazeta de Notícias*, 24/09/1882, p. 3). Além do atendimento às pacientes, o médico publicou vários artigos sobre a saúde da mulher, entre eles “Diagnóstico clínico diferencial entre cancro uterino e a metrite crônica”, publicado na *Revista Brasil Médico*, e três dissertações nos *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Medicina*: “A ergotina no puerpério”, “Indicações e contraindicações da histerotomia nos casos de tumor fibroso do útero” e “As ulcerações do colo do útero, sua frequência no Brasil, causas que para isto concorrem, tratamento curativo e profilático” (*O Álbum*, jun/1893, p. 194). Entretanto, sua pesquisa de maior relevância foi a “prevenção da concepção das mulheres que correm perigo durante a gestação e o parto” (*O País*, 05/02/1893, p. 1). Desta investigação resultou o procedimento que gerou a polêmica em torno do aborto e de métodos contraceptivos na última década do século XIX e primeira do XX.

Em 1893, quando foi investigado pela primeira vez, o Dr. Abel Parente vinha clinicando com bastante sucesso no Rio de Janeiro havia mais de quinze anos, sempre bem colocado nas estatísticas da Imperial Farmácia Diniz, publicadas regularmente pela *Gazeta de Notícias*, sobre os médicos cujas receitas haviam sido aviadas no estabelecimento. Abel Parente dava consulta grátis aos necessitados aos sábados e fazia “gratuitamente qualquer operação ginecológica em mulheres pobres” (*Gazeta de Notícias*, 25/01/1890, p. 4). Em maio de 1882, a paciente Paulina Maria Farani publicou na *Gazeta de Notícias* uma carta de agradecimento ao ginecologista pela cura de uma endometrite cervical crônica, mais conhecida por “catarro uterino” (*Gazeta de Notícias*, 21/05/1882, p. 3). Como ela, ao longo dos anos muitos outros pacientes usaram as páginas dos jornais para reconhecer o talento do Dr. Abel Parente no tratamento e cura das “moléstias das senhoras”. O médico enriqueceu no Rio de Janeiro e tornou-se proprietário de vários imóveis, incluindo, em 1898, o palacete na Rua Pedro Ivo nº 147, em São Cristóvão, que Pedro I mandara construir para a Marquesa de Santos (*O Jornal*, 24/07/1920, p. 3), onde hoje funciona o Museu do Primeiro Reinado.



Legenda: Dr. Abel Parente aos 42 anos.
 Fonte: *O Álbum*, junho/1893, ano 1, n. 25.

2.2 A polêmica e o primeiro processo

A fagulha da polêmica teria sido a decisão do médico de divulgar sua descoberta nos anúncios dos jornais, ao invés de publicá-la nos anais científicos (ROHDEN, 2000). Tal medida ampliava o público alcançado, incluindo aí (especialmente) as mulheres. A iniciativa escandalizou a classe médica e provocou uma série de protestos da Sociedade de Higiene do Brasil e da Academia Nacional de Medicina, reclamações que repercutiram na Promotoria Pública. Na opinião dessas instituições, o comportamento de Abel Parente era típico de um charlatão, e não de um médico íntegro no exercício da profissão. Diante de conduta tão ímproba, um grupo de médicos, liderado pelo clínico Publio de Mello, abriu sindicância contra Abel Parente, acusando-o de charlatanismo, lesões corporais e atentado ao pudor.

A promotoria pública foi acionada pela Sociedade de Higiene do Brasil para dar prosseguimento à investigação sobre a descoberta e conduta do médico italiano. O primeiro promotor, Dr. Viveiros de Castro, recebeu a petição e abriu inquérito em 09 de fevereiro, denominando-o de “Caso Abel Parente” (*O País*, 10/02/1893, p.1).⁵ Nos argumentos da

⁵Francisco José Viveiros de Castro (1862-1906) foi o maior especialista em crimes sexuais do Brasil no século XIX. Valendo-se do conhecimento científico da época, ele foi o principal introdutor de um saber médico-jurídico sobre os delitos sexuais no alvorecer da República (MARTINS JUNIOR, 1996). No ano seguinte à polêmica do “caso Abel Parente”, o jurista publicaria sua obra mais importante: *Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual* (1894), na qual descrevia, com farta pesquisa histórica, casos considerados então como “aberrações” sexuais, tais como o sadismo, a pederastia, o exibicionismo, o incesto, a necrofilia, o fetichismo, a zoofilia e até a “lubricidade senil” (CASTRO, 1943).

acusação, a “especulação científica” do médico italiano resultava na prostituição e no aborto, corrompendo a salubridade da vida social e familiar (ROHDEN, 2000). Para Publio de Mello, o “processo oculto que previne para sempre a concepção” poderia mutilar o órgão reprodutor feminino e/ou provocar o aborto. Na alegação do clínico, o destino natural da mulher era ser mãe. A esterilidade desviava a mulher do caminho virtuoso da família e a encaminhava para a “senda da prostituição”. Em janeiro de 1893, antes da abertura do inquérito, Publio de Mello havia discursado na Sociedade de Higiene do Brasil, com o objetivo de denunciar o procedimento do Dr. Abel Parente:

Prostituição que lavra com efeitos terríveis, abrigada sob a capa da honestidade penetra no seio da família honrada, oscula a inocência, estreita a virtude, infeccionando muitas vezes a pureza do lar e só conhece como peia ao seu largo desenvolvimento o receio da concepção. Compreende V. Ex. perfeitamente que esse receio é o único embaraço para muitas mulheres que, ou pelos vícios de uma educação má, ou pela influência perniciosa do meio em que vivem, deixam de buscar na prostituição clandestina a realização de suas vaidades, a satisfação de seus gozos e que inquestionavelmente quando esse receio for dissipado, esse empecilho removido, quando acreditarem que a concepção pode ser obstada, bastando para isto a sua única vontade e facilidade criminosas de um clínico sem escrúpulos, teremos francamente aberta a porta larga da prostituição (MELLO, 1893, p.4).

O médico ressaltou o “perigo” dos métodos anticoncepcionais, porque a mulher, sem o receio da gravidez, teria liberdade para viver uma vida sexual desregrada. Nesse raciocínio, o temor da concepção surgia como uma forma de freio para a sexualidade feminina, controlando a mulher e sua natural propensão à devassidão (ROHDEN, 2000). Na esteira desse argumento, a descoberta de Abel Parente era um crime contra a sociedade, influenciando diretamente “no decréscimo da taxa de natalidade e nos fins reprováveis e imorais da corrupção dos costumes” (*Jornal do Brasil*, 05/02/1893, p.1). Para fortalecer seu argumento e ressaltar os malefícios da esterilidade da mulher, Publio de Mello citou o naturalista inglês Francis de Castelneau (1812–1880):

A esterilidade provocada é um absurdo, é um crime. É despertar o desejo da realização dos gozos, sem o peso das consequências da prenhez, é zombar de todos os princípios da moral e da ciência. Castelneau diz: 'A esterilidade provocada na mulher produz o mesmo que se observa nas fêmeas de todos os animais, a excitação dos apetites sexuais e em algumas o estado patológico que faz dar às vacas o nome de taurellières (ávidas de touro)', trazendo como consequência o deboche no casamento ou fora dele e em vez de ser o casamento um laço social, torna-se o meio legal do gozo, que conduz ao adultério e ao enfraquecimento da raça (MELLO, 1893, p.7).

Do lado da acusação ficaram, na capital federal, o *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Comércio* e o *Cidade do Rio*; a *Gazeta Médica da Bahia*, o *Correio Paulistano* de São Paulo e

o mineiro *Órgão Oficial dos Poderes do Estado*. Esses periódicos veicularam o repúdio da classe médica e as próprias opiniões sobre a “ultrajante descoberta” de Abel Parente. No Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil* tratou de iniciar uma campanha contra “o médico inventor que prometia dar cabo da humanidade por meio de uma esterilização definitiva sem comprovação científica” (*Jornal do Brasil*, 05/02/1893, p.1). Acenando para os setores conservadores da sociedade, o periódico (no papel de defensor dos bons costumes) “chamou a atenção” do promotor Dr. Viveiros de Castro para “os reclames do ilustre médico” na imprensa, pois eram “uma porta aberta aos abusos e aos escândalos, ao crime e à imoralidade, previstos no código penal” (*Jornal do Brasil*, 05/02/1893, p.1).

A iniciativa do *Jornal do Brasil* em “promover a defesa moral da população” foi apoiada pela comissão da Sociedade de Medicina e Cirurgia, que compôs o grupo de testemunhas de acusação no “Caso Abel Parente”. Um dos integrantes da comissão, o perito Caetano Werneck, no seu parecer sobre os métodos contraceptivos, expôs conformidade ao pensamento do jornal que declarou “guerra à esterilização da mulher”:

Todos os meios ou processos empregados nesta categoria dependendo de manobras ou artifícios empregados antes, durante ou depois do congresso sexual, com a preocupação indecente de desvirtuar o único fim natural e nobre desse ato a procriação da espécie são justamente condenados e verberados como imoralíssimos e atentatórios ao pudor e a mulher que conscientemente se torna cúmplice de tais práticas, abdica da principal prerrogativa do sexo; deixa de ser mãe para transformar-se em simples máquina de prazer (WERNECK, 1893, p.28).

Para confrontar os argumentos da acusação, o jornalista Pardal Mallet (1864–1894) e o clínico Francisco de Castro (1857–1901), da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, recorreram a alegações científicas e jurídicas para defender Abel Parente na imprensa e nos tribunais. À frente do editorial de *O País*, jornal simpatizante à modernização dos costumes, Pardal Mallet escreveu “artigos aguerridos” sobre a pesquisa do médico. Para ele, a pesquisa de Abel Parente contribuía para o avanço da ciência e da autonomia da mulher sobre seu corpo e desejos. Conhecido pelo “temperamento incendiário”, Pardal Mallet, Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife em 1887 e autor do romance naturalista *Lar* (1888), tomou a defesa de Abel Parente nas páginas de *O País*.

Com o objetivo de imprimir na polêmica o caráter de uma contenda ideológica, um combate de ideias na arena jornalística, Pardal Mallet, com estilo combativo, escreveu sobre o método contraceptivo do médico italiano sob o título “Questão Abel Parente” (*O País*, 06/02/1893, p.1). Para refutar os “argumentos vazios” da acusação, o jornalista apropriou-se da obra dos médicos franceses Alexandre Lacassagne (1843–1924) e Auguste Ambroise

Tardieu (1818–1879), de modo a denunciar a “confusão” daqueles que equivocadamente associavam o método anticoncepcional de Dr. Abel Parente ao aborto:

Criminalmente considerada a questão é para o caso do aborto que convergem às esperanças dos que procuram a toda a força descobrir culpabilidade nas aplicações clínicas do Dr. Abel Parente. Mas um simples exame de bom senso chega para deduzir o nenhum fundamento de semelhante arguição. O aborto criminoso é, segundo A. Lacassagne (*Précis de Médecine Judiciaire*), a expulsão antes do termo do produto da concepção, em consequência de manobras criminosas. Tardieu, o mais austero de todos os médicos-legistas, define-o ‘a expulsão prematura, violentamente provocada, do produto da concepção, independentemente de todas as circunstâncias de idade, de viabilidade e ainda de forma regular’ (*O País*, 28/02/1893, p. 3).

Mais adiante na argumentação, Pardal Mallet – à luz do psiquiatra forense francês Henri Legrand du Saulle (1830–1886) – observou que a configuração da prática de aborto dependia da definição do início da vida humana, pois não havia consenso sobre o tema na classe médica e, tampouco, na classe jurídica. Embora o naturalista alemão Ernst Haeckel (1834–1919) e o pensamento científico dominante reconhecessem o feto como indivíduo após a 12ª semana de vida intrauterina, para o Artigo 300 do Código Penal de 1890, as fases primitivas do embrião não impediam a aplicação da penalidade do aborto: 2 a 6 anos de prisão. Desse modo, a ciência e a deliberação da justiça compreendiam a relação do feto com o corpo materno a partir de perspectivas distintas e complexas:

Mas esse rigorismo de opinião, abrangendo o embrião desde as suas fases primitivas, não é sem encontrar contraditores como Casper e Dambre, citados por Legrand du Saulle. E bem se compreende. A legislação moderna, mais humanitária do que antiga e mais casuística especificando fatos e práticas de que nem se cogitava em outros tempos, procurou vincular o feto a uma outra placenta legal que o defendesse. O feto é, no final das contas, um ser organizado e que tem vida, não só vida intrauterina, parasitária, para assim dizer, mas também vida jurídica. Em torno dele formam-se, conglomeram-se e crescem relações de direito que o fazem, pessoa quase e o constituem capaz de herdar e receber em doação. Mas para que assim seja efetivamente, precisa estar constituído e transcender os primeiros e mais recuados rudimentos de diferenciação embriológica ou ovogênica de Haeckel. E o nosso código, não cogitando destas especificações ou pormenores em que dividem os mestres da ciência, expressou em termos gerais dizendo: Art. 300 – Provocar aborto, haja ou não expulsão do fruto da concepção (*O País*, 28/02/1893, p.3).

Perseverando na distinção entre aborto e contracepção, Pardal Mallet enfatizou que a conduta de Abel Parente não era a de um “abortador”, mas a de um médico que oferecia seus serviços lícitamente às mulheres que não queriam engravidar devido a problemas de saúde e privações econômicas. A comprovação da postura idônea do ginecologista foi a propagação dos anúncios sobre sua “descoberta científica” na imprensa, isenta das imoralidades de práticas médicas criminosas. Para Pardal Mallet, a ampla publicidade do procedimento era a

maior prova de sua legalidade. Para concluir suas considerações, o jornalista recorreu à autoridade de Legrand du Salle para pôr um fim aos mal-entendidos sobre o aborto e silenciar as calúnias contra a “individualidade admirável” do seu constituinte:

O que distingue essencialmente da prática culposa é a sua publicidade, é a falta do elemento intencional de crime e é a convicção íntima por parte do facultativo de que vai salvar uma vida em perigo e pelo menos conservar um ser, já que não pode preservar dois. O já citado mestre Legrand du Salle, no resumo articulado de seu capítulo sobre o aborto, assim se exprime: ‘VII. O aborto médico e o parto prematuro não reconhecem outra sanção mais que a da consciência do médico. Todavia, o homem de arte só deve proceder com prudência e ouvindo, quando possível, a opinião de um confrade de que se faça assistir’. E a aplicação deste texto de clássico seria intuitiva, se para o caso houvesse necessidade de justificar práticas abortivas. Mas, como disse a princípio, a ideia de fazer o meu constituinte figurar como incurso no art.300 do nosso código peca pela base por um simples exame de bom senso. O aborto provocado, em síntese, é um ataque contra feto e o que Dr. Abel Parente anuncia e pratica é um processo que impede a formação do feto. Enorme é, por conseguinte, a diferença que vai entre um caso e outro. Ela não permite confusões. E estas não se farão apesar de todo o esforço que em tal sentido procurem envidar (*O País*, 28/02/1893, p.3).

Ao lado dos embates entre *Jornal do Brasil* (contra) e *O País* (a favor), a revista *O Álbum* e os jornais *O Tempo*, *Diário de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Gazeta de Notícias*, todos do Rio de Janeiro, optaram por uma postura neutra. Os periódicos acompanharam os rumos dos acontecimentos do “caso Abel Parente” por meio de notas, cartas, colunas, artigos e crônicas humorísticas. Apesar de não assumirem em editoriais um posicionamento inequívoco na polêmica sobre a “chocante descoberta contraceptiva”, a *Gazeta de Notícias* e *O Álbum* colocaram “as colunas de suas folhas à disposição” para noticiar diversas manifestações (positivas) sobre o “assunto do momento”. Antes da abertura do inquérito em 09 de fevereiro de 1893, por exemplo, a *Gazeta* registrou outro gesto de gratidão de uma paciente que obteve êxitos no tratamento clínico adotado pelo ginecologista – a Baronesa de Guararema:

Vimos o riquíssimo tapete que se acha exposto na casa Moncada e que representa o paciente trabalho de cinco anos de uma distinta senhora a Exma. Baronesa de Guararema, o qual, especialmente à noite, sob a influência da luz do gás, é de um efeito magnífico. Este trabalho pertence ao ilustrado especialista Dr. Abel Parente, a quem foi doado pela autora, como sinal de apreço e gratidão a serviços clínicos prestados a S. Ex. por esse digno médico (*Gazeta de Notícias*, 12/01/1893, p.2).

Em 20 de janeiro de 1893, oito dias depois de registrar o agradecimento ao Dr. Abel Parente, a *Gazeta* publicou, na seção ‘Publicações a Pedido’, a declaração do ginecologista sobre as sessões da comissão médica da Sociedade de Higiene do Brasil, instaurada para averiguar seu método de esterilização. Preocupado com as “inverdades dos pareceres”, Abel Parente expôs aos leitores que seu método contraceptivo desvinculava-se de uma série de equívocos como “aborto” (procedimento criminoso para expulsar o feto do útero), “adultério”,

“prostituição”, “dependência química”, “castração” (retirada ou inutilização dos ovários) e adesão ao “malthusianismo”.⁶

Declaro ainda uma vez que não deve ser confundida a minha descoberta com os meios empregados para provocar o aborto, as fraudes conjugais, a castração, o uso de drogas e as teorias de *Malthus*, como podem testemunhar aqueles meus ilustres colegas que, não movidos por nenhum mesquinho motivo de inveja, compreendendo as brilhantes aplicações à clínica da minha descoberta me honram com sua confiança, dirigindo-me enfermos de sua clínica. Estes casos são:

1º Quando a mulher corre perigo de vida no parto, como nos casos de vício da bacia, que reclamam o aborto ou graves operações obstétricas.

2º Nos casos de moléstias genitais, que se opõem à gestação e ao parto, provocando repetidos abortos podendo causar a morte da doente, como nos casos de peri e parametrite e salpingite;

3º Em certos casos de vômitos incoercíveis que reclamam o aborto e quando a mulher é acometida de cólicas hepáticas com ictero;

4º Doenças do coração, do pulmão, que são agravadas ou podem ter êxito fatal pela gestação ou parto, como a tísica pulmonar, as lesões orgânicas do coração;

5º Nos casos de loucura provocada ou agravada pela gestação, parto, aborto ou aleitamento;

6º Tumores abdominais que impedem a gestação e o parto e reclamam graves operações obstétricas;

7º Sempre que se trata de evitar gerar uma prole à qual seria inevitável a transmissão hereditária de moléstias graves, tais como a sífilis, a demência, a epilepsia, o câncer, a tísica;

8º Sempre que pais idosos, nevropatas, alcoólicos, sífilíticos, caquéticos não queiram obter uma prole degenerada, raquítica e escrofulosa;

9º Enfim nos casos de anemia profunda e miséria.

Dr. Abel Parente (*Gazeta de Notícias*, 20/01/1893, p. 2).

Em *O Álbum*, publicação dirigida por Artur Azevedo (1855–1918) e agenciada pelo jornalista Paula Ney (1858–1897), dois intelectuais ligados ao grupo de jovens escritores boêmios (abolicionistas e republicanos) da Geração da Conquista (MENDES, 2008), o “caso Abel Parente” era acompanhado com o humor típico do periódico. Na seção “Crônica Fluminense” do número de fevereiro de 1893, assinada por Artur, o inquérito contra o ginecologista era um dos assuntos comentados pelos personagens da ficção, um homem e sua colcha de inverno:

⁶Teoria do sociólogo e economista inglês Tomas Robert Malthus (1766–1834), que propunha redução da taxa de natalidade por meio da abstinência sexual, com o objetivo de combater a fome e o crescimento populacional das grandes cidades.

Crônica Fluminense

Ontem ficou muito espantada a minha colcha de inverno quando à meia-noite fui arrancá-la ao fundo de uma gaveta:

- Que é isto? Perguntou ela; já estamos em junho?!

- Não; estamos apenas em 8 de fevereiro, mas faz tanto frio, que não tenho remédio senão recorrer aos teus serviços.

Estremunhada ainda por um despertador tão brusco e inesperado, a colcha perguntou-me a que eu atribuía semelhante fenômeno meteorológico. É natural que sentisse grande necessidade de ciências naturais uma pobre colcha que saía assim das trevas de uma gaveta; mas eu é que tão adiantada hora da noite não estava para conversas, e respondi-lhe que atribuía o fenômeno ao Carnaval. Respondi-lhe isso como poderia ter respondido outra coisa qualquer. [...]

- Mas porque dizias que o Carnaval é a causa do fenômeno que me obriga a sair da doce tranquilidade daquele gavetão?

- O ano passado a Intendência transferiu o Carnaval para junho, por que em fevereiro faz muito calor. A Natureza, para mostrar à Intendência que é sempre um erro inverter a ordem das coisas há muito estabelecida, deu-nos o ano passado calor em junho e dá-nos este ano frio em fevereiro. [...]

- Homem não durmas ainda! Conta-me as novidades. Tu sabes que sou uma colcha alegre; dize-me... Tem havido muitas coisas engraçadas?

- Há muito tempo não tínhamos quem nos fizesse rir. A vida fluminense arrastava-se monótona, com a lentidão e a melancolia do boi... Nem um fato cômico, nem uma chalaça inédita, nem uma nova invenção do Dr. Castro Lopes!⁷

- Deveras?

- Já estávamos todos resignados a morrer de aborrecimento, como tu no fundo da tua gaveta, quando apareceu o Dr. Abel Parente com a sua famosa descoberta para impedir que as mulheres concebam...

- [a colcha] Eu é que não concebo como a justiça consente...

- Já lá vamos: o Dr. Viveiros de Castro, promotor público, acusa o homem, mas o Dr. Francisco de Castro, chefe da repartição sanitária, defende-o; entre os dois Castros, o Dr. Parente pode **castrar** à vontade!

(*O Álbum*, fevereiro/1893, ano 1, n. 7, p.51, grifo nosso).

Embora a “famosa descoberta” do Dr. Abel Parente não fosse castração dos órgãos reprodutores da mulher, podemos observar que o trocadilho sobre o método contraceptivo do ginecologista, no inusitado diálogo entre o homem e sua colcha de inverno, ilustrou a confusão da sociedade da época entre a privação da fecundidade e a “descoberta de prevenir para sempre a concepção” (esterilização). Para *O Álbum*, a “novidade científica” do Dr. Abel Parente impactou a vida íntima dos fluminenses, suspendendo a monotonia da cidade e a

⁷Antônio de Castro Lopes (1827–1901) foi um gramático de renome que apoiava o movimento “Abaixo o galicismo!” na língua portuguesa. Em 1886, ele foi caricaturado por Artur Azevedo na peça *O carioca* (BORTOLANZA, 1999).

banalidade dos fatos ocorridos no cotidiano. Com uma crítica afiada, *O Álbum* expôs a risível opinião de que o método contraceptivo do Dr. Abel Parente fosse entendido como uma forma de castração.

Empenhados na “Questão Abel Parente”, Pardal Mallet e *O País* convocaram “a palavra científica do eminente professor Dr. Francisco de Castro” para confrontar as opiniões dos médicos contra a esterilização da mulher (*O País*, 22/03/1893, p. 1). Impedido de dar sua “opinião abalizada” aos leitores de *O País* devido à intimação da justiça para depor no “caso Abel Parente”, Francisco de Castro escreveu uma carta para o jornal, justificando sua impossibilidade temporária de divulgar sua opinião, que foi publicada na primeira página:

Sr. redator – Noticiando hoje a continuação do inquérito policial relativo à questão Abel Parente, dirijo-me V.Ex. um repto por termo tão cavalheiroso que não posso recusar, em que pese ao propósito de manter-me afastado dessa melindrosa questão no terreno em que foi posta, e a despeito do sacrifício que me custa internar-me nela. Obriga-me, porém, a gentileza com que V.Ex. nominalmente me interpela. E logo que terminem as diligências policiais e o íntegro promotor público Viveiros de Castro se haja pronunciado sobre o caso, eu direi despretensiosamente o que penso do assunto, encarando-o pelo lado do direito criminal, da moral pública e da medicina clínica, com fito de justificar o despacho que tive ocasião de proferir na matéria e que tenho por acertado. Em 21 de março de 1893 – Francisco de Castro(*O País*, 22/03/1893, p. 1).

Na época, o Dr. Francisco de Castro ocupava o cargo de diretor da Diretoria Sanitária da capital federal, instituição responsável pela vigilância aos exercícios da medicina e da farmácia. No primeiro despacho sobre o Dr. Abel Parente, solicitado pelas investigações da Promotoria Pública, o diretor declarou que o ginecologista não transgredia as normas legais do exercício da profissão, ao publicar, nos jornais, os anúncios sobre sua “descoberta de prevenir para sempre a concepção” (ROHDEN, 2000). No decorrer do processo judicial, Dr. Francisco de Castro foi intimado para depor a favor de Abel Parente. Sua autoridade deu novos contornos à polêmica sobre a esterilidade feminina e, por extensão, aos direitos da mulher sobre seu corpo.

A defesa do Dr. Abel Parente, interessada em desfazer a “série de equívocos sobre esterilização e aborto”, solicitou ao Dr. Francisco de Castro explicação sobre a distinção desses procedimentos na rotina médica. Com a palavra, o diretor esclareceu que a confusa associação entre “tentativa científica destinada a produzir esterilização e aborto, entidade criminal” não procedia de um raciocínio lúcido:

Esterilidade é a qualidade do organismo incapaz de frutificar; o estado do homem que não gera, ou da mulher púbere que não concebe. Eis a situação fisiológica que o processo do Dr. Abel Parente se propõe a determinar artificialmente em indivíduos do sexo feminino. O aborto é a perda ou malogro do fruto produzido (CASTRO, 1893, p. 6–7).

Em seguida, o Dr. Francisco de Castro declarou que todos os autores são unânimes em afirmar que “não há aborto sem prenhez”, pois o aborto é o “crime contra o embrião nas entranhas maternas” (CASTRO, 1893, p. 13). Diante dessa lógica, o diretor concluiu, mais ou menos nos mesmos termos que Pardal Mallet, que a descoberta científica que se propõe a eliminar “a hipótese de parto, eliminando a de feto e eliminando a faculdade geratriz é a antítese absoluta do aborto” (CASTRO, 1893, p.14). Com o objetivo de aprofundar a diferença entre esterilização e aborto pelo “prisma jurídico”, o Dr. Francisco de Castro citou o Código Penal de 1890 para afirmar que o Artigo 300 não se aplicava ao Dr. Abel Parente, pois a lei punia o cidadão com a intenção de praticar o aborto, e não o especialista que aplicava métodos contraceptivos:

Logo, onde não há o intento de ocasionar o aborto, onde o que se dá, pelo contrário, é o fito de evitá-lo, inibindo a concepção, na ausência da qual o aborto é irrealizável, e insensata a própria ideia de promovê-lo, não se pode, a não ser por confusão, invocar a sanção penal do Artigo 300. No direito, científico ou positivo, como na lógica usual, prevenir e abortar são concepções que se repelem e excluem; porquanto a última supõe o desenvolvimento de um fato, o malogro de uma realidade iniciada, cujo advento possível a primeira se ocupa em cortar antecipadamente (CASTRO, 1893, p. 19–20).

Depois de diferenciar a descoberta contraceptiva do Dr. Abel Parente da prática do aborto, o Dr. Francisco de Castro prosseguiu nas explicações sobre castração e lesões corporais – outra acusação atribuída ao ginecologista. Segundo o diretor, a castração (privação da faculdade de gerar) é um procedimento totalmente diferente da esterilização do Dr. Abel Parente, que não extraía os órgãos reprodutivos da mulher. Caso houvesse a castração, a mulher precisava dar autorização para extrair seus ovários, tendo em vista que o médico não era o único sujeito de decisão sobre o corpo da paciente. Em relação às lesões corporais (crime contra a paciente), o Dr. Francisco de Castro esclareceu que a acusação não se aplicava à descoberta científica do Dr. Abel Parente, porque a aplicação do método contraceptivo no útero da paciente era realizada, somente, com o consentimento da mulher, não causando nenhum constrangimento ou prejuízos à sua saúde:

Mas, até hoje, perante as leis escritas, em toda parte, a fecundidade da mulher constitui um patrimônio seu de que nada, a não serem os laços da disciplina conjugal, a inibe de dispor. E o cúmplice, o auxiliar no uso desse arbítrio, é tão responsável, em face da justiça humana, como indivíduo que ajuda o seu semelhante a se desembaraçar de um membro inútil, incômodo ou perigoso. Todos nós temos essa licença natural, e podemos delegá-las em mãos prestativas. Se essas eram profissionais, ou se curiosas, tiveram a fortuna de servir-nos habilmente, sem que a nossa vida periclite, ninguém pode ir buscar cicatrizes da mutilação corpo de delito contra o operador ou o agente do mutilado voluntário (CASTRO, 1893, p.32 –33).

Na argumentação do diretor da Diretoria Sanitária, a mulher era “senhora de si”, com poder de decisão sobre seu corpo. O Dr. Francisco de Castro não colocava a sexualidade feminina subjugada ao marido e ao médico, pois acreditava que a mulher tinha o direito à esterilidade para evitar “gestações prejudiciais”, como a reprodução de seres com enfermidades hereditárias, como havia explicado o Dr. Abel Parente na *Gazeta de Notícias*. Desse modo, o diretor defendia a intervenção da ciência para auxiliar na prevenção da concepção:

Se há séries de casos incontestáveis, em que a faculdade de gerar se torna contraproducente, isto é, contribui não para vida, mas para a morte, não para a elevação da mulher, mas para sua miséria, não para o desenvolvimento da espécie, mas para sua decadência, não para multiplicação do homem, mas para a multiplicação da peste, a obrigação da ciência é cavar, nos seus estudos, à procura dos meios de acudir a esse mal, paralisando, nos degenerados, a função orgânica que deixou de servir aos seus fins naturais, para contrariá-los (CASTRO, 1893, p. 36).

Ecoando a opinião dos escritores naturalistas, o Dr. Francisco de Castro acreditava que a ciência devia livrar-se do cerceamento do moralismo, “para concretizar a libertação das preocupações estéreis de uma falsa moralidade, de uma falsa religião ou de um falso saber” (CASTRO, 1893, p.37). Com a convicção de que a esterilidade da mulher era o meio eficaz de manter a vida sexual humana em harmonia, o diretor declarou que o objetivo principal da “união dos sexos” não era a concepção, mas a realização saudável dos “instintos sexuais” de homens e mulheres (CASTRO, 1893, p.37).

A voz conceituada do Dr. Francisco de Castro foi o auge do “caso Abel Parente” no processo judicial. Apesar de não ter manifestado sua opinião nos jornais durante a investigação sobre o ginecologista, as reflexões do “respeitável sanitarista” repercutiram na opinião pública por meio das reportagens sobre o inquérito, fomentando, ainda mais, a polêmica sobre o aborto e a esterilização feminina na sociedade brasileira do final do século XIX (ROHDEN, 2000).

2.3 O “caso Abel Parente” e o romance *O aborto*

O impacto dessas ideias não passou despercebido pelos homens de letras. Como vimos, Pardal Mallet se envolveu diretamente na polêmica como intelectual e advogado, mas foi Artur Azevedo, em *O Álbum*, que notou a semelhança entre o romance de estreia de Figueiredo Pimentel e o debate contemporâneo sobre a contracepção. Para ele, *O aborto* parecia ser “uma inspiração da famosa descoberta do ginecologista Abel Parente, que juntos

escandalizaram os terrenos da literatura e da ciência” (*O Álbum*, abril/1893, ano 1, n. 25, p. 107). Esse “choque topográfico” tornou-se uma sensação de leitura, porque o “livro escandaloso” de Figueiredo Pimentel e a descoberta contraceptiva do Dr. Abel Parente galvanizaram o interesse do grande público na mesma época.

Também o livreiro-editor Pedro Quaresma teria percebido a proximidade entre o romance e a polêmica em torno do ginecologista. Atento à repercussão dos anúncios sobre a descoberta científica do Dr. Abel Parente, Pedro Quaresma foi, possivelmente, estimulado a republicar o folhetim *O artigo 200*, de Figueiredo Pimentel, num volume de preço módico, sob o título escandaloso de *O aborto*. Ele apostava que havia um público para essa literatura. Justamente na segunda quinzena de janeiro de 1893, período em que o debate sobre a “invenção contraceptiva de Abel Parente” ganhava vulto nos jornais da capital federal (*Jornal do Brasil*, 05/02/1893, p. 1), a *Gazeta de Notícias* registrou o contrato firmado entre Figueiredo Pimentel e Pedro Quaresma, no qual o escritor cedia os direitos de publicação do livro ao proprietário da Livraria do Povo.

O nosso colega d’*O País*, Figueiredo Pimentel, firmou ontem contrato com a Livraria do Povo, dos Srs. Quaresma & C., para edição do seu romance *O aborto*. Entregue às oficinas tipográficas da Companhia Impressora Fluminense, *O aborto* deverá ser posto à venda por todo mês de fevereiro (*Gazeta de Notícias*, 24 de janeiro de 1893, p. 2).

A história do romance, supostamente verídica, narrava a vida banal da jovem Maria Rodrigues (Maricota), moça de 17 anos, natural de Rio Bonito (RJ) e de posição social razoável, que ao lado dos pais muda-se para Niterói (RJ) no final do século XIX em busca de uma vida melhor, longe do tédio e da mediocridade do interior. Explicitamente filiado ao naturalismo, o romance descrevia com despudor as consequências de uma gravidez indesejada e interrompida por um aborto.

O título original do folhetim – *O Artigo 200* – fazia referência ao artigo do Código Penal do Império do Brasil que criminalizava o aborto. Durante a publicação do folhetim no *Província do Rio*, muitos leitores de Niterói reclamaram em cartas para a redação do jornal contra o caráter escandaloso da história, obrigando o proprietário Joaquim Ferreira Guimarães a suspender a narrativa antes do capítulo final. O fim abrupto de *O Artigo 200* provocou em Figueiredo Pimentel o desejo de revanche contra os “castíssimos e pudicos leitores da Praia Grande” (nome antigo da cidade de Niterói), que haviam censurado seu trabalho em nome do falso moralismo da sociedade fluminense (PIMENTEL, 1893, p. 11).

Em revide, Figueiredo Pimentel serviu-se do “prefácio indispensável” do romance para mandar recados para aqueles que haviam tolhido seu exercício de escritor. Como Abel Parente, ele testava os limites sobre o que se podia dizer em público sobre o sexo e a procriação. Ele estava ciente do caráter escandaloso do livro e sabia que seria atacado:

Só hoje posso cumprir tal prometimento, publicando-o em livro.

Sei que a muitos vou ofender. *O aborto* não é uma fantasia: é a narração de um fato passado em Niterói, que várias pessoas conhecem. Vivem ainda quase todos os seus protagonistas: estudei-lhes as individualidades, como soube e como pude fazer. A paisagem também não podia deixar de ser exata. Sob pena de anti-probidade literária, não me era permitido inventar cenários, cognominar ruas, etc. Não tenho por objetivo magoar quem quer que seja.
PÚBLICO!

Morde-me a mim e ao meu livro com toda a tua hidrofobia; lança-nos os teus insultos e as tuas fezes; calunia-nos; fere-nos! Figueiredo Pimentel (PIMENTEL, 1893, p. 12–13).

Como a ação do romance se passava nos últimos anos da monarquia, a legislação em vigor era o Código Criminal do Império do Brasil, lei de 16 de dezembro de 1830. O trecho que tratava do crime do aborto aparecia na Parte Terceira – Dos crimes particulares, Título II – Dos crimes contra a segurança individual, Capítulo I – Dos crimes contra a segurança da Pessoa e Vida, na seção II sobre o Infanticídio. Na redação do texto jurídico, o crime de aborto incluía o ato de fornecer, com conhecimento de causa, drogas, ou quaisquer meios para produzir o abortamento. “Se este crime for cometido por médico, boticário, cirurgião ou praticante de tais artes, penas dobradas”, explicava a lei imperial, para a consternação do estudante de Farmácia Mário, que no romance era o pai da criança indesejada.

Ao responder a pergunta da moça sobre a existência de algum remédio que interrompesse a gravidez, Mário pediu segredo, pois sabia que estava cometendo um crime:

– Tenho muitos [remédios], embora não haja realmente abortivos. A única coisa infalível é o punctionamento do óvulo, mas a isso não me atrevo: é uma operação arriscadíssima...

– Mas um xarope qualquer, um remédio caseiro?

– É o que vou ver... Olhe que é uma coisa grave o que vamos fazer. A lei pune os abortos provocados, no Artigo 200 do código criminal. Sabemos bem disso, porque, na Escola, muitas vezes caçoávamos uns com os outros. Escuso de te recomendar todo segredo.

– E não há perigo?

– Não, absolutamente nenhum. Deixa estar que arranjarei tudo da melhor forma possível. Em todo caso, acalma-te (PIMENTEL, 1893, p. 147–148).

Decidido a não puncionar o óvulo para provocar o sangramento e a expulsão do feto, Mário recorreu a uma bebida conhecida por “cozimento de sabina” (PIMENTEL, 1893, p. 148). O nome científico da planta de onde se extraía o xarope era *Juniperus Sabina Linnaeus*, da família das cupressáceas, espécie de árvores e arbustos semelhantes aos ciprestes que tem como princípios ativos o tanino (ácido para curtimento de couros), a resina (substância inflamável) e a goma (substância viscosa empregada na colagem de materiais naturais ou sintéticos). Por sua propriedade emenagoga – a de restabelecer o fluxo menstrual –, a planta é procurada para as práticas de aborto até hoje, apesar de conter substâncias tóxicas que envenenavam o organismo da gestante, provocando intensa hemorragia, que pode levar ao óbito (RODRIGUES, 2011; VÁZQUEZ, 2007), como ocorre com Maricota no romance.



Legenda: Sabina – nome científico: *Juniperus Sabina Linnaeus*, planta abortífera. À esquerda na fase pré-florescência e à direita pós-florescência.

Fonte: Imagens do herbário do Jardim Botânico da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Portugal.

De modos diferentes, tanto o “caso Abel Parente” quanto o romance de Figueiredo Pimentel traziam à baila dois temas inabordáveis da vida da mulher: a interrupção da gravidez indesejada e o sexo fora da procriação. A polêmica alavancou as vendas do romance naturalista, tornando-o o maior sucesso de livraria do mercado editorial brasileiro de então (EL FAR, 2004), como também deu origem ao público fiel que acompanhou o “folhetim científico-judicial” sobre o médico italiano na imprensa (*O País*, 29/02/1893, p. 1). Como sabemos, a redação original do romance era anterior ao “caso Abel Parente”, mas a associação feita por Artur Azevedo mostrava que os dois acontecimentos – o aparecimento de *O aborto* e os avanços da clínica ginecológica – estavam ligados à mesma mudança de mentalidades.

2.4 Arquivamento do processo e desdobramentos

Passado o período dos depoimentos, o promotor Viveiros de Castro, em 28 de maio de 1893, pediu o arquivamento do “caso Abel Parente” por ausência de provas que incriminassem o método contraceptivo adotado pelo ginecologista (*O País*, 30/05/1893, p.1). Como o processo judicial tornou-se a atração da imprensa brasileira, os jornais divulgaram o desfecho do inquérito. O *Jornal do Brasil* deu “uma nota simples” sobre a decisão de Viveiros de Castro, ao passo que *O País* vibrou com o ofício do promotor público. Para dar destaque ao encerramento do processo, *O País* transcreveu o “documento da promotoria pública”, avisando aos leitores de que o jornal publicaria o depoimento do Dr. Francisco de Castro, em formato de artigo, no dia 31 de maio de 1893:

A CONCEPÇÃO

O Sr. Dr. Viveiros de Castro entende que do inquérito e das investigações médicas feitas para conhecimento da verdade, provou-se nenhum delito ter cometido aquele parteiro, de modo a justificar a ação penal. Antes de dar aos nossos leitores o documento da promotoria pública, avisamo-nos que já amanhã inseriremos o primeiro dos artigos em que o Dr. Francisco de Castro exporá a sua opinião abalizada nesse delicado ponto científico, conforme se comprometeu com nossa folha. [...] Eis agora a promoção do Dr. Viveiros de Castro:

‘Tendo-se repetido insistentemente por parte de algumas folhas diárias desta capital, reclamações relativas ao processo do Dr. Abel Parente, que na qualidade de ginecologista e parteiro anunciava empregar um meio de sua invenção, destinando, sob definidas condições mórbidas, a prevenir para sempre a concepção; por outro lado não havendo sido o referido processo por enquanto divulgado, sendo exclusivamente posto em prática pelo próprio autor; além disso, lançando-se pelos mesmos órgãos da imprensa a suspeita de que sob as aparências deste processo se praticava o aborto criminoso ou se produzissem mutilações de órgãos e aparelhos necessários ao exercício psicológico da vida genital da mulher, caso fosse a operação ginecológica em questão efetuada fora das restrições expressas no anúncio referido médico, requeri, no intuito de averiguar a verdade em vários pontos com que entendem os interesses da justiça pública, inquirição policial sobre o assunto, indicando se ouvissem ao mesmo tempo alguns especialistas e também o professor de medicina legal.

Do inquérito minucioso a que se procedeu, resultaram, ao lado de apreciações de caráter exclusivamente científico, que apenas envolvem questões de doutrina, alegações por parte de um dos depoentes de dois fatos aduzidos como contrários à eficácia do invento do Dr. Abel Parente. Mas sem a imprescindível individualização, sem a declaração de nomes, sem a precisa determinação da época e do lugar, sem as circunstâncias elucidativas do delito, não é admissível, em direito, a denúncia nos positivos termos do art. 79 do código do processo criminal. E demais, a inocuidade de um invento não pode ser assemelhada aos estratagemas empregados para iludir a credulidade pública, afirmando a cura de moléstias incuráveis, que constitui o delito do art. 157 do código penal. A história da medicina não é senão a história das tentativas ora felizes, oras frustradas, para descoberta de processos científicos.

Igualmente nada se demonstrou no inquérito que afetasse os bons costumes ou os ditames da moral pública. Pela Sociedade de Higiene do Brasil me foram apresentados, no correr do inquérito policial; dois fetos em que se afirmava a

existência de lesões produzidas pelo emprego de cáusticos, a que, segundo se dizia, recorrera o Dr. Abel Parente. Mas a inquirição aberta em torno desta denúncia não conseguiu sequer demonstrar que fosse esse o facultativo que prestara socorros profissionais a gestante a quem se atribuem os fetos, porque os próprios autores da denúncia encerraram-se, relativamente, à exibição de provas, no segredo que domina o exercício da medicina. Também do exame médico-legal dos fetos, realizado pelos Drs. Chapot Prévost e Souza Lima, professores de histologia e medicina legal, indicados por mim, e pelo Dr. Francisco Fajardo, assistente de clínica na Faculdade de Medicina, nomeado pela autoridade policial, ficou provada a integridade do tegumento externo [conjunto formado pela pele e seus anexos: pelos, unhas, cabelos e glândulas].

Ora, não havendo disposição alguma de lei, quer na legislação sanitária, quer no código penal, que se oponha a que o facultativo empregue, com intuito de evitar males maiores ou de curar afecções atuais, o processo terapêutico que entender; e não havendo, outrossim, apurado através de longa indagação fato de qualquer ordem, revestido dos caracteres de realidade, ficando pelo contrário nulificadas em sua significação as peças oferecidas como elementos de prova, entendo que o Dr. Abel Parente não transgrediu os termos da lei, o que aliás já foi declarado pelo Dr. diretor da repartição sanitária do distrito federal [Dr. Francisco de Castro], e requeiro, portanto, o arquivamento do presente inquérito’ –

Rio, 28 de maio de 1893 – Francisco José Viveiros de Castro (*O País*, 30/05/1893, p.1).

Cumprindo a promessa, *O País* iniciou a publicação dos artigos do Dr. Francisco de Castro. Os textos assinados pelo médico procediam do seu depoimento perante a promotoria pública a favor do réu Dr. Abel Parente. Naquele mesmo ano a Livraria Laemmert reuniu os textos num único volume, no livro *O invento Abel Parente no ponto de vista do direito criminal, da moral pública e da medicina clínica* (1893). A obra traz todas as acusações envolvidas no Caso Abel Parente, com objetivo de refutá-las por meio de argumentos fundamentados nas áreas jurídica, moral e médica (ROHDEN, 2000).

Como deixa claro o título do livro, o Dr. Francisco de Castro buscou incutir, no “caso Abel Parente”, o perspectivismo inerente aos debates sérios, que pretendem a formulação de ideias baseadas na conscienciosa análise dos fatos estudados. Recorrendo aos argumentos de autoridade das diferentes áreas do conhecimento, o Dr. Francisco de Castro solicitou a consultoria de Rui Barbosa (1849–1923) para robustecer suas declarações sobre as acusações contra Abel Parente, no tocante aos crimes contra a segurança de pessoa e vida, a partir do ponto de vista da legislação do Código Penal de 1890 (BASTOS & WEID, 2007).

Laemmert & C.
Editores
RIO DE JANEIRO-S. PAULO-RECIFE

Obras de Medicina publicadas e à venda em sua casa:

Anatomia descriptiva (Tratado de) pelo professor Dr. José Pereira Guimarães. 3 tomos encadernados em 2 grossos volumes, com cerca de 1600 páginas e illustradas com 400 gravuras finas. Preço, encadernado..... 34\$000.

Análises das urinas e exame dos escarros, pelo Dr. Pires de Almeida, 1 volume..... 3\$000.

Clínica propedeutica (Tratado de) pelo Dr. Francisco de Castro, lente catedrático da faculdade de medicina do Rio. Tomo I—EXAME DO APPARELHO CIRCULATORIO, 1 grosso vol. in-8.º de 443 pag., brochado 15\$000, encadernado 18\$000.—Tomo II EXAME FINECIO DO APPARELHO RESPIRATORIO, 1 volume de 429 páginas, brochado 15\$000, encadernado..... 15\$000.

Do diagnostico em clinica medica, pelo Dr. Klempner. Obra traduzida com autorisação do autor pelo Dr. F. Fajardo, assistente de clinica propedeutica da faculdade do Rio. 1.º vol. in-12.º ornado com 70 finas gravuras, brochado 10\$000, encadernado..... 13\$000.

Des espasmos nas affecções dos centros nervosos. Thèse de concurso do Dr. Miguel Couto, Professor substituto da 7.ª secção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1898) 1 volume in-8.º grande..... 5\$000.

Hypnotismo (Tratado de) pelo Dr. F. Fajardo, 2.ª edição melhorada e ornada com muitas estampas, 1 vol. in-8.º grande 600 pag., brochado 12\$000, encadernado.... 16\$000.

Hematologia tropical, ensaio clinico pelo Dr. Miguel Pereira (ex-interno do Dr. Francisco de Castro), 1 volume in-4.º com 12 gravuras finas, brochado..... 5\$000.

Histórias das plantas medicinaes e uteis do Brazil, contendo a descripção botânica, cultura, partes usadas, composição chimica, seu emprego em diversas molestias, etc., por Theodoro Peckolt e Gustavo Peckolt 7 vols. publicados in-8.º cada volume..... 8\$300.

O invento Abel Parente no ponto de vista do Direito Criminal, da Moral Publica e da Medicina Clinica pelo Dr. Francisco de Castro, 1 volume in-8.º brochado..... 4\$000.

Localizações cerebraes e a Physio-Pathologia da Linguagem. Lições effectuadas pelo professor Leonardi Bianchi, Director da clinica psychiatrica na real universidade de Napoles, compiladas pelo Dr. Manfredi Pelli e traduzidas do italiano, pelo Dr. Vicente de Souza, 1 volume in-8.º..... 6\$000.

O Microbio da malaría, memoria apresentada á Academia Nacional de Medicina em Dezembro de 1892 pelo Dr. F. Fajardo, 1 volume com finas estampas, representando 19 preparados microscopicos..... 3\$000.

Microbio pathogenico da febre amarella, trabalho lido perante a Academia Nacional de Medicina e apresentado ao Congresso medico Pan-Americano de Washington, pelo Dr. J. B. de Laetitia, 1 vol. in-8.º com finas estampas..... 4\$000.

Percussão e auscultação (Compendio de) adaptado do original francez de Barth ao ensino da medicina do Brazil e acrescentado de valiosas observações e notas extrahidas das lições de Torres Homem, pelo Dr. Pires de Almeida, 1 grosso volume de 850 páginas com attidas gravuras intercaladas no texto, brochado 12\$000, encadernado..... 26\$000.

Phthisica pulmonar (Tratado de) pelo Dr. Joaquim Rios dos Santos Andrade, com uma introdução do saudoso professor Dr. Torres Homem, 1 grosso volume in-8.º..... 3\$000.

Prognostico das molestias do coração, pelo professor E. Leyden, traduzido e anotado, pelo Dr. Francisco de Castro, 1 volume in-8.º brochado..... 4\$000.

66, RUA DO OUVIDOR, 66

Legenda: Relação de Obras de Medicina publicadas e vendidas pela editora Laemmert: 9º item, *O invento Abel Parente no ponto de vista do direito criminal, da moral pública e da medicina clínica*, 1 volume por 4\$000.

Fonte: *Revista Brasil Médico* abril/1901, n.13–16.

O livro do Dr. Francisco de Castro foi bem recebido pelos homens de letras, de modo geral simpatizantes dos direitos da mulher sobre seu próprio corpo. Na *Gazeta de Notícias*, *O invento Abel Parente* foi o livro da semana da seção “Opiniões da imprensa”. Segundo o comentário do jornal, a obra científica do Dr. Francisco de Castro era um trabalho que reputava, ainda mais, o conceito do diretor da Diretoria Sanitária. A seriedade e a erudição do autor davam ao livro o caráter de uma pesquisa idônea e comprometida com o propósito de

esclarecer a importância da prevenção de concepções indesejadas. Para a *Gazeta*, o “primoroso estudo sobre o Caso Abel Parente” era uma sugestão de leitura imperdível para os leitores interessados nas razões pelas quais os avanços da ciência foram colocados na condição de réu e “atacados pelas opiniões desatentas sobre o progresso científico”:

O invento Abel Parente no ponto de vista do Direito Criminal, da Moral Pública e da Medicina Clínica, pelo Dr. Francisco de Castro. (Rio de Janeiro, 1893) Laemmert &C., Editores.

Em um belo volume de 140 páginas nítidas e cuidadosamente impressas reúne o ilustrado professor Francisco de Castro os excelentes e magistras artigos que deu à estampa em dias consecutivos em *O País*, acudindo ao apelo desse jornal e com intuito de articular as razões pelas quais entendeu que o anúncio de Abel Parente, sujeito à sua apreciação de autoridade sanitária, não encerrava matéria de crime, nem elemento de ofensa à moral. Vem o assunto dividido em quatro capítulos: 1º. Do aborto criminoso; 2º. Castração, Mutilação e Lesões Corporais; 3º. Moral Pública e 4º. Indicações científicas. Seguem-se as conclusões gerais e um apêndice, compreendendo a promoção dada pelo Viveiros de Castro, 1º promotor público do Distrito Federal, e uma resposta aos artigos do Dr. Souza Lima (*Gazeta de Notícias*, 14/08/1893, p. 2).

Em *A Semana*, na coluna “Gazetilha Literária”, o livro ganhou destaque especial da revista, que comentou a “profundidade do estudo atento aplicado na obra acerca do invento Abel Parente” (*A Semana*, 19/08/1893, p. 6). No *Jornal do Recife*, os anúncios sobre a publicação do livro explicavam a posição do Dr. Francisco de Castro diante dos métodos contraceptivos:

Segundo pensa o autor, impedir a concepção no caso de defeitos de conformação na mulher e no de degenerações transmissíveis aos filhos não é um crime perante o nosso Código Penal, e perante a moral pública e a medicina clínica é uma necessidade e dever da humanidade (*Jornal do Recife*, 23/08/1893, p.4).

Enquanto “os jornais aliados ao *Invento Abel Parente*” comentavam a contribuição do livro à literatura médica e ao esclarecimento da população, *O País* – o ponto de partida para publicação da obra – abria espaço a outros jornalistas para expressarem suas opiniões nas suas páginas contestadoras. Censurado na *Cidade do Rio*, o jornalista e escritor Luiz Murat (1861–1929) encontrou acolhida na redação de *O País* e pôde expor sua opinião sobre o “notável livro do Dr. Francisco de Castro”:

Satisfazendo aos desejos do Dr. Luiz Murat, abrimos espaço, em outro lugar desta folha, ao 2º artigo de uma série, que S.S. iniciou nas colunas da *Cidade do Rio* sobre o invento Abel Parente, julgado pelo erudito Dr. Francisco de Castro, e que, por motivo de opinião do redator chefe [jornalista e escritor José do Patrocínio] daquela folha, ali não pôde continuar (*O País*, 19/08/1893, p.1).

O arquivamento do processo judicial e o “estilo elevado e fundamentado do livro *O invento Abel Parente*” promoveram, consideravelmente, o nome do ginecologista na opinião pública (*O Tempo*, 06/08/1893, p.1).

A consagração do Dr. Abel Parente diante da sociedade fluminense se consolidou em junho de 1893 com a edição da revista *O Álbum*, que dedicava uma biografia ao médico. A revista, além de biografar a “personalidade da época”, trazia o retrato do biografado com o objetivo de construir uma memória da história cultural do Rio de Janeiro. Sem ocultar a pretensão de ser a “testemunha dos grandes acontecimentos” da última década do século XIX por meio do moderno e influente registro fotográfico, *O Álbum* assumiu a responsabilidade (com as futuras gerações) de retratar os grandes vultos da sociedade que colaboraram para a inteligência nacional, conforme as palavras do diretor Artur Azevedo no primeiro número da revista, em janeiro de 1893:

Cada número trará, fora do texto, um retrato de pessoa notável, constituindo assim o *Álbum*, no fim de algum tempo, uma interessante galeria, na qual figurarão, em curiosa promiscuidade, todas as classes sociais. Parece-nos que na época de renovação que atravessamos, neste surgir constante de novas fisionomias, nesta volatilização social de velhas figuras do segundo império, uma folha deste gênero terá mais tarde o seu valor documentário. A fotografia matou a gravura desde que conseguiu imprimi-la em grandes tiragens, dando-lhe ao mesmo tempo uma inalterabilidade indiscutível. A fotografia é, como se vê, o triunfante processo dos nossos retratos, que não hesitamos em recomendar como verdadeiros modelos do gênero. Essa parte, muito importante, do *Álbum*, confiamos às acreditadas oficinas da Companhia Fotográfica Brasileira, e especialmente aos bons cuidados de nosso amigo João Gutierrez, o simpático e habilitadíssimo co-proprietário e gerente daquele estabelecimento artístico e industrial (*O Álbum*, janeiro/1893, ano 1, n.1, p.1).

Depois de defender a “Questão Abel Parente” nas páginas de *O País*, Pardal Mallet ficou com a missão de escrever a biografia do Dr. Abel Parente em *O Álbum*. O jornalista demonstrou satisfação com a oportunidade de participar, ativamente, da história da evolução científica das sociedades modernas do século XIX, como testemunha ocular dos fatos e, principalmente, como representante do médico na imprensa brasileira. Comparando o fato mais marcante da vida do Dr. Abel Parente – o processo judicial – às inquisições do século XVI, Pardal Mallet equiparou a trajetória do médico à dos “homens de ciência” de épocas passadas, um inovador incompreendido hoje e compreendido amanhã. Como a do médico belga André Vesalius (1514–1564) – considerado o pai da anatomia moderna e condenado à morte por ter sido o pioneiro na prática da autópsia –, e a do cientista italiano Galileu Galilei

(1564–1642), perseguido pela Igreja por defender a tese de que a Terra não era o centro do universo.

Dr. Abel Parente

Se ainda alguém houvesse com audácia para negar a veracidade dos prolóquios, aqui estaria o caso do Dr. Abel Parente para demonstrativa de que há males que vêm para bem. Tudo fizeram contra ele. Numa verdadeira campanha de extermínio, como só a sabe pelejar oficial do mesmo ofício, foram desde reclamar a intervenção da Justiça até a ameaça e ao propósito de uma deportação popular. E de tudo isso, dessa preocupação e desses dissabores de dias infintos, apenas resta um decisivo triunfo para o notável ginecologista, que mais forte se sente agora, retemperado por essa proclamação de inocência na devassa que lhe impuseram, como ouro de lei aquilatado na pedra de toque.

Historiemos, porém:

Não pode ser um simples canto de vitória este perfil que me pediram para acompanhar o retrato do ilustre clínico. A projeção de luz que atiraram sobre a sua individualidade, destacando-o do comum, como um vulto de sábio e de perseguido, criou exigências de curiosidade que desejam remontar-se até o berço dos homens em evidência.

Nascido, a 29 de julho de 1851, numa pequena aldeia da província de Salerno, e filho legítimo de Mathilde e Giuseppe Parente, o Dr. Abel Parente foi educado em Nápoles. Ali, em 1875, formou-se em medicina na Universidade dessa cidade, tendo frequentado os cursos do grande Cantani, de Tomasi, Sêmola, Calobarelli e outros não menos notáveis da adiantada escola italiana. E fê-lo com tal aproveitamento que, logo depois de diplomado, conseguiu os primeiros lugares em dois concursos para médico do grande hospital denominado Incurabile e para o de Gesù e Maria.

Imigrando para o Brasil em julho do ano seguinte, e submetendo-se em dezembro ao necessário exame de suficiência, para logo conseguiu a estima de Torres Homem,⁸ e acentuou o seu espírito investigador e doutrinário.

[...] Sua descoberta de prevenir para sempre a concepção, lhe foi objeto de profundos estudos e que, por pouco, tão caro não lhe ia custando. Foi sobre essa que versou a grande campanha, agora ultimada. Tendo chegado a resultados precisos e certos na pesquisa a que se entregara, o Dr. Abel Parente, como todo o mundo, anunciou a aplicação do seu processo, levando o zelo de consciência a ponto de discriminar os casos em que o empregaria.

[...] A questão, nova em si, provocou reparo e comentário mais sentimental e impressionista do que estudado e científico. E os desafetos de classe, os inimigos, que o talento nunca deixa de conseguir quando entra em concorrência com as mediocridades, esposaram esse ponto de vista de crônica ligeira e deram-nos o triste espetáculo do academismo, rancoroso e exclusivista, coligado em massa, para o trabalho inquisitorial que condenara Galileu e condenara André Vesalius. Inúmeros foram os pareceres, então publicados, rançosos de ciência velha, todos a se resumirem nesta argumentação: ‘Como até agora nenhum tratado clássico fala num processo de prevenir para sempre a concepção, como nós, acadêmistas! Não o sabemos e nunca pensamos nisto, é impossível que o Dr. Abel Parente o tenha descoberto’.

[...] Entraram em jogo todas as armas aparelhadas do jesuitismo subterrâneo. Cartões impressos e difamadores foram distribuídos às centenas. Artigos anônimos e insultuosos diariamente apareceram. E vozes autorizadas aconselharam que

⁸João Vicente Torres Homem (1837-1887), professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e um dos mais importantes médicos do século XIX.

nenhuma doente fosse procurar o notável especialista, porque todas as senhoras que lhe comparecessem no escritório seriam chamadas à polícia e submetidas a rigoroso interrogatório, talvez não escapando a pronúncia de cumplicidade. Para armar a efeito, recorreram até a preconceitos nativistas, aconselhando a deportação popular desse italiano que ofendia a mulher brasileira, e estancava em sua origem a fonte da vida nacional, mal lembrados de que, brasileiro de coração, o Dr. Abel Parente fez-se notável logo depois do 15 de novembro numa polêmica em defesa da lei de naturalização, divergindo nesse momento de ex-patrícios, e abraçando entusiasticamente a causa da República, de que fora um simpático nos tempos difíceis de propaganda.

[...] Exacerbados, como então se achavam, os ânimos, a questão não podia correr à revelia do poder judiciário. E, assim compreendendo, a escrupulosa inteireza de caráter do Dr. Viveiros de Castro chamou-a ao seu fórum. Já sobre ela se havia pronunciado a autoridade sanitária que, a cargo de um homem de estatura intelectual e moral do Dr. Francisco de Castro, melhor respeito devera merecer de seus colegas. A conspiração academista entendera, porém, de passar por sobre o despacho daquele que se fez o herdeiro científico de Torres Homem. E a questão, afeta à Justiça, correu os seus trâmites legais, concluindo-se pelo arquivamento de um inquérito em que, entretanto, se deixara aos adversários do denunciado a mais inteira liberdade de prova, e em que estes foram os próprios a evidenciar o nenhum fundamento de encrespações, em sua totalidade filhas de uma paixão exclusivista e perseguidora.

Bem houve de tudo isto. Para nossa literatura médica este caso forneceu a magistral memória com que o Dr. Francisco de Castro justificou a justiça rigorosamente científica do seu despacho. Para o Dr. Abel Parente foi a consagração definitiva do seu invento, e a pedra de toque em que se apurou o valor intrínseco de sua individualidade. E para nós todos foi a prova de que a evolução dos séculos vai abolindo o particularismo opressor das confrarias.

Pardal Mallet (*O Álbum*, junho/1893, ano 1, n.25, p. 193–195).

2.5 Novo processo, manifestação e consagração

Apesar do reconhecimento público do Dr. Abel Parente e da vitória no primeiro processo, as dissidências sobre seu método contraceptivo continuaram. Em 1901, o médico foi processado pelo marido de uma paciente, D. Maria Antonieta de Brito, sob a acusação de que o método de esterilização aplicado pelo ginecologista havia levado sua esposa à loucura (*A República*, 09/04/1901, p. 1). Para piorar o quadro, as deformações no colo do útero da paciente confirmavam que o médico provocara um aborto numa noite em que fora chamado à casa da enferma (*Gazeta de Notícias*, 01/12/1900, p. 2). O inquérito reavivou o “caso Abel Parente” e recolocou nas páginas dos jornais o debate sobre a contracepção e a interrupção da gravidez. Inimigos do ginecologista desde 1893, como Publio de Mello, reorganizaram as forças de oposição. O auge do ataque se deu no dia 04 de maio de 1901, um sábado, quando uma multidão estimada em duas mil pessoas protestou em frente ao consultório do Dr. Abel Parente, na Rua do Ourives. A *Gazeta de Notícias* noticiou no dia seguinte e produziu uma gravura do protesto:



Legenda: A manifestação Abel Parente a 4 de maio de 1901.

Fonte: *Gazeta de Notícias/RJ*, 05/05/1901.

Ao meio dia de ontem reuniram-se nas imediações da Escola de Medicina alunos de diversas escolas superiores de ensino, constituindo uma massa superior a oitocentos estudantes.

Quando se preparavam os rapazes para sair à rua, em passeata, apareceram entre eles duas senhoras, uma delas, dizem que até em lágrimas, pedindo para que nada efetuassem contra o Dr. Abel Parente, que era indigitado como alvo do ridículo em pública manifestação de desagrado.

Os moços responderam atenciosamente que era firme propósito de todos tornar evidente a repulsa que lhes causava o médico esterilizador pela soma de atentados que sua clínica provoca contra a moral.

Esteve também presente o 3º delegado, Dr. Belizário Távora, a quem prometeram os estudantes que nenhum desacato praticariam, mesmo contra o manifestado.

Alguns seguravam um caixão que encerrava um boneco de palha, que era custodiado por um rapaz que trazia uma carapuça vermelha.

Grande número de manifestantes envergavam grotescas opas de metim, fazendo que mais de ordinário se encontra no mercado.

No caixão se lia a seguinte frase: “Graças ao meu parente, orai por ele”.

Nas pontas das bengalas ostentavam-se pequenos bonecos de louça, com cartazes em que se lia: “Extrato deletério de feto macho; as suas vítimas”.

Desceram pela Rua da Misericórdia, tomaram pela Rua do Ouvidor, saudando de passagem os jornais, dirigiram-se ao Largo de São Francisco para saudar os colegas da Escola Politécnica, seguiram depois pela Travessa São Francisco, Rua Sete, Largo da Carioca, Rua Gonçalves Dias, outra vez Rua do Ouvidor. Passando o

préstito em frente ao *Cidade do Rio*, aí um aluno obteve uma escada, trepou nela e do alto deitou formidoloso discurso.

É inútil observar que a marcha foi engrossando com os adeptos encontrados no caminho, de sorte que quando tomaram pela Rua dos Ourives a multidão se elevava a umas duas mil pessoas.

Pararam todos em frente ao escritório do Dr. Abel Parente que se achava guardado por agentes de segurança, sob ordens do inspetor tenente Duarte Correia.

Começou então um coro sinfônico, ou que outro nome tenha, em que entrou em contribuição toda sorte de instrumento, desde gaita até a sanfona.

Foi uma verdadeira apoteose em seu gênero!

As janelas circunvizinhas se encheram; cabeças curiosas assomaram às portas; em todos os lábios havia um sorriso de satisfação.

É que o caso dava mesmo para se passar o resto do dia com boas disposições.

Onde estava o manifestado?

Ninguém o sabe.

– Por modéstia eclipsou-se, dizia um aluno.

– É que a comoção lhe embargou a voz, disse outro.

– Uma cousa assim nunca se viu, afirmou um terceiro.

Vozes avulsas esguicharam:

– Papão!

– Comilão!

– Devora crianças!

– Mata meninos!

No meio de tão estrondosas ovações, surge um ferrabrás de chanfalho e quer levar tudo a ferro e fogo...

– Eu sou a ordem e a paz! gritava o façanhudo, ameaçando engolir toda a manifestação.

A estudantada resistiu a pé firme e teve de correr à força os dois representantes do sossego urbano e suburbano.

Deu isso em resultado fugirem as duas praças com toda a força das pernas dos cavalos em que montavam.

Terminada a prova de apreço, dispersou-se a massa dos apreciadores do Dr. Abel Parente, os quais, formando grupos diversos, tomaram direções diversas.

No Largo do Rocio dá-se segundo incidente entre alguns estudantes e uma praça; felizmente tudo logo serenou.

Uma força composta de dez praças, que, comandada por um sargento, se dirigia para a Rua dos Ourives, teve ordem de retroceder, da autoridade, que assim quis evitar

qualquer irritação de ânimos, o que poderia dar lugar à ostentação da polícia, assim arregimentada.

Os soldados que promoveram o incidente na Rua do Ouvidor foram presos.

Sabemos que o Sr. Dr. Abel Parente pediu a um seu colega que fosse à polícia reclamar garantias. Essas garantias foram dadas para que a casa deste cirurgião estivesse guardada por agentes de segurança (*Gazeta de Notícias/RJ*, 05/05/1901, p. 2).

O julgamento só ocorreu em agosto daquele ano. A Junta Correcional da 3ª pretoria do Rio de Janeiro, em 07 de agosto de 1901, julgou procedente o processo contra o ginecologista, imputando ao Dr. Abel Parente responsabilidade criminal e imperícia no exercício da profissão. O advogado recorreu da sentença e o Dr. Abel Parente pagou fiança para ficar em liberdade:

Perante a Junta Correcional da 3ª pretoria, presidida pelo Dr. Penna Forte Caldas, servindo de promotor o Dr. Costa Ribeiro, foi submetido a julgamento o Dr. Abel Parente, acusado do crime de imperícia e imprudência (Art. 306 do Código Penal). O julgamento começou anteontem ao meio-dia só terminando ontem às 5 horas da tarde, resolvendo a Junta condenar o Dr. Abel Parente a 15 dias de prisão celular [cadeia penitenciária] e mais custas. Acompanharam o processo, como defensor, o Dr. João Severiano da Fonseca Hermes e como acusador particular, por parte da ofendida, o advogado Sr. Evaristo de Moraes. O defensor apelou da sentença para a Câmara do Tribunal Civil e Criminal, prestando o Dr. Abel Parente fiança para livrar-se solto. O Dr. Mello Mattos, convidado para acompanhar com o Dr. Fonseca Hermes a apelação, aquiesceu ao convite (*O País*, 08/08/1901, p. 2).

Por fim, no dia 30 de outubro, a Câmara Criminal do Tribunal Civil e Criminal anulou, por falha processual, o julgamento que condenara o ginecologista, para grande consternação de seus inimigos (*Gazeta de Notícias*, 31/10/1901, p. 1).

Em 1907, o método contraceptivo de Abel Parente teve, novamente, repercussão na sociedade fluminense com a publicação do livro *O invento Abel Parente ou a esterilização da mulher por uma operação ginecológica sem a castração*, do Dr. Abelardo Acetta. Seguidor do “eminente especialista”, Abelardo Acetta organizou o livro a partir das aulas ministradas por Abel Parente na sua Casa de Saúde, com o propósito de divulgar as lições do ginecologista sobre a esterilização feminina e as implicações clínicas e sociais do método contraceptivo nas práticas médicas (ROHDEN, 2000). Com a carreira em ascensão, o Dr. Abel Parente, além de citado por outros ginecologistas em trabalhos acadêmicos, foi indicado para membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) – instituição fundada em 1838 com objetivo de preservar a memória nacional–, devido às contribuições científicas do médico italiano para o povo brasileiro:

Dr. Abel Parente

Com prazer divulgamos a proposta com a qual é indicado esse ilustre clínico o notável especialista como membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Motiva-se o fato de ter esse afamado médico escrito importantes monografias sobre medicina e, sobretudo, de ter-se referido sempre com *intelletto di amore* ao Brasil e aos brasileiros. É digno de nota, visto que todos os que têm escrito sobre o Brasil referem-se exclusivamente às belezas naturais. O Dr. Abel Parente é o único cientista, entre os mais notáveis estrangeiros que têm pisado o solo da nossa pátria, que tem glorificado os méritos dos brasileiros (*Gazeta de Notícias*, 02/06/1907, p.1).

2.6 A morte de Abel Parente

Em 1917 o Dr. Abel Parente voltou para a Itália e foi, aos poucos, vendendo as propriedades que adquiriu no Brasil. Ele faleceu em Nápoles em 24 de março de 1923 (*O Jornal*, 25/03/1923, p. 13), com setenta e um anos. O médico era solteiro e seus bens ficaram para uma afilhada. A imprensa brasileira deu a notícia em notas de falecimento, enquanto *O Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, reservou uma coluna de primeira página da edição de 25 de março de 1923 para um obituário:

Em Nápoles, onde se encontrava há anos, faleceu ontem à tarde o Dr. Abel Parente.

Trata-se de um de um médico que durante muitos anos residiu no Rio de Janeiro, aqui exercendo os deveres de sua profissão e tendo um grande número de amigos e de clientes.

O Dr. Abel Parente formara-se em Nápoles. Perto de 1890 transportou-se para essa capital.⁹ Aqui começou desde logo a exercer a clínica ginecológica, ramo de medicina para a qual desde seus primeiros estudos havia revelado especial tendência. Aqui no Rio Abel Parente abriu uma Casa de Saúde em São Cristóvão, no prédio onde antigamente morou a Marquesa de Santos. Com uma grande fé na sua profissão, Abel Parente desde logo granjeou invejável nome, impondo a sua casa como uma das mais importantes do Rio de Janeiro.

Na sua numerosa e importante clínica de senhoras, ele ia reunindo casos interessantes, observações características. Mais tarde, apresentou seu processo de cura do fibroma e o seu método de esterilização feminina. A classe médica iniciou então uma violenta campanha em torno do nome de Abel Parente, procurando por todos os meios desacreditá-los no conceito público. Um acaso desagradável, uma operação malsucedida, foi o canto de vitória dos adversários do médico. Nessa ocasião o seu nome andou seriamente comprometido. A opinião de um grande nome, de Francisco de Castro, porém, veio ao seu encontro. E foi Francisco de Castro quem demonstrou à saciedade a nenhuma culpabilidade de Abel Parente no acidente que sobreviera à operação em discussão.

Aperfeiçoando-se cada vez mais nos métodos da cirurgia, Abel Parente se viu prejudicado em sua especialidade. Ele próprio reconhecia não ter excepcionais

⁹Trata-se de uma informação equivocada, como demonstram outras fontes consultadas neste trabalho.

qualidades de cirurgião. Foi daí que resolveu dedicar-se a outro ramo da medicina. Sofrendo de diabetes, nela se especializou. Mercê de método enérgico, no qual aplicou as melhores conquistas da ciência contemporânea, conseguiu, em pouco tempo, curar-se da enfermidade que sofria. Desde essa ocasião, grande número de diabéticos começaram a procurar Abel Parente, que os ia libertando, conforme podia, desse mal.

Há cerca de seis anos, Abel Parente transferiu-se para a sua pátria.

Ali o foi encontrar a morte agora (*Correio da Manhã*, 25/03/1923, p. 1).

O estudo do “caso Abel Parente” nos ajuda a entender como o aparecimento de *O aborto*, de Figueiredo Pimentel, estava ligado a um processo de popularização do saber médico-científico na sociedade brasileira nos primórdios da República. O principal incômodo da classe médica em 1893 foi a audácia de Abel Parente de anunciar tratamentos de esterilização feminina nas páginas dos jornais, e não nos anais científicos, a que só os médicos (ou a elite letrada) tinham acesso. O temor era que de posse desses conhecimentos, a mulher, sem receio de engravidar, transformar-se-ia em “simples máquina de prazer”. O que incomodava os inimigos de Abel Parente (e do romance *O aborto*) era a propagação de um saber científico que colocava em xeque as hierarquias de gênero das sociedades patriarcais. É importante notar que na manifestação em frente ao consultório do Dr. Abel Parente, em maio de 1901, só havia homens, e que duas mulheres vieram interceder a favor do médico.

Isso não queria dizer que o Dr. Abel Parente e seus defensores apoiavam a causa da libertação feminina, ou pelo menos a autonomia da mulher sobre o próprio corpo. Se os opositores do médico não hesitaram em moralizar o debate científico apresentando-se como defensores da família e dos bons costumes, seus apoiadores fizeram o mesmo quando defenderam o método contraceptivo como forma de impedir o nascimento de “degenerados” ou de pobres, para interromper a “decadência da sociedade”. O Dr. Abel Parente defendia a esterilização de mulheres loucas porque acreditava que a demência era uma doença hereditária. E quem eram os “degenerados” e os “anômalos” que não mereciam nascer? A categoria de “gravidez problemática ou indesejada”, alegada pelo ginecologista e seus defensores, era ampla. Nela cabiam tanto a mulher pobre sem condições de ter filhos, quanto o desejo de se livrar dos “degenerados” da sociedade, quanto a mulher que queria fazer sexo sem o risco de engravidar. O debate podia ser ao mesmo tempo libertador e opressor.

Um dos argumentos centrais dos defensores do médico era negar que ele fosse um “abortador”. Nenhum dos lados da contenda se declarou a favor do aborto ou da interrupção da gravidez por escolha exclusiva da mulher. Prevenir e abortar eram concepções que se repeliavam e se excluía, insistiam o ginecologista e seus apoiadores. Mas a acusação no

processo de 1901 produziu provas de que o Dr. Abel Parente havia provocado um aborto numa paciente. Talvez tenha sido um acidente, mas a confusão sobre o que o médico realmente fazia com as mulheres – se ajudava a prevenir ou a abortar – nunca desapareceu completamente. Em novembro de 1900, na coluna satírica “Casa de Doidos”, na *Gazeta de Notícias*, assinada por Olavo Bilac e Pedro Rabelo, o conselho irônico do articulista confirmava a fama de “abortador” do ginecologista: “Se não puder evitar, porque faz mal, e de fato for nenê, na drogaria tem remédio, e lá vem o Dr. Abel Parente” (*Gazeta de Notícias*, 28/11/1900, p. 1). Por isso a multidão em frente ao seu consultório podia chamá-lo de “devorador de crianças”.

Sem dúvida, a descoberta científica do Dr. Abel Parente, anunciada nos jornais do Rio de Janeiro em 1893, exacerbou conflitos da época, que permanecem nos debates sobre a sexualidade feminina e os direitos reprodutivos das mulheres até os dias de hoje. O romance naturalista *O aborto*, de Figueiredo Pimentel, pode ser considerado um produto cultural desse debate, nos primórdios da República, que punha em pauta uma questão importante: onde a mulher coloca o desejo de não ser mãe?

3 *O ABORTO* (1893)

3.1 A publicação do romance

O lançamento de *O aborto* foi precedido de uma arrojada campanha publicitária para divulgar o romance, durante os meses de janeiro a março de 1893, nos principais jornais do Rio de Janeiro. A divulgação pretendia despertar a curiosidade dos leitores para o “empolgante romance naturalista” editado pela Livraria do Povo. O ponto de partida para anunciar o lançamento do livro foi no jornal *O País*. Em poucas palavras, o editor Pedro Quaresma criou uma grande expectativa em relação ao romance e, por extensão, ao jovem escritor Figueiredo Pimentel. O editor contava atrair leitores com o título sensacionalista e a filiação à estética naturalista, associada ao sexo e ao escândalo (MENDES, 2006b).



Fonte: *O País* – Rio de Janeiro, 29/01/1893, p. 8.

As expectativas sobre o lançamento de *O aborto* chegaram ao fim em 20 de março de 1893, com a nota da *Gazeta de Notícias* sobre o início das vendas do romance. Segundo a informação do jornal, a obra foi classificada como realista, expressando a oscilação entre os termos “naturalista” e “realista” no período: “*O aborto* está publicado e será posto à venda, quinta-feira [23/03/1893], este soberbo romance realista, do eminente escritor Figueiredo Pimentel, redator de *O País*, 1 belo volume por 2\$000[dois mil réis]” (p. 4). Em 23 de março de 1893, foi a vez de *O País* anunciar a disponibilidade do romance na Livraria do Povo e nas

mais conhecidas livrarias da capital federal, como a Laemmert e a Garnier. A nota do jornal destacou a linguagem direta do romance naturalista de Figueiredo Pimentel, sugerindo que a obra continha “pitadas de escândalos”, como as dos escritores naturalistas franceses Emile Zola (1840–1902) e Paul Bonnetain (1858–1899), autor de *Charlots’amuse* (1883), um romance sobre a masturbação:

Já está publicado *O aborto*, romance naturalista de Figueiredo Pimentel, há muito anunciado. Escrito sem rebuscos de linguagem, consoante a maneira de Zola, Bonnetain e outros mestres do naturalismo, *O aborto* promete um grande sucesso de livraria, tendo todos os elementos para agradar ao público amante do gênero. Apensos ao romance seguem-se alguns contos e fantasias do mesmo autor.

O volume, assim formado, consta de 270 páginas e é bem impresso nas oficinas da Companhia Impressora, por conta dos editores Quaresma & C. (*O País* 23/03/1893, p. 2).

A promessa de *O aborto* ser um grande sucesso de vendas virou realidade em 26 de março de 1893. Vários jornais da cidade anunciaram o êxito da Livraria do Povo e, principalmente, exaltaram o fenômeno de venda do romance com poucos dias de circulação:



Fonte: *Diário de Notícias/RJ*, 26 de março de 1893, p. 3. Fonte: *Gazeta de Notícias/RJ*, 26 de março 1893, p. 8.

Para a imprensa, *O aborto* foi um acontecimento literário que impressionou a todos, e para Pedro Quaresma um negócio bem sucedido. Somente a primeira edição do romance resultou em mais de seis mil exemplares vendidos, que elevou o faturamento da Livraria do Povo (EL FAR, 2004). Os recursos de Pedro Quaresma para divulgar *O aborto*, como a disponibilidade do romance em vários pontos de venda, a prestação de serviços de caixeiros-

viajantes, o título sensacionalista e, principalmente, o baixo valor de dois mil réis do livro, ajudaram a despertar o interesse do público leitor. O empreendedorismo de Quaresma e a “sensação” do primeiro romance naturalista de Figueiredo Pimentel foram assunto por muitos meses na imprensa carioca, que divulgava (e reconhecia) o caráter extraordinário de *O aborto* no mercado editorial do final do século XIX.



Fonte: *O País/RJ*, 29 de abril de 1893, p. 5

Fonte: 1ª edição de *O aborto*
Exemplar da Biblioteca César Lattes
(UNICAMP)

O aborto foi possivelmente um dos maiores êxitos editoriais da Livraria do Povo desde sua fundação em 1879. O romance, além de ser um *best-seller* (CATHARINA, 2013), foi a obra que apresentou Figueiredo Pimentel ao campo literário como autor de romances naturalistas. A obra “alvorçou” a crítica e a sociedade por meio do “enredo escandaloso” que ultrapassava as próprias transgressões dos romances atribuídos ao naturalismo.



Legenda: “Quase sete mil exemplares vendidos em três meses”
 Fonte: *O País*/RJ, 27 de junho de 1893, p. 6.

Nos anúncios, o “grande sucesso” de *O aborto* lhe garantia a segunda edição, porém só conhecemos três exemplares da primeira publicação que pertencem aos seguintes acervos: um volume pertence à Biblioteca Nacional/RJ, e os outros dois livros pertencem, respectivamente, à Biblioteca José de Alencar, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e à coleção Paulo Duarte, da Biblioteca César Lattes da Universidade de Campinas (UNICAMP). Embora não tenha havido uma reedição de *O aborto*, podemos afirmar que o estreante Figueiredo Pimentel realizou o objetivo da Livraria do Povo – o de expandir o mercado de “romances para homens” –, como também marcou o naturalismo no Brasil com a “repercussão monumental” de uma obra literária que escandalizou a opinião pública da década de 1890 (*A Palavra*, 15/09/1895, p. 3).

Na imprensa, os críticos foram unânimes em afirmar que o romance de estreia de Figueiredo Pimentel não atendia às regras do naturalismo sério, desviando-se para o aspecto pornográfico e “sensacionalista” da estética. Apesar do consenso da recepção crítica, a obra obteve ‘apoio literário’ de alguns críticos que, aparentemente, condenavam os recursos ficcionais da pornografia, mas nas entrelinhas faziam reclame ao romance. Para compreender as apropriações e as leituras de *O aborto* no primeiro momento de sua circulação, a seguir vamos estudar a recepção desse romance naturalista que “alvorçou as penas dos críticos na

imprensa brasileira” (PIMENTEL, 1896, p. 01–03), por meio das resenhas publicadas pela crítica da imprensa e das impressões de leitura registradas por um leitor comum. Ao longo das análises vamos resumir o enredo do romance.

3.2 Alvorço de crítica e de público

O sensacionalismo causado pelo *O aborto*, em 1893, não era visto desde 1888 com a publicação de outro romance naturalista: *A carne*, de Júlio Ribeiro (1845–1890), livro considerado, na época e por muitos anos, como “obsceno” (BULHÕES, 2002). *A carne* retratava a história de Lenita, uma jovem de 22 anos e de educação refinada que, após a morte do pai, decidiu deixar a cidade e viver na fazenda de um amigo da família no interior de São Paulo. Longe da cidade, Lenita percebe-se outra mulher em razão do contato com a natureza, que a despertou para sua condição de “simples fêmea que sentia o desejo e a necessidade orgânica do macho” (RIBEIRO, 2002, p. 80).

Assim como *A carne*, *O aborto* foi um romance naturalista que impactou a crítica especializada e o público leitor com suas descrições sobre as “fraquezas e tentações da carne” (EL FAR, 2004, p. 249). A ousadia dos romances em descrever cenas sobre os desejos sexuais dos personagens e, principalmente, o desejo da mulher, atribuiu-lhes o rótulo de obras pornográficas. Do ponto de vista dos escritores, entretanto, elas se baseavam na observação da realidade e no estudo científico, próprios ao naturalismo.

Com repercussão fenomenal na imprensa, *O aborto* foi um dos livros mais comentados do ano de 1893. Para mantê-lo “vivo” na memória dos leitores e da crítica, Figueiredo Pimentel, no prefácio do romance, solicitou aos críticos que lhe enviassem as resenhas sobre *O aborto* para estimular os debates sobre o “livro escandaloso” e para divulgar o próprio nome no campo literário: “Àqueles que escreverem sobre este livro, peço que me enviem um exemplar do periódico, com o endereço: Figueiredo Pimentel, Redação d’*O País*, Rua do Ouvidor nº63 – 65, Rio de Janeiro “ (PIMENTEL, 1893, p. 5).

A solicitação do escritor foi atendida, pois os críticos colocaram *O aborto* na “ordem do dia” das apreciações da imprensa. De modo geral, a crítica entendeu o romance como um produto pornográfico destinado a provocar escândalos. Dessas apreciações, as resenhas do escritor Carlos Magalhães de Azeredo (1872–1963), publicadas na *Gazeta de Notícias* em meados de 1893, foram exemplares como repúdio e condenação da “obra, linguagem e estilo de Figueiredo Pimentel” (*Gazeta de Notícias/RJ*, 19/06/1893, p. 1).

Apesar do consenso condenatório ao caráter pornográfico do romance, havia também a ‘crítica de apoio literário’ que promovia o livro sob a estratégia de divulgá-lo por meio de “censuras e reprovações” ao gênero obscuro. Aqui cabe a resenha de Coelho Neto, publicada em *O País* logo depois do aparecimento da obra. Membro destacado do grupo de escritores boêmios de 1880, Coelho Neto assinava literatura pornográfica com o pseudônimo de Caliban. Conhecido escritor profissional, Coelho Neto escreveu quase todos os gêneros literários. No pornográfico foi autor de *Álbuns de Caliban*, uma coletânea de contos “picantes”, publicada pela Laemmert em 1897. Muitos escritores escreviam textos pornográficos com o objetivo de iniciar a carreira literária. Alguns eram levados pelas privações econômicas. Desde o século XVIII, a “literatura clandestina” era garantia de sucesso de público e era atraente, em algum momento da vida, aos escritores mais ou menos reconhecidos (GOULEMOT, 2000, p. 48).

A provocação de Figueiredo Pimentel às “penas dos críticos” foi um ótimo recurso para manter a divulgação de *O aborto*. A iniciativa do escritor, aliada ao “tino comercial” do livreiro-editor Pedro Quaresma, não deixou o romance ser ignorado pela crítica especializada dos principais jornais. Dentre a “enxurrada de apreciações” enviadas à redação de *O País*, Figueiredo Pimentel reconheceu – em 1896 no prefácio do seu quarto romance, *O terror dos maridos* – que a resenha de Coelho Neto foi de grande valia, colaborando para consolidar a parceria e o apoio entre os homens de letras, como também evocar a opinião pública sobre o ‘naturalismo pornográfico’ produzido no Brasil:

Coelho Neto, o brilhante estilista, que era nessa época meu colega na redação d’*O País*, escreveu sobre ele [*O aborto*], a 26 de março [1893], um artigo humorístico, assinado Caliban, que lhe foi excelente reclame. Não entenderam, porém. Pensaram que se tratava de uma sova mestra – descompostura em termos. A imprensa inteira acompanhou-o. Creio que não houve um só jornal no Brasil que silenciase em absoluto sobre o meu livro. Jamais obra alguma literária, despretensiosa como essa, analisada. (PIMENTEL, 1896, p.02 – 03)

Na apreciação de *O aborto* publicada pelo *O País* em 26 de março de 1893, Coelho Neto comentou que o livro, de “concepção arrojada e fatura audaciosa, escrito por Figueiredo Pimentel é [era] um fenômeno literário, um sucesso de livraria” (*O País*, 26/03/1893, p. 1). Em tom jocoso e sem mencionar o título do romance em respeito à “tradição de castidade” da coluna, Coelho Neto elaborou uma ‘crítica de apoio literário’ que repudiou os “meios terríveis de que se serviu o autor para desenvolver as ações do romance” (*O País*, 26/03/1893, p.1) e, simultaneamente, incitou a curiosidade do público pela sensual Maricota:

O AB...

(por Figueiredo Pimentel)

A obra em questão, cujo título deixo de mencionar para não desmentir a tradição de castidade, que é uma das glórias desta coluna, é um fenômeno literário. [...] É um livro que não pede crítica, pede fórceps; não se pode, sobre ele, escrever uma dissertação literária, mas uma tese obstétrica. Ficava melhor em um frasco de álcool do que nas páginas de uma brochura; devia editá-lo um médico parteiro, para que fosse exposto à venda nas casas de maternidade. [...] Aos que lerem o título parecerá que se trata de uma obra incompleta, saída à luz fora do tempo, sem forma precisa, sem sexo, sem vida, sem palpitação, sem pés nem cabeças, enfim: matéria inerte e mole, protoplasma, embrião, coisa de nada. É justamente o contrário. *O...* (calo o nome) é perfeito, parece do tempo, será prematuro, mas ab... é que não é – tem ação, tem cor, tem desenvolvimento, tem alma.[...] Maricota, a heroína, que passa pelo terrível desgosto por que passou a *Chérie*, de Goncourt, não dá mostras de sentimento, longe disso... rejubila, exalta-se, trepa ao muro e berra para a vizinhança a glória triunfal da sua puberdade. É uma lânguida que faz esquecer todas as mulheres de Lesbos, Safo inclusive. Seus sonhos são produzidos pelo suco do hipomanes,¹⁰ o seu pensamento sempre lúbrico; deixa-se levar unicamente, exclusivamente pelo instinto brutal da sua mocidade – é um tipo violenta de nevrótica, talvez não me exprima bem, não é nevrótica, é de... sei lá! de bacante, compreendem? Se não compreendem, a culpa não é minha, bem veem que nesta coluna, que tem uma tradição de castidade, não ficava bem a definição do tipo de Maricota. Só lhes posso dizer que é um tipo às direitas. Caliban (*O País*, 26/03/1893, p. 1).

No comentário, Coelho Neto aponta que o comportamento lascivo de Maricota rompia com o pudor típico das meninas no período da puberdade, como o da protagonista do romance naturalista *Chérie* (1884), de Edmond de Goncourt (1822–1896), que se ‘incomodava’ com o início da menstruação. A observação do crítico sugeria que a heroína de Figueiredo Pimentel não lamentava o fim da infância após a chegada do “fluxo catamenial” aos 13 anos de idade (PIMENETL, 1893, p. 21). Depois de constatar o “fato natural”, Maricota “dirigiu-se à casa vizinha e foi contar às filhas do Meirelles que também era moça, que lhe havia vindo o pacote havia poucos minutos” (PIMENTEL, 1893, p. 21). Na expressão popular da época, o ‘pacote’ – navio a vapor que transportava passageiros e mercadorias – era o termo usado para designar a menstruação devido à regularidade mensal da embarcação nos portos. Além desse sentido popular, o ‘pacote’ para Maricota significava a ida sem volta para a vida de mulher adulta que desfrutava, livremente, os prazeres do sexo.

O destemor de Maricota para viver os “desejos da carne” era fortalecido por sua sensualidade natural. De todas as moças de Rio Bonito/RJ, Maricota era a mais atraente e a mais cortejada pelos rapazes. Apesar da pouca idade, seus atributos físicos já chamavam atenção do sexo oposto e, por extensão, alimentava as esperanças do pai – Joaquim Pinheiro Rodrigues, dono de uma hospedaria da cidade, o *Hotel das Famílias* –, de vê-la bem casada:

¹⁰Líquido mucoso expelido pela égua no período de cio.

Aos quatorze, era moça feita, muito crescida, desenvolvidas as formas, alta, cheia de corpo e bonita. Tipo genuíno da mulher brasileira, tinha os cabelos negros, em tranças fartas, ligeiramente anelados; morena a pele, meio amulatada, talvez com uma sexta parte de sangue africano. Ninguém lhe dava tão pouca idade, parecendo ter mais, muito mais – dezoito, pelo menos. [...]

Maria Rodrigues [Maricota], com o ser uma das mais formosas e mais desembaraçadas de todas as raparigas da vila, era também a mais requestada pelos raros moços que ali moravam. Leviana em excesso, namoradeira, dava corda a todos aqueles que a procuravam, sem distinção, quem quer que fosse, desde os chefes de trem e bagageiros até o promotor público – muitas vezes a quatro e cinco ao mesmo tempo. Era a namorada infalível dos cometas – caixeiros-viajantes das casas comerciais da Corte, que, por acaso, estacionavam dias no Rio Bonito. [...]

O pai dedicava-lhe um afeto sem limites, mimando-a grandemente, satisfazendo os seus menores caprichos e exigências. Desejava ir para o Rio de Janeiro, onde com certeza melhoraria de fortuna, e poderia dar outra educação à filha.

– ‘Além de tudo’, dizia [o pai], externando os seus pensamentos à mulher, ‘lá, mais fácil será arranjar-lhe um bom casamento’ (PIMENTEL, 1893, p. 21- 22).

As esperanças do pai não correspondiam aos interesses da filha. Para Maricota, o romantismo, o casamento e a moral vigente na sexualidade feminina eram destituídos de caráter transgressor. Na opinião de Coelho Neto, a transgressão da protagonista fazia esquecer a sensualidade delicada e sofisticada da poetisa grega Safo e das suas discípulas, as mulheres de Lesbos. Objetivamente, o crítico alertava os pudicos leitores da sua coluna sobre a impudência de *O aborto*. As “inspirações” do romance provinham do deus romano Baco – divindade do vinho e das orgias. Apesar do aviso, a advertência do crítico não indicava reprovação ao gênero pornográfico, porque a prevenção de *O aborto* era, exclusivamente, para os leitores de “tradição de castidade” (*O País*, 26/03/1893, p. 1), acostumados à poética lírica e idealista dos franceses Bernardin de Saint-Pierre (1737–1814) e Alphonse de Lamartine (1790–1869) e do italiano Francesco Petrarca (1304–1374), sem restrições aos demais leitores interessados nas “obras de sabor picante e de páginas perturbadoras”.

Olhos puríssimos, espíritos imaculados, não é para vós esse livro. Deixai que o leiam os que não têm preconceitos, os que não têm escrúpulos, esses hão de achar nele um sabor picante que procuram nas memórias do *Marquês de Sade*, de *Gilles de Rais*, nas memórias de *Richelieu*, nos contos da rainha de *Navarra*, no *Eriticon* de Beranger ou no livro do amor dos brahmas [obras classificadas como pornográficas e catalogadas no gênero “leitura para homens”, segundo os anúncios das livrarias da época]. Vós outros, habituados às docuras de Bernardin de Saint Pierre e de Lamartine e aos versos tristes de Petrarca, deixai que as traças devastem esse livro perigoso, que é silício [ácido] para a carne frágil (*O País*, 26/03/1893, p.1).

Para Coelho Neto, a história de Maricota pertencia à categoria dos “livros perigosos”, frequentemente associados aos “romances para homens” (EL FAR, 2004) e às “obras pornográficas com requinte de crueldade”, como as memórias do Marquês de Sade e Gilles de

Rais – com histórias sobre estupros, incestos, parricídios e todos os modos terríveis de tortura e assassinato, no intuito de provocar excitação sexual (HUNT, 1999). Embora a comparação de *O aborto* aos ‘textos macabros’ da literatura pornográfica nos pareça exagerada nos dias atuais, para o imaginário dos leitores do século XIX, o enredo de *O aborto* era tão violento e criminoso quanto às memórias de Sade ou Gilles de Rais. Nesse sentido, podemos depreender o impacto do escândalo causado pelo romance de estreia de Figueiredo Pimentel.

O perigo de *O aborto* justificava-se pela audácia do enredo, que descrevia (sem omissões) os pormenores da vida sexual da jovem Maricota, em desafio às convenções morais da sociedade niteroiense. Com o argumento naturalista de que o romance seguia a forma do estudo científico sobre “um fato ocorrido em Niterói” (PIMENTEL, 1893, p. 12), Figueiredo Pimentel não se esquivou de detalhar situações íntimas (e embaraçosas) da trajetória medíocre de Maricota e sua família desde a cidade de Rio Bonito à Praia Grande – “a terra das oportunidades” (PIMENTEL, 1893, p. 28–29), como também da “hipócrita burguesia e cheia de preconceitos” do bairro de Icaraí (PIMENTEL, 1893, p. 09).

3.3 A trajetória de Maricota de Rio Bonito a Niterói

A inauguração do pomposo ‘*Grande Hotel Mendonça*’ abalou a vida monótona da família Rodrigues, pois a chegada do empresário português João da Silva Mendonça a Rio Bonito significava um “concorrente de peso” para os negócios do velho hoteleiro Joaquim Rodrigues. Com “tenção de estabelecer um hotel na vila, filial ao que já tinha em Niterói” (PIMENTEL, 1893, p.22), João da Silva Mendonça alugou uma propriedade ampla e de ótima localização na cidade, deixando o pai de Maricota preocupadíssimo. A concorrência no ramo de hotelaria não fazia parte dos planos de Rodrigues, porque “as cidades de Rio Bonito, de Macaé e de toda zona fluminense do norte estavam à espera do grande impulso do prolongamento da via férrea que estenderia seus trilhos até as localidades vizinhas” (PIMENTEL, 1893, p. 19). Sem o avanço da ferrovia, esses lugares tinham a mobilidade urbana reduzida e eram pouco atrativos aos empreendimentos nos serviços de hospedagem. Como era o único hoteleiro da vila, Rodrigues desesperou-se com a chegada de Mendonça e, principalmente, com os “recursos opulentos” do concorrente:

- Filho da mãe! [Rodrigues] berrava na sala do restaurante, em conversa com o Policarpo, agente da estação, um de seus poucos fregueses. ‘Pois esta súcia de portugas burros ainda não se convenceu de que o Brasil não é deles, que já se acabou o tempo das árvores das patacas!’

Quis reformar o restaurante, mandar vir novo e escolhido sortimento, anunciar a casa nos jornais do Rio e por meio de cartazes vistosos e coloridos que faria afixar nas estações e nos carros, de modo a poder desbancar o seu competidor. João Mendonça dispunha de capitais avultados e outros elementos que faltavam absolutamente ao Rodrigues. Munido de cartas de recomendação para as pessoas mais importantes do lugar e fazendeiros dos arredores, chegou ao Rio Bonito onde encontrou facilidade em todas as suas pretensões.

Conseguiu alugar o palacete do comendador Manuel Carvalhaes – o edifício maior e mais bem situado da vila –, fechado sempre durante grande parte do ano e só se abrindo raramente quando a família deixava a fazenda das *Paineiras*, por ocasião das festas tradicionais, ou de passagem para a Corte. Em poucas semanas, pronto de todo, inaugurava-se pomposamente, em meio de festiva solenidade, o *Grande Hotel Mendonça*.

Nunca se tinha visto daquilo no Rio Bonito. Os vastos e luxuosos salões do palacete Carvalhaes, os aposentos confortáveis e bem-guarnecidos estavam mobiliados com riqueza e gosto, forrados de papel caro e pintados de novo. Salas de visitas; gabinetes particulares, quartos para um e dois hóspedes ou para famílias inteiras; latrinas; banheiros de chuva; grande chácara, pomar e jardim – compunham o hotel.

Para atrair mais ainda a concorrência pública, havia dois bilhares numa sala espaçosa que se enchia desde pelo meio-dia até a noite, por entre ensurdecadora algazarra, escutando-se explodir de quando em quando palavras obscenas, acompanhadas de gargalhadas estrepitosas, bater ruidoso de tacos no soalho e tinir de xícaras e copos. O bilhar tornara-se o ponto de todos os moços da vila, quase que em sua maioria filhos dos lavradores da vizinhança, que vinham a cavalo, às vezes de seis léguas de distância. Havia também a sala de jogo – roleta, dados e cartas – em que o próprio Mendonça bancava forte. Frequentado pelo Dr. Thomas Sarmiento, médico e deputado; o Dr. Moraes Campos, juiz municipal; o Silvinha, promotor público; o João da farmácia, delegado de polícia; o comendador Carvalhaes, e muitas outras pessoas de consideração, não se podia proibir a jogatina.

Os fregueses do hotel eram servidos pelo proprietário, dois caixeiros brancos e mais a amiga do Mendonça – uma ilhoa de uns trinta e dois anos, baixota e gorducha, farta de carnes, muito corada e alegre, risonha sempre, mostrando os dentes claros, largos, separados com regularidade. Chamavam-lhe *Madama*, como os criados, e toda a gente supunha-a casada com João Mendonça, que assim o dizia. *Madama* era o chamariz do estabelecimento (PIMENTEL, 1893, p. 23–24).

Rodrigues convenceu-se de que não poderia competir com o “forasteiro”. Os recursos do *Grande Hotel Mendonça* para atrair a clientela (alheios aos trâmites legais) eram impossíveis de vencer, porque a jogatina, a prostituição e a corrupção das autoridades locais eram mais do que garantia de êxitos desse tipo de negócio em Rio Bonito:

-[Rodrigues] O corno do galego tem habilidade para a coisa. Lá está a descarada da mulher pregando-lhe chifres a todo o instante, levantando as saias a quanto freguês aparece... Sebo! Que dessa forma todo mundo faz negócio e enriquece! O diabo do cáften, procedendo assim, tem duas importantes fontes de receita: - o chanisco da *Madama* e a casa de jogo (PIMENTEL, 1893, p. 25).

Após dois meses a inauguração do *Grande Hotel*, Rodrigues decretou falência do *Hotel das Famílias*, do armazém e do restaurante anexos. Diante da triste realidade, o ex-hoteleiro escreveu ao compadre Sebastião Almeida (solicitador do foro da Corte), pedindo

conselhos para superar as más circunstâncias. Em resposta, Sebastião Almeida aconselhou ao amigo que fosse para Niterói, onde lhe ajudaria a estabelecer “um negócio qualquer – armarinho ou venda” (PIMENTEL, 1893, p. 25). Reconfortado com o apoio, Rodrigues resolveu imediatamente fazer a mudança, que trazia para ele a esperança de recomeçar, e para Maricota a alegria de viver na “cidade grande”:

Sinhá [outra alcunha de Maricota] exultou imensamente ao receber a notícia da próxima partida. Ia enfim sair do Rio Bonito, morar em Niterói, capital da província, a dois passos da Corte, com que ela tantas vezes sonhara – a grande cidade cheia de prazeres e divertimentos. Lá, com certeza, a vida por pior que fosse, melhor deveria ser, mesmo assim, do que a insipidez e tristeza da sua vila natal – um buraco feio e soturno (PIMENTEL, 1893, p. 25–26).

A única que partia saudosa de Rio Bonito era dona Guilhermina Pinheiro Cardoso, mãe de Maricota. Enquanto a mãe lamentava deixar sua terra natal, a filha ansiava pela hora de embarcar no trem para viver na “cidade dos prazeres” e deixar para trás os 15 anos de sua mocidade entediante. Na estação de Sant’Ana do Maruí em Niterói, o compadre Sebastião e suas filhas Anita, Lulu e Carola, esperavam a família Rodrigues com um bonde especial para conduzi-los à residência dos Almeida, “um velho sobrado de construção antiga, por cima de uma venda”, localizado na Rua Marquês do Paraná, próximo ao ponto de 100 réis (PIMENTEL, 1893, p.27). Maricota e os pais permaneceram pouco tempo na casa do compadre, pois havia surgido “uma pequena casinha” na Rua da Constituição,¹¹ que atendia aos interesses do ex-hoteleiro – uma propriedade para morar e estabelecer um armarinho (PIMENTEL, 1893, p. 27).

Joaquim Rodrigues gostou do lugar – “era o local mais comercial e movimentado” do bairro de Icaraí (PIMENTEL, 1893, p. 31). Para não perder a oportunidade, o ex- hoteleiro providenciou a escritura do imóvel. Ao fim de poucos dias a família estava arranjada no novo lar, ocupando os fundos da residência e trabalhando na loja, que ficou na parte da frente da casa. Empolgado com o negócio, Rodrigues anunciou sua casa comercial nos jornais *Província do Rio* e *O Fluminense*, dois periódicos de larga circulação em Niterói. A iniciativa do comerciante configurava a importância da imprensa no cotidiano dos personagens, como também nas dinâmicas das relações econômicas e sociais das pessoas (CATHARINA, 2013). A divulgação do armarinho impulsionou as vendas, dando ânimo ao velho Rodrigues, como também estímulos para sua “mania de julgar-se predestinado para grandes cometimentos”:

¹¹Atual Rua Miguel de Frias.

[Rodrigues] – ‘O diabo foi não ter eu vindo mais cedo! Já estaria agora rico, possuidor de apólices, dono de prédios e proprietário da mais importante casa comercial de Niterói’. Fazia planos para o futuro, prevendo que o negócio havia de prosperar tanto, a ponto de ser necessário desenvolvê-lo, aumentá-lo com mais casinha do lado... a outra... três... cinco... todo o correr em suma, desde o largo do Rosário até a Rua do Souza.¹² Teria às suas ordens, mandando, um batalhão de caixeiros, modistas, alfaiates, serventes, carrinhos para conduzir fazendas às casas dos fregueses, com cocheiros e criados de libré; e seria o fornecedor de todo o norte da província, importando diretamente da Europa, em navios seus, toda uma numerosa esquadra e exportando para o interior.

A mulher sorria ouvindo-o falar daquela forma, castelar aereamente, sem nunca tomar juízo; ficando no entretanto sempre alerta para que ele não fizesse alguma asneira, dando com os burros n’água (PIMENTEL, 1893, p. 28–29).

A nova rotina não deixou de incomodar Maricota, embora estivesse satisfeita com as distrações que jamais tivera em Rio Bonito, como os passeios pelo jardim Pinto Lima no largo de São João, local que frequentava com as filhas do Almeida para conversar em franca intimidade. A convivência com as moças despertou em Maricota a vontade de matricular-se na Escola Normal. O interesse da jovem em estudar não era para seguir a carreira do magistério, mas pelas alegações da amiga Anita que lhe confidenciara que “aquela vida de normalista não passava de um pagode” (PIMENTEL, 1893, p. 47). Para Maricota, o ofício de professora pública não era nada atraente, porém as idas à Escola eram agradáveis “porque daria longos passeios de bonde a Niterói” (PIMENTEL, 1893, p. 47).

Mas a grande satisfação de Maricota foi a visita inesperada do primo Mário, que trouxe novidades para o “ramerrão diário” da família Rodrigues e, especialmente, entusiasmo para a vida da jovem. A presença de Mário provocou em Maricota o desejo de tê-lo por perto, “um moço da Corte, bem vestido e, sobretudo, acadêmico”, era a companhia perfeita para levá-la às *soirées* e acompanhá-la nos passeios nos jardins de São João (PIMENTEL, 1893, p. 37). Encantado com a hospitalidade dos tios, Mário demorou-se, longamente, na casa deles, narrando sua vida de estudante de Farmácia na Escola de Medicina no Rio de Janeiro e explicando sua famosa alcunha de “Jesus Cristo”:

Era um bonito moço, com vinte e três anos de idade, alto e esbelto, magro e elegante. Loiro, com os cabelos crespos corretamente divididos por uma risca central no alto da cabeça, a barba um pouco crescida, repartida ao meio e terminada em duas pontas, à nazareno, de olhos azuis, meigos, parecia antes estrangeiro. Vestido de preto, com um *croisé* comprido de *cheviot* abotoado em trasparse até o pescoço, embora meio efeminado, tinha o tipo *chic*. [...] Estava na Escola de Medicina, seguindo o curso de farmácia, já no segundo ano. Poucas pessoas, principalmente os seus colegas, conheciam-no por Mário Rodrigues. Era o Jesus Cristo. E contou a história da alcunha:

¹²Atual Rua Gavião Peixoto.

‘- Um dia em que saíamos da Academia, um grupo numeroso de estudantes, ruidosos e alegres, a trocar num grande escândalo pelas ruas em fora, encontramos, na Rua da Misericórdia, um árabe vendedor de figuras. Eram retratos de reis e imperadores, homens célebres, gerais, políticos – uma multidão variada de tipos. Havia também muitas estampas religiosas de santos. Entre as últimas figurava uma cabeça de Jesus Cristo. Paramos para vê-las, debochando daquela coleção de cromos antiartísticos, sem mérito algum. Foi então que o Antunes, um do grupo, no meio de exclamações e gritos, chamou a atenção dos outros para a extraordinária semelhança entre a minha e a cara do Cristo. No dia seguinte, sem que me dissessem, acabadas as aulas, fizeram-me uma grande manifestação, oferecendo a oleografia’. Desde esse dia, rematou o moço, ‘- pegou o apelido e todos me chamam Jesus Cristo.’

Acharam muita graça na pilhéria, e o velho Rodrigues e mais a filha declararam que assim também lhe chamariam. D. Guilhermina protestou: ‘- Que aquilo não se fazia! O nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, Salvador dos homens, não era brincadeira para ser profanado daquela forma!’ (PIMENTEL, 1893, p. 35–36).

Temente aos mandamentos da tradição cristã, D. Guilhermina ficou assustada com a irreverência do sobrinho, porém relevou a pilhéria do moço porque a juventude (segundo a tia) tinha como característica ser contrária à moral e aos bons costumes. Tratando-se de um romance naturalista, pertencente a uma tradição materialista e antirreligiosa, *O aborto* criticava o “moralismo religioso” do pequeno burguês por meio da dessacralização do ícone máximo da religião católica – a figura de Jesus Cristo.

3.4 A dedicatória escandalosa

Nesse contexto, podemos observar que a disposição do romance para colocar sob suspeição os costumes recatados da sociedade burguesa do final do século XIX já era perceptível na dedicatória do livro, endereçada ao filho do escritor (Figueiredo Pimentel II) e à respeitável senhora D. Margarida Eufrásia Barreto Cavalcanti de Albuquerque:

AO
FIGUEIREDO PIMENTEL II
PARA LER QUANDO CHEGAR À PUBERDADE.

À EXMA. SRA.
D. MARGARIDA EUFRÁSIA BARRETO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

V. ex., afrontando frente a frente à sociedade burguesa e cheia de preconceitos em que vivemos; açacanhando as mentiras convencionais de uma civilização atrasada e estúpida, consentiu que eu vos dedicasse este livro – colocando-me, assim, sob o patrocínio do vosso nome virtuoso, digno, respeitado – depois da leitura que dele vos fiz, capítulo por capítulo, página por página, linha por linha, palavra por palavra.

A história d’*O aborto* despertou-vos uma justa e natural curiosidade. Quisestes lê-la. Mulher d’espírito, inteligente, instruída, v. ex. foi crítico severo e imparcial do meu trabalho; v. ex. achou-o digno de publicação (PIMENTEL, 1893, p. 7–9).

As dedicatórias do livro scandalizaram a opinião pública. Para os críticos mais severos, tais homenagens eram absurdas e de péssimo gosto, pois um “romance imoral” como *O aborto* não deveria ser publicado e, tampouco, dedicado aos pilares da família, simbolizados na figura de um filho e no nome respeitoso de uma senhora (*Gazeta de Notícias*/RJ, 19/06/1893, p. 1). Se compreendermos as dedicatórias de *O aborto* como um posicionamento do escritor (MAINGUENEAU, 2009), podemos deduzir que Figueiredo Pimentel construía a imagem de um autor irreverente de “obras transgressoras”. Para efetivar sua identidade autoral, Figueiredo Pimentel, no intuito de afrontar os falsos moralismos da “civilização atrasada de Niterói” (PIMENTEL, 1893, p. 09), selecionou dois destinatários para *O aborto* que, tradicionalmente, deveriam se manter afastados de livros perigosos como esse: as crianças e as mulheres de sociedade. A afronta partia da ironia ao peso de um nome e sobrenome extremamente burgueses e da advertência ao filho para o sexo e as hipocrisias da vida adulta.

3.5 *O aborto*, tédio e banalidade

Em *O aborto*, a oposição às normas tradicionais da “casta sociedade niteroiense” se daria também por meio da relação íntima (e não marital) dos primos Maricota e Mário (PIMENTEL, 1893, p. 12). Sem se incomodar com a postura iconoclasta de Mário, Maricota convidou o primo para acompanhá-la ao baile do Clube Hebe, no sábado seguinte. Como a visita deixou “uma agradável impressão” da prima, Mário aceitou o convite sem hesitar (PIMENTEL, 1893, p. 37). No dia marcado, os dois foram ao baile concorridíssimo do centro de Niterói, situado na Rua Visconde de Uruguai, entre as ruas Aureliana e Direita.¹³ O evento era realizado todos os meses, oferecendo *soirée* dançante e musical para as distintas moças da cidade e da Corte. No intervalo das contradanças, Maricota foi surpreendida pelo cumprimento de “um tipo estranho”, o jornalista Chico Botija, rapaz que conhecera no jardim do Largo de São João na companhia das amigas. Depois de recordar do jornalista no último passeio, Maricota e Chico Botija conversaram como fossem velhos amigos.

A presença do personagem Chico Botija no baile – um dos pseudônimos do autor – revela a dimensão metaliterária do romance, que ficcionaliza o espaço dos homens de letras e a circulação dos discursos. Para trabalhar sua relação conflituosa com o público leitor da Praia

¹³ Atuais ruas Coronel Gomes Machado e da Conceição.

Grande, Figueiredo Pimentel “alfinetou” os niteroienses e aconselhou a protagonista de *O aborto* a não se deslumbrar com os “falsos encantos de Niterói”:

Como dessem sinal para uma valsa, o jornalista [Chico Botija] ofereceu-lhe o braço e saíram. Enquanto dançavam, ela [Maricota] contou com ingênua franqueza o seu esquecimento [...] Naturalmente *poseur* e gárrulo, o moço falou, em tom enfático, declamatório:

- É muito justo o que se passou com V. Ex.^a, minha senhora, segundo me contou há pouco.

- Sabe, d. Carola?, fez, voltando-se para a mocinha que lhe ficava à esquerda, aqui a sua prima, a exma.sr.^a d. Maria Rodrigues, não me reconheceu quando vim cumprimentá-la. Com muitas outras pessoas tem sucedido o mesmo incidente. Eu o estimo, porque é esse o fim que viso, vestindo-me assim. Concorro que a minha *toilette* seja bizarra, extravagante, escandalosa, ridícula. Faço-o, porém, de propósito – para impressionar. V. ex.^a, d. Maria... Maricota, não é?, falou mudando a entonação da voz. Dê-me licença que eu a chame por d. Maricota, simplesmente: é mais íntimo... Não conhece ainda a sociedade em que está vivendo, esta sociedade niteroiense, cheia de tolices e preconceitos, mentiras, falsidades e traições, eivada de vícios, como, aliás, toda a sociedade brasileira. A Praia Grande, principalmente, com o ser uma cidade pequena, onde são raríssimas as distrações, é pior que tudo mais. Aqui, o único divertimento que há é falar mal da vida alheia, exclusivamente. Desculpem se falo assim, mas é a pura verdade e eu tenho por divisa ser franco, franco até a rudeza, embora magoe. Ninguém como eu tem sentido mais os efeitos das intrigas. Fala-se de mim, bem e mal, em todas as casas, em todas as esquinas; comenta-se o que escrevo; censuram-me; criticam-me; descompõem-me; elogiam-me. Não se procura saber se tenho ou não dinheiro para me vestir bem – falam porque me visto de um modo diferente dos outros. Embirram comigo por usar *lorgnon* e trazer sempre uma flor à lapela do casaco, por mandar engraxar as botinas e por ter uma camisa mais lustrosa e imaculada que a alma de toda essa gente. Um horror! Minhas senhoras, isto aqui! Um horror!... Mais tarde, porém, hão de ver quem tem razão. Mas... estão dando sinal de uma quadrilha. Não lhes quero roubar o tempo... Com licença (PIMENTEL, 1893, p. 45–46).

A longa crítica (ou desabafo) de Chico Botija dava sinais de que o futuro de Maricota não seria “um sonho encantado” em Niterói. Sem conflitos ou peripécias no enredo, *O aborto* descrevia a vida monótona dos Rodrigues que, nos primeiros meses na cidade, estava tranquila “graças à boa situação econômica da família com as vendas do armarinho e os alugueis dos dois escravos” (PIMENTEL, 1893, p. 48). Segundo a apreciação de Coelho Neto (como Caliban), “a ação do livro era simples” (*O País*, 26/03/1893, p. 1). A única mudança dos últimos dias foi o convite do tio Joaquim para o sobrinho Mário para que o rapaz fosse morar em Niterói, porque a boa fase dos negócios permitia a casa recebê-lo confortavelmente (PIMENTEL, 1893, p. 51).

Em *O aborto*, observa-se que o romance afasta-se um pouco do modelo científico das ficções naturalistas que buscam no discurso da Ciência soluções e respostas para os “descompassos” dos personagens (BAGULEY, 1990). Na história, o foco narrativo (e descritivo) privilegia a ficcionalização de ações triviais e inerentes ao cotidiano das pessoas,

como alimentar-se, dormir e, especialmente, o prazer de atender às necessidades fisiológicas do corpo. Nesse contexto, o corpo e suas necessidades (marcas típicas da estética naturalista) ganham ênfase no romance, tornando a história numa sucessão de “quadros orgânicos”. Sem nenhum constrangimento, o romance expõe os momentos de “alívios” do personagem Mário, como a ressaca do farmacêutico após passar uma noite de bebedeira na Confeitaria Pascoal com os colegas de Faculdade:

O farmacêutico acordou muito tarde, pelas onze horas do dia seguinte. Despertara com a boca amarga, saburrosa a língua, sentindo estreitar-lhe a cabeça uma larga cinta de ferro. Tinha uma sede terrível. Levantou-se, e apanhando uma quartinha de barro que ficava durante a noite sobre a sua mesa de trabalho, bebeu toda a água, sofregamente, com avidez. Cheia a bexiga, doíam-lhe os rins; urinou por muito tempo com força, em grandes jatos, e ficou com o vaso nas mãos, deixando sair o líquido de uma bela cor de âmbar claro, ora a pingar, ora a escorrer fino, num esguicho tênue. Mais aliviado, embora ainda com a cabeça pesada e dolorida, deitou-se novamente, recostando-se no travesseiro dobrado sobre o espaldar da cama. (PIMENTEL, 1893, p.80)

A banalidade do romance resultou numa impressão de leitura desinteressante para a crítica especializada e, também, para o hipotético público leitor do século XIX, conforme a impressão registrada no exemplar do acervo da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro:



Legenda: Comentário de leitura no exemplar do acervo da Biblioteca Nacional/RJ, página 64 do CAPÍTULO IV: “Esta droga é chato pra burro” – um documento importante de leitura do romance naturalista no Brasil.

Por ser impossível saber com precisão quando o comentário foi feito, se foi na última década do século XIX ou durante o século XX, esta pesquisa considera que o registro fale de uma experiência de leitura do imaginário do século XIX, mesmo que tenha sido feita no século XX, quando o romance foi esquecido. Nesse sentido, a impressão do leitor era de aborrecimento com o enredo banal do romance. A impressão do leitor comum nos ajuda a perceber as leituras e apropriações do naturalismo para além dos homens de letras.

Após um período de “monotonia insípida”, a rotina da família Rodrigues foi surpreendida com duas novidades. A primeira notícia continha alegria e admiração em relação à gravidez de D. Guilhermina, que, “com quarenta feitos, viesse ainda parir, depois de um intervalo de mais de dez anos” (PIMENTEL, 1893, p. 48–49). E a segunda, no entanto, era um “contratempo bastante desagradável” para os negócios de Joaquim Rodrigues: a inauguração de “outro armazinho, propriedade de um italiano de nome Giovanni (antigo mascate) na mesma Rua da Constituição, esquina da de Vera Cruz” (PIMENTEL, 1893, p. 49).

Em pouco tempo, a clientela do armarinho foi diminuindo, pois “o italiano era bem sortido e barateiro” (PIMENTEL, 1893, p.49). O sucesso da concorrência desesperou Rodrigues a ponto do comerciante esquecer a gentileza e não poupar impropérios aos clientes, quando reclamavam dos preços de suas mercadorias:

- Olhe, *seu* Rodrigues, deixe mais barato. Lá embaixo, o *seu* Giovanni vende por menos. Uma ocasião, em que não se achava tão disposto, berrou desesperadamente para uma criada que ali fora comprar:

- Pois fôrniqúe-se você e mais o *seu* Giovanni. Compre a ele, à mãe, ao diabo que a carregue, mas não me amole! Sabe que mais? Merda!

- Era um desaforo aquilo, falou para a mulher:

- Um carcamano, um sapateiro, vir-lhe fazer concorrência, a ele, comerciante mais antigo em Icaraí, e brasileiro. Isso não se podia aturar! (PIMENTEL, 1893, p.49–50).

Apesar de abalado com a situação desfavorável, Rodrigues tratou de ampliar o armarinho, transformando-o em “uma loja pomposamente denominada *Bazar das Famílias*” (PIMENTEL, 1893, p. 50). Para estar altura do concorrente, o comerciante endividou-se para arcar com as despesas da reconstrução da antiga loja.

Enquanto o tio sofria com o italiano, Mário padecia com os “desejos de possuir a prima”. Embora fosse econômico morar em Niterói, por estar “longe da Rua do Ouvidor, dos teatros e dos cafés” (PIMENTEL, 1893, p.51), o estudante temia a tentação de conviver muito próximo a Maricota:

O diabo era a prima. Não confiava muito em si próprio e achava que seria perigosa a permanência de ambos na mesma casa. Evidentemente ela o amava, fazendo tudo para lhe agradar. O fogo ao pé da pólvora faz explosão. Era o diabo, era! Mas saberia conter-se [...] Nesses momentos, inteiramente atordoado, o estudante pensava amá-la. E vinham-lhe, então, ímpetos de agarrá-la brutalmente, morder-lhe as carnes gordas, beijá-la, chupar-lhe os beijos vermelhos, e, atirando-se sobre ela, num instinto animal, gozá-la ali mesmo, satisfazer o desejo de que se possuía (PIMENTEL, 1893, p. 51–54).

3.6 O Bode Velho

Mário não era o único homem atraído pela sensualidade de Maricota. O advogado Dr. Leopoldo Cordeiro, morador do largo do Rosário e frequentador do *Bazar das Famílias*, também ficou “doidamente apaixonado” pela jovem (PIMENTEL, 1893, p. 61). Apelidado de

“bode velho”, o advogado era conhecido por todos como um velho libertino, capaz de todas as artimanhas para saciar sua “voluptuosidade de mestiço”:

Mais baixo do que alto, cheio de corpo, o rosto tismado, cor de bronze, bigodes e cabelos ásperos, aparados rentes, mesclados de alguns fios brancos, a barba sempre corretamente escanhada, Cordeiro não parecia ter cinquenta e quatro anos. Pronunciadamente mulato, dizia-se descendente de índios, gracejando que seu avô fora pego a laço. [...] Falava-se mal dele. Elogiavam-lhe o talento, sobretudo a sua grandíssima habilidade de chicanista, conhecedor de todas as tricas do foro, e a facilidade de discursar na tribuna judiciária. Mas dizia-se também que era um devasso, pagando caro os seus amores, na sua qualidade de mulato, desonrando mulheres casadas e deflorando moças pobres, que atirava depois à prostituição (PIMENTEL, 1893, p. 57–58).

Embora o romance não explore, explicitamente, a vigência da escravidão no Brasil, podemos observar que as críticas ao regime escravocrata são feitas por meio de abordagens sutis e irônicas. Na descrição do Dr. Leopoldo Cordeiro, o narrador pontuou a dificuldade do personagem em assumir sua ascendência negra diante da sociedade brasileira que vivia os últimos meses da monarquia, entre os anos de 1887 e 1888. Assim como Maricota – “com uma sexta parte de sangue africano” –, o advogado era mulato, o que, segundo as teorias deterministas populares à época, era a causa principal para as “corrupções carnavais”. Desse modo, *O aborto* aproxima-se das marcas tradicionais do “romance científico”, com suas ficções articuladas às teorias científicas da segunda metade do século XIX, nas quais o comportamento humano estava submetido às leis naturais e imutáveis da hereditariedade e do determinismo.

Consciente do desejo do Dr. Leopoldo Cordeiro, Maricota dedicava-lhe atenção especial, “conquanto não ignorasse a fama de devasso do bode velho” (PIMENTEL, 1893, p. 59). A atitude da jovem se devia à promessa do advogado a Mário de “comprar” uma farmácia para ele depois de formado: “com a proteção do doutor, o primo poderia conquistar com facilidade uma posição” (PIMENTEL, 1893, p. 60). Se Maricota era atenciosa com Dr. Cordeiro por causa das suas promessas, por sua vez, Mário jamais o contrariava, “fugindo de emitir opinião sobre qualquer assunto, sem primeiro ouvi-lo” (PIMENTEL, 1893, p. 62). No entanto, o advogado também concedia favores aos primos com segundas intenções, como a de estabelecer “uma botica – um dos rendosos ramos do comércio” – à custa do endividamento do futuro farmacêutico (PIMENTEL, 1893, p. 60) e, principalmente, a de ter Maricota como amante:

Sentado na cadeira de braços, o advogado contemplava-a [Maricota] com seus olhinhos pardos, meio veladas as pálpebras, percorrendo-lhe com a vista o corpo

inteiro. [...] Não cessava de olhar insistentemente para ela, demorando-se em contemplar-lhe o colo, os seios arfantes, as coxas desenhando-se no vestido, o pé, e um começo de perna roliça e grossa, se ela as trançava, descuidosa, mais livremente (PIMENTEL, 1893, p. 63).

3.7 Mário e Maricota

Enquanto aguardava a última prova da Escola de Medicina, a vida de Mário oscilava entre a monotonia ansiosa dos estudos e a atração irresistível por Maricota. Em relação à expectativa do término do curso, Mário estava tranquilo porque confiava na promessa do “bode velho”, mas o desejo pela prima lhe “transtornava o futuro” (PIMENTEL, 1893, p. 55). Como era de costume, Maricota esperava (todas as noites) o primo chegar da faculdade, “amesendada na sala de jantar” (PIMENTEL, 1893, p. 66). Numa noite, Mário chegou do Rio de Janeiro muito tarde porque estava na companhia de dois colegas na Rua Nova do Ouvidor. Receoso se devia ou não bater à casa dos tios ao avançar das horas, o rapaz decidiu bater mansamente. Logo após as batidas, Mário ouviu passos e as portas abriram imediatamente. Era Maricota esperando-lhe junto à mesa para oferecer-lhe café. Contrariado (e inseguro) com a presença da prima, o rapaz aborreceu-se com a cena e “pensou de si para si”:

- Era uma espiga de todos os diabos, aquilo!.... Decididamente fazia-se mister pôr um paradeiro àquele estado de coisas. Também a culpa provinha unicamente dos tios, que se iam deitar, deixando a filha esperá-lo a dois passos do quarto. Por mais confiança que depositassem no seu caráter, sebo! Ele não era nem de ferro, nem santo! (PIMENTEL, 1893, p. 66).

Irritado, Mário não aceitou o café. Ressentida com os “modos tão bruscos e secos” do primo, Maricota sentou-se na cadeira e debruçada sobre a mesa começou a chorar (PIMENTEL, 1893, p. 66). Temendo que o choro “despertasse os velhos”, Mário pediu-lhe desculpas e, ao consolá-la, percebeu a excitação espontânea do seu corpo ao tocá-la:

- Não tem razão, Maricota. Eu sou um grosseiro, em verdade, mas é que me contrariei na cidade, e agora, nas proximidades do exame, tudo me irrita. Você sabe quantas obrigações devo ao tio Joaquim e à tia Guilhermina, que me têm tratado tão bem, como se eu fosse seu filho. Não se zangue, desculpe-me.

Enquanto falava, rodeando a mesa, veio para junto dela, e segurou-lhe nas mãos, trêmulo, bamba as pernas, roçando com os joelhos as coxas da prima, excitando-se. E acabou abraçando-a, aconchegando-a muito ternamente junto ao peito (PIMENTEL, 1893, p. 66).

As desculpas do primo cessaram o choro de Maricota, e Mário, vendo-a calma, despediu-se e retirou-se para o quarto. Deitado e incomodado com a “empolgação do corpo”, o estudante não conseguiu dormir e acabou por tomar ao acaso o primeiro livro que encontrou – “*A carne*, romance naturalista de Júlio Ribeiro, recentemente posto à venda, editado pela livraria Teixeira & Irmão, de São Paulo” (PIMENTEL, 1893, p. 67).¹⁴ Nessa passagem, *O aborto* incorpora no seu próprio enredo a circulação de um romance naturalista considerado “obsceno” e as reações dos leitores comuns à obra. Para encenar as apropriações desse público leitor, *O aborto* descreve a percepção de leitura do personagem. Ao invés de “serenar os ânimos”, o romance de Júlio Ribeiro perturbou-lhe ainda mais os sentidos:

Prenderam-lhe fortemente a atenção aquelas páginas escritas no mais correto vernáculo, mas de estilo pesado. O autor, notável filólogo, revelava uma erudição assombrosa, variadíssima, em todos os ramos dos conhecimentos humanos. Mas, como romancista de análise, observador, era falso, fazendo de Lenita uma rapariga sábia, cheia de pedantismo, empregando a propósito de tudo a sua ciência estopante de compêndios, com Manuel Barbosa, outro sábio, seu digno *pendant*, metido numa fazenda dos sertões paulistas, vestindo-se com o chiquismo de um *gommeux* parisiense. *A carne*, por mais arte que tivesse, excitava-lhe o organismo, despertando-lhe a sensualidade, aculeando-lhe os desejos (PIMENTEL, 1893, p. 67).

Podemos supor que a percepção de Mário era comum no imaginário de leitura dos leitores do século XIX, que liam e se apropriavam dos romances naturalistas como obras do gênero pornográfico, com textos capazes de provocar excitação sexual por meio de uma linguagem grosseira ou, senão, obscena (GOULEMOT, 2000). Embora o enredo naturalista explorasse os corpos humanos e a sexualidade de um ponto de vista científico, o romance era apropriado pelos livreiros e leitores comuns (e pela crítica especializada) como uma literatura destinada aos “divertimentos do corpo ou às folganças da carne” (GOULEMOT, 2000, p. 31–32).

Inquieto com as “agulhadas de *A carne*”, Mário desistiu da leitura e decidiu dormir, mas antes “tomou o urinol de ágata debaixo da cama, estendendo o braço e, assim mesmo deitado, pôs-se a mijar forte, fazendo barulho” (PIMENTEL, 1893, p. 67). Quase adormecido, Mário despertou com “a bulha vindo da sala de jantar, como se alguém, Tateando pelo escuro, esbarrasse em algum móvel” (PIMENTEL, 1893, p. 68). Ficou quieto e fingiu que dormia, na expectativa de levantar-se caso fosse algum ladrão. Como o barulho não continuou, o rapaz deduziu que fosse o tio indo à cozinha. Quando se ajeitava na cama para recuperar o sono,

¹⁴Segundo a nota ‘Movimento Bibliográfico’ publicada pela *Gazeta de Notícias/RJ* na página 2, *A carne*, do escritor Júlio Ribeiro, estava disponível na casa David Corazzi desde o dia 03 de setembro de 1888. Apesar da nota não informar o preço do livro, o romance era vendido por 3\$000 (três mil réis), conforme os anúncios dos jornais *O País* e a *Gazeta da Tarde*.

Mário “ouviu ranger a porta do quarto, impelida docemente, e aparecer a prima” (PIMENTEL, 1893, p. 68). Curioso com a situação, ele permaneceu na mesma posição e observou Maricota “estacionada à entrada, imóvel, serena, durante poucos segundos; encaminhou-se para junto do leito, e aí se quedou longamente a contemplá-lo” (PIMENTEL, 1893, p. 68).

Supondo que a prima estivesse sujeita “a um acesso de sonambulismo”, Mário não fez nenhum movimento, pois queria ver a reação da moça. Mas traído pelo próprio desejo, o rapaz não resistiu à presença de Maricota (tão íntima) diante de si:

Vestida apenas com uma camisa de linho rendada na gola, mostrando o colo, os seios túrgidos, as pernas nuas quase até os joelhos, deixando entrever as formas opulentas, a barriga meio empinada, os quadris largos, a carne exuberante, Maricota Rodrigues parecia antes uma estátua. Mário sentiu-se mal, com febre, atordoado, ao mesmo tempo deslumbrado pela beleza da moça. Invadiu-lhe de súbito um grande desejo de cópula, preso de uma potência desenfreada, com o pênis teso, ereto, repuxando a colcha. Era tarde. Todos dormiam em casa. Tinha em seu quarto uma mulher bonita, apetitosa, que o amava loucamente, a ponto de vir procurá-lo, desatinada. E fazia esforços para não se erguer rapidamente, e sem que ela pudesse evitar, agarrá-la, atirá-la ao chão, num ímpeto brutal, selvagem, despedaçá-la a camisa, e gozá-la nos espasmos do prazer delirante.

Conteve-se, entretanto. Então a rapariga, sempre serena, apoiando a mão direita no colchão, inclinou-se, fazendo saltar os seios rijos, turgentes, pela gola larga da camisa, e deu-lhe um beijo na testa. Não pôde mais. Um tremor convulso abalou-lhe o corpo inteiro, arrepiando-o todo, como um *frisson* de febre, lambendo-lhe finalmente a epiderme, numa carícia áspera e suave, de dor e prazer, ao longo da espinha dorsal. Sentiu assim como se alguém lhe houvesse, com férrea manopla, dado um grande murro sobre o crânio. Ouviu um ruído subterrâneo, prolongado. Zuniu-lhe os ouvidos. Os olhos viam pequeninas fagulhas, chispando rubras em fundo trevoso. Em nada pensou. Desvairado, alucinado, louco, agarrou-a pela cintura, arremessou-a brutalmente sobre a cama, forçou-lhe as pernas resistentes, separando-as, e, deitado por cima, beijando-a, mordendo-a, enterrando-lhe a língua na boca até quase a garganta, abraçando-a com frenesi, num longo e estreitado aperto, gozou-a uma vez... duas vezes... três vezes... [...] Ela também gritou, gritou alto – ouvia ainda: ‘Mário! Mário! Não! Não! Você me mata! Ai! Ai!’ (PIMENTEL, 1893, p. 68–70).

3.8 Naturalismo, escândalo e pornografia

A cena de Maricota indo, decididamente, ao quarto do primo, impactou os críticos e o público leitor. Não houve apreciação crítica que não abordasse, com espanto, a audácia da protagonista de *O aborto* e a “crueza das ações” descritas na história, típicas do gênero pornográfico. Na resenha de Coelho Neto, que nas entrelinhas fazia propaganda do romance, o crítico chamou atenção para “tais ações indecorosas” desenvolvidas no livro:

Há cenas que fariam corar o sol se o astro tivesse a fortuna ou a desgraça de conhecer as letras do alfabeto – a linguagem é de uma espontaneidade violenta – não há um circunlóquio, não há uma frase velada – as coisas são ditas claramente, sem rebuço, com todos os *fff* e *rrr*, com todos os *rrr* principalmente (*O País*, 26/03/1893, p. 1).

O “escândalo” causado pelo *O aborto* não era inédito. Romances como *A carne* e *O primo Basílio* (1878), do escritor português Eça de Queirós (1845–1900) – sucesso de leitura no Brasil –, já haviam ficcionalizado a atração da mulher pelo primo distante ou pelo homem que passa a conviver na mesma casa, sem o vínculo do casamento. O escândalo causado pelo *O aborto* foi o ineditismo da descrição do órgão genital masculino durante o ato sexual. Romances naturalistas brasileiros, como *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo (1857–1913) e o próprio *A carne*, não ousaram tanto nas descrições das cenas de sexo e, tampouco, se afastaram de uma linguagem naturalista apurada para narrar “as intimidades das alcovas”.

No romance *A carne*, a relação sexual entre Lenita e Barbosa aconteceu a partir da iniciativa da protagonista, configurando a ousadia de uma moça que vai ao quarto de um homem casado de 40 anos. Embora a atitude de Lenita tenha as características de uma mulher à frente do seu tempo, no romance de Júlio Ribeiro observa-se que o enredo buscou circundar o “chamado da carne” da personagem com a sugestão simbólica da serpente, que representou na história a “tentação do pecado” e a união sexual sem o enlace do matrimônio. Durante o passeio de Lenita e Barbosa na mata, a jovem foi picada por uma cobra, sendo socorrida imediatamente por ele que “tomou seu pé com respeito e com adoração para sugar o veneno da ferida a sorvos vagarosos, contínuos, fortes” (RIBEIRO, 2002, p. 212). A presteza de Barbosa para expelir o veneno do sangue de Lenita salvou-lhe a vida, “mas deixara outro” no organismo dela, o “desejo da carne”:

Uma obsessão mordente subia-lhe da periferia do corpo, comprimia-lhe o coração, atordoava-lhe o cérebro. Sentia picadas na pele, tinha calafrios, zuniam-lhe os ouvidos. [...] Lenita nunca mais cessara de sentir a sucção morna, demorada, forte, dos lábios de Barbosa em torno às picadas, no peito do pé. A sensação estranha e deliciosa, incomportável que produzira essa sucção perdurava, vivia; mais ainda, multiplicava-se, alastrava. Era um formigamento circular que lhe trepava pelas pernas, que lhe afagava o ventre, que lhe titilava os seios que lhe comichava os lábios. Ela queria Barbosa, desejava Barbosa, gania por Barbosa (RIBEIRO, 2002, p. 226).

Apesar de existir o desejo mútuo entre Lenita e Barbosa, a aproximação dos seus corpos foi concretizada, somente, após a experiência traumática da jovem na mata, sugerindo que a ida da protagonista ao quarto de Barbosa foi motivada pela sua fragilidade orgânica, no intuito de “suavizar” a audácia do desejo feminino na história:

Ergueu-se e, descalça, em camisa, inconsciente, louca, abriu a porta, atravessou a sala, abriu a outra porta, saiu na ante-sala, enfiou pelo corredor, parou junto à porta do quarto de Barbosa, a escutar. E nada ouvia. Dentro, fora, dominava um silêncio profundo, quebrado apenas pelas pulsações violentas do seu próprio coração. Encostou o ouvido à fechadura, nada. O seu ombro fez uma ligeira pressão sobre a folha da porta, e esta cedeu, entreabriu-se, chiando ligeiramente.

Uma lufada de ar quente, saturada de aroma de charuto havano, veio afagar-lhe o rosto, os seios, o busto quase desnudado no decote grande da camisa. Lenita perdeu completamente a cabeça, entrou: em bicos de pés, sem fazer rumor, escorregando, deslizando, como um fantasma, abeirou-se da cama de Barbosa (RIBEIRO, 2002, p. 226–227).

Em *O aborto*, Maricota vai ao encontro do primo sem hesitação, corroborando seu firme propósito de viver sua sexualidade livremente. No romance de Figueiredo Pimentel não há atenuações nas “ações lascivas” da protagonista, assim como não há na descrição do “orgasmo delirante” de Mário, que ultrapassou o ‘sensualíssimo’ prazer sexual do português Jerônimo com a mulata Rita Baiana em *O cortiço*, considerado pela recepção crítica de 1890 como ousado:

Jerônimo, ao senti-la inteira nos seus braços; ao sentir na sua pele a carne quente daquela brasileira; ao sentir inundar-lhe o rosto e as espáduas, num eflúvio de baunilha e cumaru, a onda negra e fria da cabeleira da mulata; ao sentir esmagarem-se no seu largo e peludo colo de cavouqueiro os dois globos túmidos e macios, e nas suas coxas as coxas dela, sua alma derreteu-se, fervendo e borbulhando como um metal ao fogo, e saiu-lhe pela boca, pelos olhos, por todos os poros do corpo, incandescente, em brasa, queimando-lhe as próprias carnes e arrancando-lhe gemidos surdos, soluços irreprimíveis, que lhe sacudiam os membros, fibra por fibra numa agonia extrema, sobrenatural, uma agonia de anjos violentados por diabos, entre a vermelhidão cruenta das labaredas do inferno. E com um arranco de besta-fera caíram ambos prostrados, arquejando. [...] Ele, de súbito arremessado longe da vida por aquela explosão inesperada dos seus sentidos, deixava-se mergulhar numa embriaguez deliciosa, através da qual o mundo inteiro e todo o seu passado fugiam como sombras fátuas (AZEVEDO, 2004, p. 179).

A disposição de Figueiredo Pimentel em descrever “cenas picantes” em *O aborto* configurou o dialogismo entre o romance naturalista e a pornografia, dois discursos que criticavam as convenções sociais ditadas pela ordem estabelecida, desafiando a hierarquia tradicional (JACOB, 1999). Considerando a pornografia na literatura a partir da perspectiva histórica do século XIX, podemos observar que a aproximação do naturalismo às obras pornográficas efetivava-se no protagonismo do corpo humano nos textos produzidos e na propagação do pensamento materialista, que compreendia o mundo e as relações sociais por meio do momento presente do homem na natureza (PHILLIPS, 2000). Desse modo, o naturalismo e a pornografia partiam da concepção de que a natureza essencial do homem era o seu corpo e todas as implicações ligadas a ele, especialmente o desejo sexual.

Vivenciando o imaginário materialista do século XIX, Figueiredo Pimentel elaborou um romance naturalista de escrita atrevida, que não se esquivou da associação entre a ficção naturalista e a literatura pornográfica. O escritor reconheceu a similaridade entre os gêneros e alegou não se importar que o chamassem de autor pornográfico, conforme sua declaração no prefácio de *O aborto*:

Agora, pouco me importa que ele [o romance] seja pechado de pornográfico, imoral, bandalho. Para mim, será até uma honra e uma glória: Emilio Zola, Eça de Queiroz, Aluísio Azevedo, Pardal Mallet – todos naturalistas – para este público besta, que lê os *Serões do convento* e vê operetas, são também pornográficos, imorais e bandalhos (PIMENTEL, 1893, p.9).

Figueiredo Pimentel notou que era comum chamar os romancistas naturalistas de pornográficos. Os livros naturalistas baseados no estudo sério e científico eram confundidos com as “obras de fancaria” da tradição pornográfica, como o clássico *Os serões do convento*, obra pornográfica assinada pela sigla M. L., pseudônimo do escritor, advogado e jornalista português José Feliciano de Castilho (1810–1879) (EL FAR, 2004). Na introdução da obra, sem data de publicação, o narrador explicava que a história partia de um relato verídico “de um manuscrito deixado por um diretor de consciência de um convento feminino, da região do Minho em Portugal” (EL FAR, 2004, p. 225). Depois de anos na obscuridade, o relato foi trazido a público por um padre para alertar aos pais e educadores sobre as “libidinosas aventuras” das freiras, noviças, abadessas e madres superiores nas comunidades religiosas. Além da “obrigação” de advertir aos responsáveis dos perigos desses lugares, a história também buscava ressaltar que as “mulheres sem o hábito” eram iguais as demais mulheres do “mundo material” (EL FAR, 2004, p. 225).

Os serões do convento foram um fenômeno de vendas, sendo “um dos livros pornográficos de maior circulação no Brasil de Oitocentos” (EL FAR, 2004, p. 52). Ele aparecia nos catálogos no espaço destinado às “leituras para homens”, seção que indicava o caráter obsceno dos livros e, de forma indireta, constrangia o acesso do público leitor à “biblioteca reservada” das livrarias. Muitos leitores preocupados em manter o decoro, usavam de vários estratagemas para adquirir os romances de “enredos escaldantes”, como relatou o crítico Valentim Magalhães – não simpatizante do gênero pornográfico – durante sua permanência em “uma dessas livrarias” do centro do Rio de Janeiro:

O nosso público, como todos os públicos, mais ou menos, adora o gênero fresco, *grivois*, os contos picantes, as histórias decotadas até os tornozelos, os romances picarescos e sádicos. Esse ramo de literatura (?) é mesmo o que se vende aqui

melhor e com mais segurança. Há desses livros ignóbeis que se vendem há trinta, quarenta, cinquenta anos, em edições sucessivas, que escorrem secretamente e sem interrupção nos fundos escuros das livrarias. Uma vez, há tempos, estava eu em uma delas quando vi entrar um homem idoso, bem trajado, ar conselheiro ou comendador, o qual, tomando livreiro em particular, segredou-lhe não sei que ao ouvido, e pouco depois saía com um livro cuidadosamente embrulhado. O livreiro veio a mim sorrindo e disse-me: - É isto todos os dias. Sabe o que aquele senhor comprou? *Os Serões do Convento*. Quando vir velhos ou meninos falar em voz baixa a um livreiro pode jurar que lhe estão pedindo um livro obsceno. E não calcula quantos meninos e quantos velhos falam baixinho aos livreiros (*A Notícia*, 20 a 21/11/1895, p.1).

Em *O aborto*, Figueiredo Pimentel relatou as experiências de leitura das narrativas obscenas na vida privada dos personagens, ilustrando como os “livros pândegos” existiam e ocupavam o mesmo lugar dos romances de autores reconhecidos como naturalistas (e/ou realistas) pelos jornais da época. Após a primeira noite com Maricota, Mário comprovou que a prima era virgem: “olhando para os lençóis, viu-os todo ensanguentados e, reparando, notou que estavam também sujas de sangue as ceroulas e a camisa de meia” (PIMENTEL, 1893, p. 70). Temeroso com as consequências de um possível casamento obrigado, o estudante decidiu ir para a Corte para evitar algum confronto com os tios. Maricota ficou decepcionada com a fraqueza de Mário, mas sem se entregar ao sofrimento, continuou “sua vida na mesma monotonia diária de sempre” (PIMENTEL, 1893, p. 75), distraíndo-se com os livros do primo guardados no baú:

O seu juízo sobre Mário estava formado. Julgava-o tímido, timorato, pouco ousado para com as mulheres. Havia muito tempo que o amava, sem que ele se apercebesse, nunca se animando a dar-lhe um beijo sequer – coisa, aliás, naturalíssima entre primos. Admirara-se até como ele se atrevera a gozá-la naquela noite, não continuando a fingir que dormia. Agora, o idiota, em vez de se aproveitar, fugia para a Corte! [...] Remexendo os livros do moço, encontrara alguns romances. Eram *O homem*, de Aluísio Azevedo [naturalista]; *O crime do padre Amaro*, de Eça de Queirós [naturalista/realista]; *Esposa e virgem*, de Belot [livro pornográfico]; *Nana*, de Emilio Zola [naturalista]; *as Volúpias*, de Rabelais [livro pornográfico]; e mais outros. Devorou-os sofregamente, às ocultas da mãe, aprendendo neles coisas completamente ignoradas, e reparando em vários episódios que não compreendia bem, mas onde pressentia grandes imoralidades. Apreciava-os somente pelo lado da bandalheira (PIMENTEL, 1893, p. 75, grifos nossos).

Indiferente à classificação dada aos romances (naturalistas e/ou pornográficos), Maricota também apropriava-se das leituras pelas “sensações novas” que as páginas sugestivamente ou escandalosamente lhe proporcionavam. Ansiosa para colocar em prática as “lições bibliográficas do gozo sexual”, a jovem lamentava a inércia de Mário:

- Que tolo! pensou. “Ainda está envergonhado e procura evitar-me, quando, se quisesse, poderíamos estar juntos todas as noites. Deve ser tão bom! A primeira vez

não foi grande coisa, isso eu já sabia; deixou-me muito magoada, toda doída, ensanguentada, com a sua brutalidade. Parecia que estava danado, a me morder, lambendo-me, machucando-me. Agora que está feito o principal, é que deve ser completo o prazer. Ignoro ainda muita coisa, mas hei de aprender tudo (PIMENTEL, 1893, p. 76).

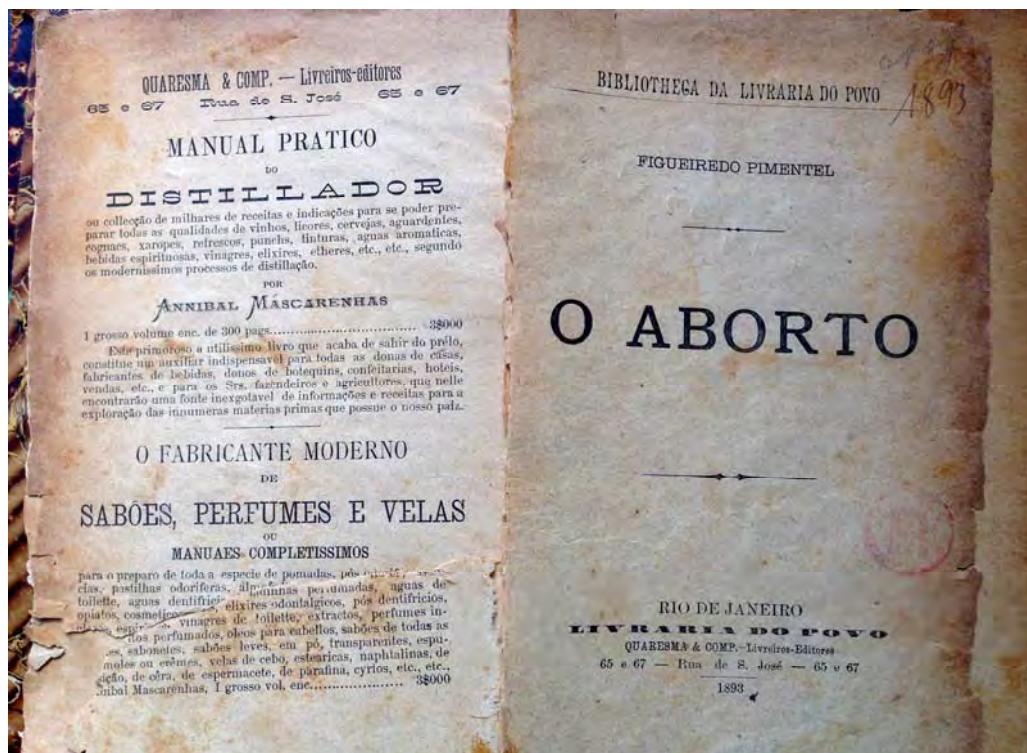
Se apreciação crítica de Coelho Neto apoiou (às escondidas) o enredo transgressor de *O aborto*, a de Carlos Magalhães de Azeredo, da *Gazeta de Notícias*, condenou-o severamente, associando a obra à literatura pornográfica. Horrorizado com a repercussão do livro, Magalhães de Azeredo – quase três meses após a publicação da obra – pediu a palavra para criticar a excepcional venda do “romance bárbaro” que maculou o ofício dos verdadeiros escritores das belas-letras. Para expressar sua indignação, o crítico escreveu uma longa resenha “contra *O aborto*” de Figueiredo Pimentel e contra a convivência do escritor com os interesses do mercado livreiro, publicada pela *Gazeta* nos dias 19/06/1893 e 03/07/1893:

A razão por que me ocupo de *O aborto*, quando semelhante novela está por sua natureza fora das cogitações de um artista honesto e de um escritor que se preza, é, saibam-no todos os que lerem estas linhas (com certeza terão lido o *Aborto*), o fenomenal sucesso de livraria que alcançou esse digno êmulo das *Malaguetas*, dos *Camarões apimentados*, o outras que tais leituras clandestinas. Pouco depois de sair a lume o romance, folhei-o distraidamente em uma livraria, e logo depois o pus de parte, porque, depois de dez ou doze páginas, achei que lera de sobra.

Mas, há dias, de relance, vejo num exemplar de *O aborto*, com a tinta de impressão ainda fresca: 6º milheiro! Decidi-me então a comprá-lo, a trazê-lo para casa no intuito de descobrir que qualidades justificavam êxito tão assombroso num livro assombrosamente ruim. Confesso que não tive extrema surpresa; não sou otimista, nem ingênuo demais, e já esperava mais ou menos, o que vi; mas ainda assim, não esperava tanto. [...]

Há dois anúncios mercantis de Quaresma & C., editores: Manual prático do destilador e O fabricante moderno de sabões, perfumes e velas, segue-se ao frontispício do volume, trazendo sobre o título esta epígrafe – Biblioteca da Livraria do Povo. Creio divisar em tudo isto um horóscopo exatíssimo a respeito de *O aborto*. Ele está bem ao lado de manuais práticos para destiladores e para fabricantes de velas e sabões; pertence à mesma categoria de trabalhos, e ainda com desvantagem... É o mesmo que dizer: Não venhais procurar aqui escolhido prazer intelectual no convívio de um talento rico e de um estilo são; enganaram-se aqui o buscásseis.

Este livro não é mais que um objeto de comércio, com que o editor vos explora, fazendo-vos pagar o imposto dos vossos vícios e da vossa depravação moral... Coloquemo-lo ao lado das *Volúpias*, de Rabelais (não se confunda com o autor de *Gargantua*), e, à parte a linguagem, que nas *Volúpias* é muito superior, estará bem colocado. [Rabelais citado pelo crítico é o pseudônimo do escritor e jornalista português Joaquim Alfredo Gallis (1859 – 1910), conhecido também pelas autorias de romances naturalistas do subgênero científico sob assinatura do próprio nome] (*Gazeta de Notícias/RJ*, 19/06/1893, p.1, grifos nossos).



Legenda: Folha de rosto do exemplar da Biblioteca Nacional.

Magalhães de Azeredo não escondia o repúdio ao romance de estreia de Figueiredo Pimentel. Para o crítico, a literatura desenvolvida pelo escritor “saía do terreno das letras propriamente ditas, para cair no domínio da pseudo-literatura, industrial e pornográfica” (*Gazeta de Notícias/RJ*, 19/06/1893, p. 1). Magalhães de Azeredo compreendia que a produção de “romances comerciais” em grande escala “rebaixava a arte literária” e a crítica profissional – instituição que tinha a missão, por excelência, de “vigiar as fronteiras da Arte, ameaçadas por invasões de bárbaros” (*Gazeta de Notícias/RJ*, 19/06/1893, p.1). Considerando-se como um dos “missionários da Arte”, Magalhães de Azeredo viu-se na obrigação de condenar publicamente *O aborto*, romance que, para ele, rejeitava as regras estéticas do naturalismo para filiar-se ao “ultranaturalismo” – termo usado pelo crítico para denominar pornografia (*Gazeta de Notícias/RJ*, 19/06/1893, p. 1). Magalhães de Azeredo entendia a escrita pornográfica como um “sacrilégio à verdadeira literatura” (*Gazeta de Notícias/RJ*, 19/06/1893, p. 1). Para ele, autores de “textos de utilidade sexual” não tinham seriedade e romances como *O aborto* e outros tantos manuais vendidos pela Livraria do Povo não eram literatura.

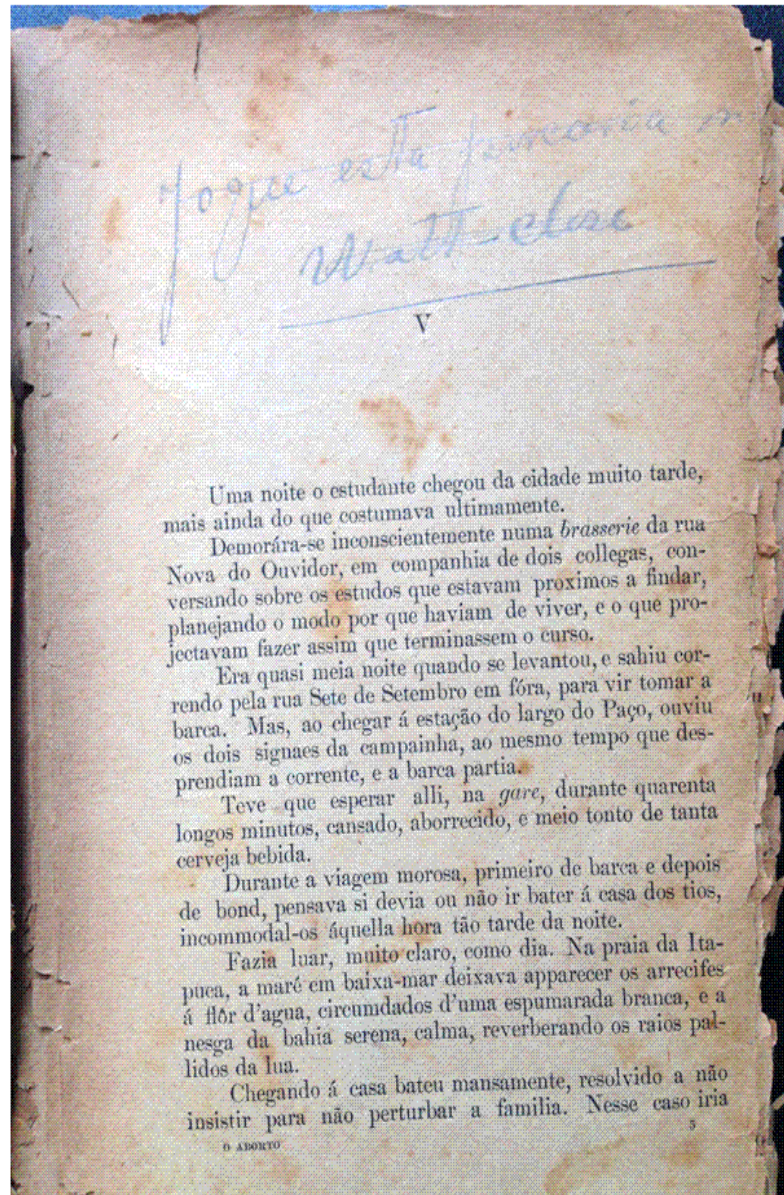
Diante do fato de que *O aborto* não foi ignorado pela crítica e nem pelo público, Magalhães de Azeredo retornou às folhas da *Gazeta de Notícias*, em 03 de julho de 1893, para erguer outra vez sua voz contra o romance de Figueiredo Pimentel: “se *O aborto* vivesse

obscuramente dois dias, eu não me ocuparia dele; mas o seu êxito imerecido justifica o meu rigor” (*Gazeta de Notícias/RJ*, 03/07/1893, p. 1). Para o crítico, o naturalismo como observação científica sobre “temas dignos” da experiência humana era importante, mas os estudos sobre os “quadros de imoralidades repugnantes” recolhidos no cotidiano ordinário eram deploráveis, porque partiam da “pior parte do gênio naturalista” – a inclinação irresistível para as pinturas pornográficas (*Gazeta de Notícias/RJ*, 03/07/1893, p. 1).

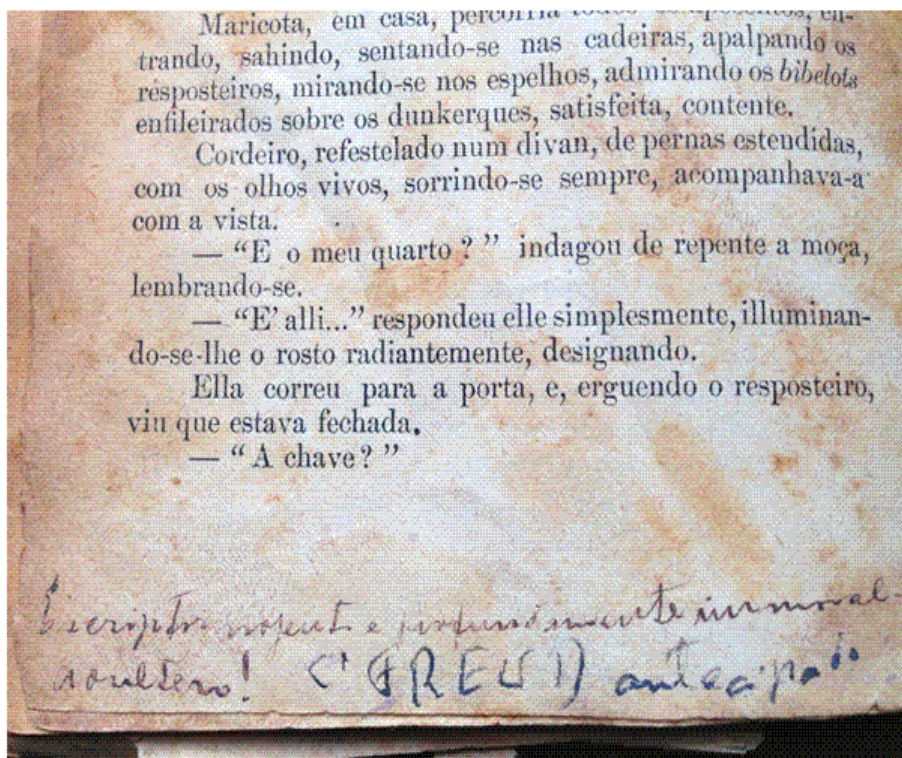
Na concepção de Magalhães de Azeredo, “naturalismo bom” era aquele regido pelo “realismo casto, aristocrático e limpo”, oposto ao “realismo purulento e fétido, que em tantas páginas chega a enojar a humanidade” (*Gazeta de Notícias/RJ*, 19/06/1893, p. 1). Segundo a reflexão do crítico, *O aborto* estava na segunda categoria de realismo, portanto no “naturalismo ruim”, que escandalizava os “devotos das letras nacionais” por meio de um texto impregnado de obscenidades e carente de “uma linguagem vernácula, um estilo pessoal e quadros descritivos de consumada perfeição” (*Gazeta de Notícias/RJ*, 19/06/1893, p. 1). Possuidor de tantos defeitos para Magalhães de Azeredo, *O aborto* incomodou-lhe, especialmente, nas cenas sobre o “comportamento prostituído” de Maricota. Para ele, a audácia da protagonista em “procurar o primo no quarto” não podia ser explicada pela fisiologia nem pela psicologia:

Mario, não desejando casar com Maricota, e ideando planos de brilhante porvir, esforça-se por destruir com a sua calculada frieza o louco afeto da moça. Mas qual é a sua surpresa, quando, uma noite, ela o vem procurar! Diga-me qualquer fisiólogo ilustrado, qualquer psicólogo profundo, visto que o autor tem pretensões psico-fisiológicas, se é concebível tão estranha resolução numa jovem, solteira, filha de família! A ser casada, eu não faria objeção; mas solteira! (*Gazeta de Notícias/RJ*, 03/07/1893, p.1)

Para Magalhães de Azeredo, *O aborto*, como um romance naturalista, não explicava a razão do temperamento transgressor de Maricota, “uma moça, filha de pobre, de honrada família e estudante da Escola Normal de Niterói” (*Gazeta de Notícias/RJ*, 03/07/1893, p. 1). Na opinião do crítico, *O aborto* agredia a “conduta verdadeira de uma filha de família” ao descrever cenas sobre a transgressão de uma jovem dos padrões sociais e morais (*Gazeta de Notícias/RJ*, 03/07/1893, p. 1). Alguns leitores do romance tiveram a mesma percepção de Magalhães de Azeredo e julgaram reprováveis “o caráter de outra ordem” de Maricota e sua decisão de tornar-se amante do primo Mário e, ainda, “moça protegida” do Dr. Leopoldo Cordeiro, conforme indicam os registros de leitura feitos por um desconhecido leitor nas páginas do romance.



Legenda: Comentário de leitura no exemplar do acervo da Biblioteca Nacional/RJ, página 65 do CAPÍTULO V: “Jogue esta porcaria no watt-close”.



Legenda: Comentário de leitura no exemplar do acervo da Biblioteca Nacional/RJ, página 184 do CAPÍTULO XII: “Escritor nojento e [não legível] amante imoral, adúltero! (FREUD) antecipado”.

Os registros do leitor relacionavam-se às páginas 65 (capítulo V) e 184 (capítulo XII), que, respectivamente, descreviam a relação sexual entre os primos e a nova residência de Maricota, um chalé no Largo do Marrão em Niterói, “montado com luxo e elegância pelo advogado Leopoldo Cordeiro” (PIMENTEL, 1893, p. 128). A reação do leitor comum indicou reprovação ao enredo de *O aborto*, sugerindo uma censura à história (segundo a opinião do crítico Magalhães de Azeredo) sobre o encaminhamento de uma moça de família para a vida de prostituição (*Gazeta de Notícias/RJ*, 03/07/1893, p. 1). Nesse sentido, as críticas de repúdio ao *O aborto* compartilhavam a percepção de que o romance de Figueiredo Pimentel não era uma obra séria e científica, própria do naturalismo, mas um “livro obsceno” sobre a corrupção moral da mulher e a decadência da instituição familiar.

Para o mercado livreiro, entretanto, essas apropriações de leituras eram tomadas como recurso para anunciar *O aborto* sob a legenda de livro pornográfico, por ser uma obra considerada obscena e por ficcionalizar o desejo de prostituição de Maricota, como podemos ver no anúncio abaixo da Livraria do Povo:

65 • 67 RUA DE S. JOSÉ 65 • 67

Fonte: *Gazeta de Notícias/RJ*, 10/07/1894, p.5.

3.9 Maricota lê sua própria história

Depois de alguns dias, “após a primeira noite com a prima”, Mário reapareceu à casa dos tios formado no curso de Farmácia. Ele fingiu não se importar com a presença de Maricota; ela, por sua vez, dissimulou sua alegria ao revê-lo:

Foi como se nada houvesse passado. Maricota, cinicamente, prostituído o corpo, prostituída a alma pela leitura de vários livros pornográficos e conversas bandalhas com as moças normalistas, afrontava os olhares do primo, lânguidos, úmidos, insistentes (PIMENTEL, 1893, p. 79).

Dominado pelo desejo de “tê-la, novamente, em sua cama”, Mário disse ao ouvido da prima: “Vem logo mais!...” (PIMENTEL, 1893, p. 79). Sem o medo de antes, o farmacêutico não se preocupou com a recaída, porém sentiu-se um pouco apreensivo com o futuro profissional, porque não queria ser um “reles boticário em Niterói” (PIMENTEL, 1893, p. 80).

Embora não fosse destinado a uma “vida de sacrifícios de homem trabalhador”, Mário não tinha alternativa a não ser aceitar a oferta do Dr. Leopoldo Cordeiro (PIMENTEL, 1893, p. 80). O advogado cumpriu a promessa de comprar uma farmácia e firmar sociedade com o rapaz. A notícia do contrato foi divulgada pela *Província do Rio* no anúncio, “em que Mário Augusto Rodrigues & C. participavam ao público a compra da botica do largo do Marrão”, e lida pela Maricota, que comprava o jornal niteroiense para acompanhar “o folhetim *O artigo 200* e as colunas do escritor Figueiredo Pimentel” (PIMENTEL, 1893, p. 87):

Conhecia quase todos os rapazes da *Província do Rio*, e lia-lhes atentamente os versos e artigos, para depois poder falar sobre eles. Sabia os vários pseudônimos usados pelo Figueiredo Pimentel: *Chico Botija*, na seção ENTRE AS X E AS XI; *Abelhudo*, quando escrevia PARA AS MOÇAS; *Tesoura*, no CHÁ DE GARFO; assinando as poesias com o nome *Heitor Vasco*; e muitos outros. Tivera curiosidade de saber o que significava aquele título, e apenas soubera pelo próprio autor – que se reportava a um dos artigos do código criminal do império. Para satisfazer ao seu espírito curioso, pedira emprestado ao Dr. Cordeiro o volume do código. Viera-lhe um exemplar anotado pelo bacharel em direito Araujo Filgueiras Junior, editado em 1873 pela casa Laemmert. Folheando-o, à página 255, encontrara, marcado por uma cruz de lápis vermelho:

“- Art. 200. *fornecer, com conhecimento de causa, drogas ou quaisquer meios para produzir o aborto, ainda que este não se verifique...*”, e em seguida as penalidades. Desde então ansiava pelos dias em que a *Província do Rio* saía, às terças, quintas e sábados, para continuar a leitura. Num dos folhetins notou suspensão do sentido, como que a falta de um longo trecho. Atribui-o a um descuido de paginação, mas no número seguinte não achou errata, como de estilo, e viu-o todo truncado. No terceiro não houve rodapé, que apareceu no quarto, finalizando – um final estapafúrdio, besta, sem sentido, de fancaria, quando o romance filiava-se à escola naturalista de Zola. Achou a explicação depois. O romancista, ainda com a assinatura de *Albino*

Peixoto, narrava-o aos leitores. Os três últimos folhetins foram cortados, e suspensa toda a conclusão, porque *O artigo 200* era imoral. Mais tarde soube: Ferreira Guimarães, o redator-proprietário, vira-se obrigado a assim proceder, em vista das inúmeras censuras e reclamações que recebera da mulher do Dr. Barros Tinoco, amante do padre Caldas; do comendador Moraes Costa, cuja filha fora deflorada pela sua ordenança, quando era subdelegado; da professora d. Florinda Silva, amiga da Escola Normal com o Samuel da loja de móveis. E, assim, todos os que protestaram, cheios de crônicas escandalosas (PIMENTEL, 1893, p. 87–88).

A protagonista lê a própria história nas páginas do jornal, de modo que o texto anuncia o momento no qual ela recorrerá a “um remédio abortivo” e as consequências desse ato (PIMENTEL, 1893, p. 70). Para antecipar ações futuras do enredo e, principalmente, reproduzir seu contexto de produção, o escritor empregou o procedimento do *mise en abyme* – perspectiva em abismo (CATHARINA, 2013). Por meio dessa técnica, a ficção agrupa um conjunto de “realidades distintas” que servem de objeto de reflexão da própria narrativa. Desse modo, o folhetim *O artigo 200* é retomado pelo romance *O aborto* para refletir sobre a lei do código penal do Império do Brasil, como também para reproduzir fatos verídicos que motivaram a suspensão do folhetim do jornal *Província do Rio* em 1889 e possibilitaram sua publicação em volume com o título de *O aborto* pela Livraria do Povo em 1893.

Aproveitando da materialidade do livro para identificar os “leitores pudicos e sem moral da Praia Grande” (PIMENTEL, 1893, p. 09), Figueiredo Pimentel compreendeu que as páginas de *O aborto* seriam, também, uma boa oportunidade para divulgar seus pseudônimos. Desse modo, o escritor apresentou suas assinaturas literárias firmadas na imprensa de Niterói, para que o público leitor conhecesse a autoria dos seus trabalhos assinados pelos nomes fictícios. Em razão do *mise en abyme*, *O aborto* desviou-se da recorrência do enredo – que descrevia o cotidiano banal da família Rodrigues e, especialmente, a vida sexual de Maricota – para ficcionalizar a crítica do próprio romance a uma série de eventos atrelados ao âmbito literário e extraliterário da obra.

3.10 O fim

De volta à recorrente organização narrativa, o romance passou a narrar os acontecimentos que precipitaram a desmoralização da protagonista perante as “convenções pulhas da sociedade niteroiense” (PIMENTEL, 1893, p. 80). O início dos infortúnios na vida de Maricota foi a morte da mãe, vítima de complicações no parto. Com histórico de “quatro partos difíceis e laboriosos, dos quais dois mortos na infância e um aborto”, Dona

Guilhermina só escapou à morte no parto de Maricota (segundo filho do casal Rodrigues) por milagre (PIMENTEL, 1893, p. 20). Mas dessa vez não houve milagres:

A casa estava cheia, abertas de par em par a janela e a porta, iluminada a sala pela luz fosca de um lampião de querosene enfumaçado. No sofá, Maricota debatia-se convulsamente, presa de um ataque histérico, nos braços de duas mulheres.

Mário embarafustou pelo corredor, mas o advogado embargou-lhe o passo, abrindo os braços, passando-os sobre o pescoço do moço. Fê-lo voltar e, saindo para a rua, disse:

- Não vá lá dentro. Já não há mais esperanças. Ela está morrendo. Continuou depois, falando baixo: - Foi uma coisa inesperada. O Coutinho acaba de me contar tudo. Pelas duas horas, d. Guilhermina começou a sentir as primeiras dores, muito fortes. O Rodrigues mandou chamar a sinhá Rita, sabe?, a parteira. Assim que ela chegou foi pedindo um médico. Veio o Coutinho, sendo preciso extrair-se a criança a ferros, esmigalhando-se-lhe a cabeça... Um horror, meu amigo! Que se há de fazer?

Da sala de jantar veio a d. Amélia, andando nos bicos dos pés, enxugando os olhos.

- Acabou. Coitada da comadre! Padeceu muito!

Operou-se, então, um reboleio geral por toda a casa. Mulheres iam e vinham; entravam e saíam pessoas. No quarto, remexendo baús, retirando roupas, revolvendo gavetas, vestia-se o cadáver, enquanto estava quente, flácidos os membros.

Sebastião Almeida, mais íntimo da casa, dava ordens, providenciando para que se comprassem velas de cera, colocando sobre a cômoda um velho crucifixo. Joaquim Rodrigues, abraçado aos pés da morta, chorava soluçando, ajoelhado [...] Maricota, de bruços sobre o sofá, chorava ainda, gemendo, gritando, soluçando alto (PIMENTEL, 1893, p. 102).

Abatidos com a morte de Dona Guilhermina, Rodrigues e Maricota ficaram, temporariamente, na casa do compadre Sebastião Almeida, que não “consentiu que a afilhada e o pai saíssem para não se impressionarem com a presença da casa onde morrera a comadre” (PIMENTEL, 1893, p. 104). Embora impressionada com “espetáculo doloroso” do fim da vida, Maricota tentou readaptar-se à monotonia dos dias, e seu pai (apático e inconsolado) entregou o *Bazar da Família* aos cuidados dos caixeiros. Percebendo que a “natural indolência do caráter fraco” do comerciante foi agravada pela viuvez (PIMENTEL, 1893, p. 17), Dr. Leopoldo Cordeiro ofereceu seus serviços de advogado à família Rodrigues, para providenciar o inventário e outras formalidades referentes ao encerramento do *Bazar*. O resultado não foi favorável, pois os poucos bens de Joaquim Rodrigues estavam perdidos:

Joaquim Rodrigues, sem nenhuma prática de comércio, não tinha escrituração. A concorrência que intentara estabelecer ao italiano, dono do armazém na esquina da Rua Vera Cruz, fizera-o meter-se em gastos excessivos: obras na casa, reforma da loja, compra de sortimento, despesas acrescidas grandemente. Os caixeiros roubaram-no muito, sem que o pressentisse. Foi com dificuldade que se deu o balanço. O guarda-livros era amigo do advogado e arranjou tudo de maneira que ele

pudesse pagar o que devia, com abatimento, havendo uma concordata entre os credores. Ficava sem a casa, mas devia se julgar muito feliz por não ir para a cadeia. Desastre sobre desastre. Os dois negros que possuía fugiram, e nada podia fazer contra eles. Lavrava com intensidade o abolicionismo (PIMENTEL, 1893, p. 104).

Em meio à falência do pequeno comerciante, podemos observar que a claudicante política imperial dava sinais de extinção com a proximidade da Abolição da Escravatura em 1888, configurando, no romance, a percepção de que o Império do Brasil e a vida econômica da burguesia à custa da mão-de-obra escrava estavam à beira da bancarrota. Ao receber a notícia sobre a ruína dos seus negócios, Rodrigues “conservou-se no maior indiferentismo, apatetado, meio idiota”. Para amenizar a situação do seu cliente, Dr. Leopoldo Cordeiro arranhou-lhe “um lugar de contínuo em uma das repartições públicas” de Niterói (PIMENTEL, 1893, p. 105). Enquanto o pai estava alheio a tudo, Maricota ressentia-se com o desprezo dos vizinhos, pois a consideração da vizinhança não era mesma dos tempos que a julgava rica, filha de comerciante. A desilusão provocou-lhe “grandes acessos nervosos” e um permanente desejo de suicidar-se (PIMENTEL, 1893, p. 131).

“Odiando sua vida miserável”, Maricota deixou de frequentar a Escola Normal e aceitou a oferta do Dr. Leopoldo Cordeiro para morar no Largo do Marrão, na companhia do pai que, lamentavelmente, dava sinais de demência, “vagando estupidamente pelas ruas” ou cantando toadas sem parar (PIMENTEL, 1893, p. 128–131). Assistindo à penúria dos Rodrigues, o advogado (com segundas intenções) comprou um chalé próximo à farmácia do Mário para “alojar sua recente amante”. Sem temer a “voz corrente em Niterói”, Maricota amasiou-se com “bode velho”, porém sem se entregar ao mulato, pois o ludibriava com a desculpa de ser uma moça virgem e sem experiência (PIMENTEL, 1893, p. 131). Se para o advogado o contato íntimo era negado, para Mário a “intimidade dos corpos era liberada” assiduamente:

Mário vinha todas as noites dormir com a prima, saltando a janela e só saindo pela madrugada. Combinaram que assim seria sempre, mas às escondidas, para que o *Bode velho* não suspeitasse. Eram orgias do mais acanhado deboche, obrigadas pela moça. O farmacêutico trazia-lhe volumes pornográficos, os *Serões do convento*, as *Volúpias*, de Rabelais, e fotografias imorais. Liam juntos, às vezes, praticando as descrições que achavam, colocando-se em posições difíceis, imitadas das estampas (PIMENTEL, 1893, p. 131).

Nessa passagem, o romance ressalta a característica marcante da literatura pornográfica, a liberalização da voz feminina para comandar a “cena sexual” (JACOB, 1999, p.188). Do ponto de vista pornográfico, a mulher torna-se co-protagonista do universo sexual, exercendo (sem regulação moralista) seu domínio na cama – espaço íntimo onde o corpo

masculino é colocado na condição de uma matéria parceira da sexualidade feminina (JACOB, 1999). Impregnada da percepção pornográfica, Maricota “obriga” Mário a acompanhá-la nas leituras obscenas que lhes servem de “textos de utilidade sexual”, conforme a expressão cunhada pelo crítico Magalhães de Azeredo (*Gazeta de Notícias/RJ*, 19/06/1893, p. 1).

Confortável com o próprio corpo e sexualidade, Maricota não escondia o sonho de ser uma “prostituta célebre”, como Nana do romance homônimo de Zola, publicado em 1880. Ela ficou profundamente impressionada com a história da protagonista do romancista francês, principalmente com a rotina das meretrizes sofisticadas que conviviam com homens importantes da sociedade. Desejando semelhante realidade, sonhava com a “vida na Corte, vivendo num palácio em Botafogo, amante de príncipes e requestada pelos ministros” (PIMENTEL, 1893, p. 141). No auge dos seus delírios, Maricota imaginava o dia que devolveria o desprezo da “gente hipócrita da Praia Grande e receberia em casa tudo quanto existisse de mais distinto na literatura e nas artes”, como os escritores e jornalistas que participavam do jornal *A Semana*, publicação dirigida pelo Valentim Magalhães, na Travessa do Ouvidor nº 36, no Rio de Janeiro:

Mário, nos seus tempos de estudante, ligara-se intimamente com quase todos os rapazes que escrevem – a gente d’*A Semana* – a revista literária de Valentim Magalhães. Trá-los-ia à sua casa, onde faria umas recepções semanais, uns five o’clock teas, muito íntimos, frequentados pelas melhores pessoas da Corte. Mais tarde, quando vissem Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Coelho Neto, Castagneto, Parreiras, Pereira da Costa, Miguez, Bernardelli, Dantas, Afonso Celso – os maiores poetas, os maiores pintores, os maiores músicos entrando-lhe em casa, então os praia-grandes haviam de se empenhar para serem também recebidos e ela havia de repeli-los (PIMENTEL, 1893, p. 140–141).

Apesar da vida divertida pela novidade da casa nova, Maricota, ao fim de quinze dias, sentia que “já lhe ia aborrecendo aquele viver enfadonho, imutável, eternamente o mesmo” (PIMENTEL, 1893, p. 141). O tédio era amenizado pelas leituras matinais dos quatro jornais, *Província do Rio*, *O Fluminense*, *Gazeta de Notícias* e *O País*. Os dois últimos foram acrescentados ao hábito de leitura depois de sua “ascensão”. Dificuldades econômicas não faziam parte de sua rotina, pois o Dr. Leopoldo Cordeiro não deixava faltar nada em casa e, tampouco, deixava de atender aos caprichos da jovem. O interesse do advogado em agradá-la justificava-se na esperança de “gozá-la, quando todo mundo pensava que ela era sua amante” (PIMENTEL, 1893, p.143). Sua expectativa (em alguns momentos) transformava-se numa ânsia incontrolável de deflorar a “exuberância de viço” de Maricota, chegando ao extremo de cogitar a possibilidade de “apressar a morte de sua esposa D. Antonia, envenenando-a de combinação com os farmacêuticos Mário e o Coutinho” (PIMENTEL, 1893, p. 143).

Sem desconfiar das ideias sinistras do “bode velho”, Maricota ia vivendo sua “vida monótona da casa nova, sem distrações nem prazeres, enfadonha e triste” (PIMENTEL, 1893, p. 145). Por uma manhã, a jovem acordou tarde, sentia-se indisposta e deixou-se ficar na cama até o meio-dia. Levantou-se sonolenta e, indo ao *boudoir* onde se vestia, reparou no calendário e lembrou-se que “faria 18 anos dali três dias apenas” (PIMENTEL, 1893, p. 145). A lembrança do “próximo natal”, em nove de maio, aborreceu-lhe muito, porque as saudades da mãe, a vida dupla com o advogado Leopoldo Cordeiro e o primo Mário e a recapitulação dos dois anos medíocres vivendo em Niterói despertaram-lhe um grande pesar.

Subitamente, atordoada com os pensamentos, Maricota sentiu-se mal, “uma espécie de vertigem rápida” que a deixou pálida e assustada (PIMENTEL, 1893, p. 146). Preocupada com “o que lhe acabava de lhe suceder”, buscava uma explicação para o evento quando um “pensamento terrível” veio à mente:

Podia estar grávida. Ergueu-se outra vez e, tremendo, arrebatadamente, correu para o *boudoir*. Em frente ao espelho, trincando os dentes, a respiração ofegante, arfando, com as narinas dilatadas, despiu-se, arrebatando os nós das saias, os colchetes, os botões, os cordões do espartilho. Inclinou a cabeça e, olhando para o umbigo, viu-se com a barriga grande, dura, arredondada. Lembrou-se que havia pelo menos dois meses, próximo a fazer três, que não era menstruada. Associou outras ideias – seu mal-estar contínuo, vômitos que a acometiam, frequentes enxaquecas, enjoo pelas comidas, aborrecimento geral, palidez, debilidade, fraqueza, insônias – tudo isso não podia deixar de ser os sintomas da gravidez (PIMENTEL, 1893, p. 146).

Desesperada com as evidências de uma gravidez indesejada, Maricota “gritou para o jardineiro: Ó seu Antônio! Vá à botica e chame o seu Mário, que venha cá depressa” (PIMENTEL, 1893, p. 147). O farmacêutico foi ao chalé imediatamente, encontrando a prima em prantos. Assim que percebeu sua presença, Maricota contou-lhe que estava grávida devido aos sintomas de mal-estar dos últimos dias e o “não aparecimento do incômodo”, desde a noite em que o “bode velho” lhe fez a proposta de viver no Largo do Marrão. Ele, sentado na cama, ouvia o histórico relatado por ela, sacudindo a cabeça afirmativamente e roendo as unhas. Estava convicto de que o “fato era verdade”, pois não havia tomado cuidado, evitando usar as “camisas de Vênus que não se fizeram para outra coisa” (PIMENTEL, 1893, p. 83). Consciente de que não poderia enganar o “bode velho” com a paternidade da criança, Maricota perguntou a Mário se “havia algum remédio que botasse isso para fora” (PIMENTEL, 1893, p. 147). O farmacêutico, aflito, lembrou do Artigo 200, da lei imperial que criminalizava o aborto – tratado como chacota na Escola de Medicina.

Após obter a infusão do “cozimento de sabina”, Mário entregou-a a Maricota, que bebeu com grande repugnância. Minutos depois, a prima vomitou, “suando a cama, a pele de

onça e todo o chão” (PIMENTEL, 1893, p. 148). Assustada, a criada foi chamar o farmacêutico para acudir a patroa. Quando chegou ao quarto, Mário encontrou Maricota vomitando, e “com o esforço que fez, sobreveio-lhe uma hemorragia abundante”. Apavorada com os efeitos do “remédio”, a jovem gritou ao primo:

- Mário! Eu morro!, bradou, sentindo o sangue correr em catadupa, molhando-lhe as coxas, ensopando-lhe as roupas do leito.

- Sossega, Maricota, não é nada, asseverou o moço. É isso mesmo o que queremos.

E ficou ali, perto dela, amparando-a, enquanto a criada limpava o quarto.
(PIMENTEL, 1893, p. 148).

Às três e meia da tarde, como era de costume, Dr. Leopoldo Cordeiro chegou ao chalé para visitar sua “amante de luxo” (PIMENTEL, 1893, p. 121). Maricota não permitiu que ele entrasse no quarto, “receando que desconfiasse de alguma coisa”. Para afastá-lo mandou a criada dizer-lhe que estava com enxaqueca. Inquieto, o advogado indagou de Mário “o que se havia passado”, ao que o farmacêutico respondeu que a prima estava com “uma ligeira indisposição nervosa” (PIMENTEL, 1893, p. 148–149). Enquanto falava com o “bode velho”, Mário dirigia-se para a farmácia, fazendo o advogado acompanhá-lo, com objetivo de deixar Maricota a sós com a criada.

Não satisfeito com a explicação, Leopoldo Cordeiro quis uma opinião de autoridade e “saiu à procura de um médico, tomou um carro e mandou tocar para casa do Dr. Maia, que morava no começo da Rua da Praia”. “Grande notabilidade médica de Niterói”, com clientes até na Corte, Dr. Castro Maia era conhecido, também, pela sua franqueza, “falando sempre asperamente, sem contemplações por pessoa alguma” (PIMENTEL, 1893, p. 149). Quando chegou à casa do médico, Leopoldo Cordeiro expôs o motivo da sua presença, mas o Dr. Maia interrompeu-lhe abruptamente:

- Está doido! Ora que diabo! Não faltava mais nada do que eu me incomodar agora para ir ver uma manha. Já sei: é a tua amiga que se zangou, porque não lhe fizeste a vontade. Conheço a pequena: é um pancadão. O que lhe falta é um homem. Tu não tens mais potência! Falava gritando, depressa, sem descansar. No entanto, foi acompanhando o amigo (PIMENTEL, 1893, p. 149).

Enquanto o advogado e Dr. Maia seguiam para o Largo do Marrão, Mário desesperava-se, correndo da farmácia para o chalé, pois “a hemorragia não cessava e Maricota já havia expelido uma grande posta sanguínea, negra, coalhada, fétida, e o sangue jorrava fluente” (PIMENTEL, 1893, p. 149). Atordoad, o farmacêutico “consultava livros, recordava lições e

manuseava o *Chernoviz*” – manuais de medicina popular do médico Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (1812–1881), em voga durante o Império e usado pelos boticários e curandeiros das cidades carentes de médicos (GUIMARÃES, 2005). Prevendo o pior, Mário “antevia Maricota morta, esvaindo-se em sangue e ele preso, encarcerado, condenado” (PIMENTEL, 1893, p. 150).

Numa das ocasiões em que saía do chalé para a farmácia, Mário viu um carro estacionar a porta, “saltando de dentro o Dr. Maia, que reconheceu logo, e mais o Cordeiro” (PIMENTEL, 1893, p. 150). Rapidamente, o farmacêutico escondeu-se por detrás do arbusto, esperando que os dois homens entrassem na casa. Assim que eles penetraram na sala de jantar, ele saiu e dirigiu-se para a farmácia. No momento em que atravessava a rua, Mário “escutou um grito terrível, agudo, lancinante, prolongado, que lhe fez gelar o sangue e eriçarem-lhe os cabelos” e exclamou para si, “estou perdido!” (PIMENTEL, 1893, p. 150). Entrou desvairado pela farmácia adentro, atirando-se pelo leito, a soluçar copiosamente.

Ao ouvir o grito de Maricota, Leopoldo Cordeiro “puxou pelo braço do médico”, suplicando ao Dr. Maia: “anda, anda depressa pelo amor de Deus!” (PIMENTEL, 1893, p. 150). O médico correu para o quarto, e o advogado preferiu ficar na sala, aguardando notícias. Ao entrar no aposento todo desarrumado, Dr. Maia, “na primeira inspeção”, compreendeu o “fato ocorrido” por meio das “roupas ensanguentadas, bacias e dos urinóis sujos de água vermelha” (PIMENTEL, 1893, p. 150). Depois de observar os indícios do aborto, o médico tomou o pulso de Maricota, que estava muito fraco e quase imperceptível. Voltando-se para a criada, Dr. Maia “mandou imperiosamente que lhe trouxesse uma chaleira d’água” e saiu (PIMENTEL, 1893, p. 150). Na sala, ao ver o médico saindo do quarto, Leopoldo Cordeiro perguntou-lhe se havia alguma novidade. Dr. Maia, “sem papas na língua”, respondeu-lhe: “há simplesmente que você é um criminoso e mais a besta do farmacêutico que lhe vendeu o remédio. Já abortou e está perdida. Não se salva” (PIMENTEL, 1893, p. 150).

Passado o espanto com o “discurso brusco” do médico, Leopoldo Cordeiro “compreendeu tudo. Viu-se bigodeado pela moça que julgava virgem, explorado pelo farmacêutico que a gozava todos os dias. Teve consciência do papel de paio que fizera até então” (PIMENTEL, 1893, p. 151). Furioso com a descoberta da traição, o advogado foi ao quarto, como um touro raivoso com “tenções de estrangulá-la, amante do primo, sovada por todo mundo, menos por ele” (PIMENTEL, 1893, p. 151). Mas ao chegar ao local, onde depositou a esperança de “deflorar a beleza fascinante” da jovem, Leopoldo Cordeiro deparou-se com a seguinte cena:

Maricota, deitada numa poça de sangue, suspensa a camisa, arreganhadas as pernas, pálida, muito pálida, virou os olhos amortecidos e expirou.

No mesmo instante, vibrou prolongadamente a campainha do portãozinho e Joaquim Rodrigues [pai de Maricota] entrou, cambaleando, bêbado, a cantar:

Eu sou da terra do vatapá,
Moqueca, yoyô!
Moqueca, yayá! (PIMENTEL, 1893, p. 151).

O fim trágico de Maricota encerrou sua breve vida de dezessete anos, vividos com transgressão e destemor. Seu sonho de conhecer a Corte não foi realizado e a possibilidade de viver sua sexualidade sem grandes (e fatais) consequências foi frustrada. Para o imaginário de leitura do final do século XIX, *O aborto* era um romance naturalista indecente que corrompia os valores morais. Mas sem nos restringirmos à leitura de “livro obsceno”, o romance de estreia de Figueiredo Pimentel foi uma obra ousada que colaborou para fomentar reflexões pertinentes à vigilância sobre a sexualidade feminina, atada aos moralismos da sociedade burguesa (e patriarcal). Tal sociedade condenava as mulheres que rompiam as convenções sociais para viverem sua vida sexual, porém absolvía os homens – seus parceiros de “violação moral”, sem nenhuma punição ou constrangimentos.

4 *UM CANALHA* (1895)

4.1 A publicação do romance

Em 31 de julho de 1895, a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro anunciou na primeira página do jornal a publicação de *Um canalha*:

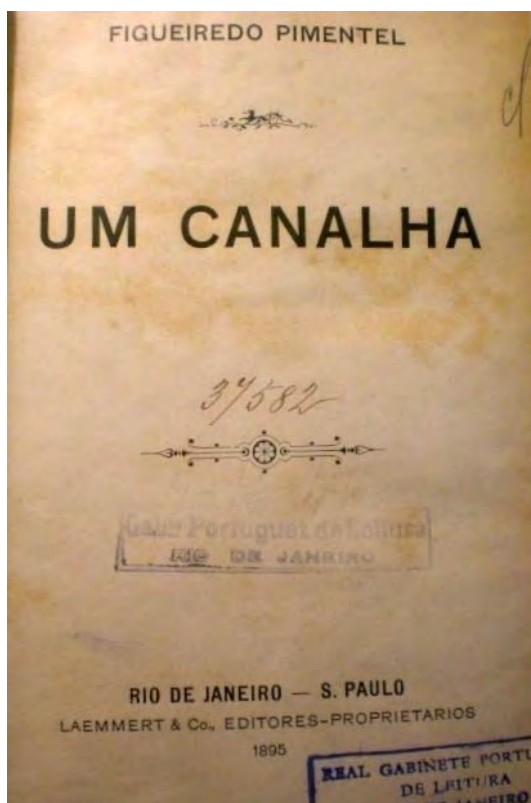
O Sr. Figueiredo Pimentel acaba de publicar um novo romance – *Um canalha*, elegantemente editado pela casa Laemmert. A obra do jovem escritor merece de certo crítica especial, a que não nos esquivaremos. Por hoje só nos cabe agradecer o mimo da oferta (*Gazeta de Notícias*, 31/07/1895, p. 1).

Os indícios de uma futura apreciação crítica do romance pela *Gazeta de Notícias* não se confirmaram, pois o jornal esquivou-se da “crítica especial” prometida na nota. Em 19 de agosto de 1895, a *Gazeta* restringiu-se a republicar a nota do jornal *Comércio de São Paulo* sobre *Um canalha*, que fora divulgada oito dias antes (11/12/1895) na seção “Impressos” do jornal *O País*, do Rio de Janeiro:

Da antiga e conceituada casa Laemmert, da Capital Federal, com agência nesta cidade, à Rua do Comércio, recebemos: *Um canalha* – chama-se assim o novo romance do conhecido literato Figueiredo Pimentel, o mesmo que, não há muito, publicou no Rio um livro em demasia realista e que, escrito em linguagem pouco literária, teve aqui e naquela (dizem-no, pelo menos, os respectivos cartazes), extraordinária extração – meia dúzia de milhares de volumes. É grande, porém, a distância que separa o livro que temos em mãos daquele que tanto popularizou o talentoso escritor e original de *Suicida* [romance-folhetim publicado no jornal *A Notícia* em 1895]. De fato, *Um canalha*, longe de ser um amontoado extravagante de fatos que em nada se recomendam pela moralidade, é um conjunto de quase duzentas páginas que se leem com agrado, sem nos fatigarem o espírito, tanto é leve e atraente a maneira por que se exprime o autor. Apesar de ressentir-se de algumas faltas, o romance do Sr. Figueiredo Pimentel apresenta-nos páginas de rara felicidade, e é com prazer que felicitamos o seu autor pela publicação desse livro, que, incontestavelmente bem superior a *O aborto*, nos faz esperar ainda muito das qualidades que para esse gênero de literatura tem revelado o operoso literato (*Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro*, 19/08/1895, p. 3).

Enquanto as notícias sobre o lançamento do segundo romance naturalista de Figueiredo Pimentel repercutiam nas imprensas carioca e paulista, a Laemmert dava início à campanha de divulgação de *Um canalha*, que foi anunciado nos principais jornais do Rio de Janeiro para venda pela livraria-editora até 1898, entre eles a *Gazeta de Notícias*, a *Gazeta da Tarde*, *A Notícia* e *O País*. Entre os livros oferecidos na relação das publicações, *Um canalha* era vendido por três mil réis (3\$000) – preço equivalente aos livros de aproximadamente

duzentas páginas –, quantia relativamente acessível para os padrões econômicos da última década do século XIX.



Legenda: Folha de rosto da primeira edição de *Um canalha* (1895), de Figueiredo Pimentel.
Fonte: Exemplar do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

Além da campanha nos jornais cariocas, a Laemmert também divulgou, nos principais jornais das cidades de São Paulo, Recife, Santa Catarina e Maranhão, os endereços das livrarias onde os leitores podiam adquirir um exemplar do romance, tais como a Livraria Laemmert, à Rua do Comércio nº 25, em São Paulo; a Papelaria Americana, à Rua do Imperador nº 79, no Recife; a Livraria Firmo, à Rua da República s/n, no Desterro (SC) e a Livraria Universal, à Rua da Palma nº 2610, em São Luís do Maranhão. Segundo os anúncios dessas livrarias, *Um canalha* teve publicidade constante nas imprensas de outros Estados até pelo menos 1898, sugerindo a propagação da produção literária de Figueiredo Pimentel aos diversos centros culturais do país.

LAEMMERT & C.	
Editores	
RIO DE JANEIRO—S. PAULO—RECIFE	
Últimas publicações	
Visconde de Taunay: «Innocência», 3. ^a edição, nitidamente impressa, 40000	
Valentim Magalhães: «Flor de Sangue», romance de actualidade (grande successo de livraria), 1 vol. com rica capa illustrada de Julião Machado, 50000	
Bento Ernesto Junior: «Vida aldeã», contos, 1 vol., 25000	
Machado de Assis: «Várias Historias», 1 vol., nitidamente impresso, 40000	
Valentim Magalhães: «Vinte Contos», 2. ^a edição corrigida, 1 vol., 35000	
Marcos Valente: «Philosophia de algibeira», para philosophos de bondade, 1 vol. in-32, 18500	
Jose Verissimo: «Estudos Brasileiros», 2. ^a série 1889-1893, 1 vol. in-8. ^o , 50000	
Rodrigo Octavio: «Sonhos Funestos», drama de assumpto colonial, em 3 actos e 4 quadros, 30000	
Figueiredo Pimentel: «Um canalha», romance original brasileiro, 1 vol. com linda capa colorida, 35000	
Bento Ernesto Junior: «Frondeas», primeiros versos, 1893-1894, 1 vol. ricamente impresso, 25000	
Casimiro de Abreu: «Obras completas», Novissima edição, precedida de uma noticia sobre o autor, por M. Said Ali, 1 vol. brochado 25, encadernado, 35000	
Enesto A. Cardoso: «Concepção Monistica do Universo», introdução ao cosmo do direito e da moral, 1 vol. in-8. ^o , brochado 25, encadernado, 105000	
Pedro Rubello: «A alma alheia», contos, 1 vol. in-15, nitidamente impresso, 35000	
Gonçalves Dias: «Poetias», Edição completa, revista e precedida de uma noticia sobre o autor, por M. Said Ali, 2 vols. brochs. 45, encadernados, 65000	
H. de Brito: «Realidade do mundo», Estudos de philosophia e theologia naturalista, 1 vol. in-8. ^o de 326 paginas, 65000	
66 RUA DO OUVIDOR 66	
Rio de Janeiro	

Legenda: 9º item da lista: Romance *Um canalha*, de Figueiredo Pimentel por 3\$000.

Fonte: *A Notícia*, 20 a 21 de abril de 1897, p. 2.

Um canalha é um romance sobre a mediocridade e o caráter corrupto do juiz mineiro Dr. Guarani Cardoso. Nos anos de estudante da Faculdade de Direito, em São Paulo, Dr. Guarani Cardoso era chamado de Manuel Antônio, vivia na República Mineira em companhia dos conterrâneos e amigos de academia: João Tinoco, Carlos Faísca, Augusto Lopes e Zeca. Manuel Antônio era o único pobre, pois estudava apenas com cem mil réis de mesada dada à custa de muito sacrifício pelo pai, um simples funcionário da diretoria da fazenda da província de Minas Gerais (PIMENTEL, 1895, p. 27). A origem simples de Manuel Antônio não era um problema para os amigos, que o estimavam muito, porém o bacharel sentia-se humilhado por viver constantemente com pouco dinheiro.

O complexo de inferioridade de Manuel Antônio aumentou com as dificuldades de conseguir os quinhentos mil réis para a formatura e o regresso a Ouro Preto (PIMENTEL, 1895, p. 29). Frustrado com a situação, Manuel Antônio decidiu, na véspera de bacharelar-se, roubar 1 conto de réis de João Tinoco, seu amigo mais próximo. Desmascarado na farsa e perdoado pelos amigos, o futuro bacharel não participou da solenidade da colação de grau, temendo que outros estudantes soubessem do crime. No dia seguinte, Manuel Antônio apresentou-se ao secretário da Faculdade para receber o título de bacharel na sala

administrativa do diretor. Na tentativa de apagar a péssima impressão provocada pelo roubo, Manuel Antônio solicitou a mudança de assinatura, após o juramento da colação, passando a assinar a firma de Dr. Guarani Cardoso.

Depois da curta (e medíocre) carreira de advogado em Ouro Preto, Guarani Cardoso, com as influências do bem-relacionado Pereira Ramos (colega de faculdade e oficial do gabinete do ministro da justiça), foi nomeado para a jurisdição municipal de Macaé – “boa e rendosa comarca do Rio de Janeiro” (PIMENTEL, 1895, p. 63). Aos vinte oito anos, Guarani Cardoso transformou-se em um homem sofisticado, apagando de vez aquele mineiro bisonho dos tempos de faculdade, que mantinha “o rotineiro terno de fraque preto com gravata estreita de gorgorão, botinas de bezerro e chapéu de lebre desabado” (PIMENTEL, 1895, p. 26–28).

Com poder e prestígio, Dr. Guarani Cardoso conquistou a simpatia da sociedade burguesa de Macaé da década de 1880, construindo em torno do seu nome a legenda de juiz integérrimo. Mas nas entrelinhas da lei, seu histórico era de um homem sem escrúpulos, que negociava e vendia sentenças conforme os interesses dos seus pequenos golpes. O romance, além de narrar as canalhices do protagonista com suas negociatas no tribunal, aborda o comportamento “baixo” de diversos tipos comuns que compõem a história, sem remeter ao naturalismo sensacionalista do *O aborto*.

Com o aspecto de um “estudo de temperamento” sobre um golpista de pequenas vilezas, *Um canalha* engendrou uma ficção naturalista que não empolgou o grande público – não alcançando o sucesso de vendas do romance de estreia –, porém suscitou na crítica especializada comentários e resenhas que iluminam e expandem o debate sobre o naturalismo no Brasil, especialmente na década de 1890 (MENDES & VIEIRA, 2014). Dentre as críticas divulgadas na imprensa, destacaram-se as apreciações de Valentim Magalhães (1859–1903), no jornal *A Notícia*, de Artur Azevedo, em *O País*, e de José Veríssimo, na *Revista Brasileira*. Ao longo da explanação vamos remeter principalmente a essas críticas, mas ao final traremos outras vozes menos conhecidas.

4.2 Os críticos e os jornais

Incomodado com silêncio da crítica sobre *Um canalha*, Figueiredo Pimentel vibrou com o fim dos seis dias silenciosos da imprensa, quando surgiu a apreciação crítica de Valentim Magalhães na coluna “Semana Literária” do jornal *A Notícia*, dos dias 06 a 07 de agosto de 1895. Com circulação de dois dias (data do dia e do dia seguinte), *A Notícia* foi fundada em 1894 pelo português Manuel Jorge de Oliveira Rocha. O jornal era o vespertino

mais vendido na cidade do Rio de Janeiro (SIMÕES JUNIOR, 2007) e tinha colaboração de escritores e ilustradores destacados da década de 1890, como o jornalista e poeta Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, o ilustrador português Julião Machado (1863–1930) e o próprio Figueiredo Pimentel, que dirigiu durante longo tempo a coluna “Pequenos Ecos”, como também publicou no periódico, em 1895, o romance-folhetim *Suicida!*, causando grande sucesso (*A Notícia* 06 a 07/02/1914, p. 1).

Com fama de jornal acolhedor e divulgador de inúmeros trabalhos literários enviados à sua redação, *A Notícia* compartilhava com Valentim Magalhães o interesse de incentivar jovens talentos. Responsável pela coluna literária mais procurada dos jornais da época, Valentim Magalhães ocupava lugar de destaque na imprensa carioca, conquistando respeito e admiração dos homens de letras (*A Notícia*, 23 a 24/10/1895, p. 1) desde a década de 1880. Como escritor e jornalista, Valentim Magalhães era conhecido pelos seus “artigos efervescentes” a favor da Abolição e da República, publicados em vários jornais do Brasil e, principalmente, n’*A Semana*, periódico dirigido por ele no Rio de Janeiro.

Ombreando com Valentim Magalhães nos temas políticos, Artur Azevedo era considerado pelos escritores estreados como grande “patrocinador das letras” e defensor dos direitos do escritor profissional e do autor dramático no Brasil (*Diário de Notícias*, 02/02/1895, p. 1–2). Como crítico, Artur apreciava na coluna “Palestra”, de *O País*, toda variedade de eventos artísticos, principalmente os teatros de revistas e as obras literárias de escritores iniciantes. Ao lado da *Gazeta de Notícias*, *O País*, de perfil republicano, foi um influente jornal do Rio de Janeiro que, após a proclamação da república, consolidou-se no jornalismo de maior prestígio na vida política nacional, sem deixar de investir na qualidade da crítica literária que auxiliava na formação de opinião da sociedade brasileira do final do século XIX (SODRÉ, 1966).

A expansão do espaço da crítica literária na imprensa era, também, o objetivo da *Revista Brasileira*, editada pela Laemmert e dirigida pelo renomado escritor, jornalista e historiador literário José Veríssimo. Além de diretor da *Revista*, Veríssimo acumulava a função de crítico responsável pela seção “Bibliografia”, que analisava os livros recém-lançados. Na terceira fase da *Revista Brasileira*, em 1895, a publicação não se restringia ao debate sobre as questões artísticas, pois os temas referentes à medicina, ao mundo jurídico e às políticas socioeconômicas eram, também, discutidos pelos colaboradores especializados da revista, com o objetivo de reunir as diversas áreas de conhecimento à ampla reflexão. De caráter inovador, a *Revista Brasileira* incentivou a mobilização dos escritores para construção de uma instituição literária permanente no Brasil. Os constantes encontros na redação da

revista não tardaram à concepção e à fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 20 de julho de 1897, no Rio de Janeiro – um evento de que participaram esses três escritores.

4.3 As críticas

Durante o segundo semestre de 1895, a história sobre as canalhices do Dr. Guarani Cardoso mobilizou as apreciações críticas da imprensa no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Pará por meio de notas, comentários e resenhas. Dessas apreciações sobre *Um canalha*, a de Valentim Magalhães destacou-se porque iniciou, nas páginas do jornal *A Notícia*/RJ, um debate sobre a estética naturalista. O debate iniciado pela “pena do eminente colaborador da *Notícia*” (*Diário de Notícias*, 26/01/1895, p. 1) nos ajuda a conhecer as leituras sobre o naturalismo no Brasil entre os homens de letras que ocupavam os centros culturais e as redações de jornais espalhadas pelo país, divulgando suas opiniões e observações em comum, como também suas discordâncias sobre a estética naturalista.

Vindo na sucessão de *O aborto*, *Um canalha* despertou na imprensa a expectativa de que o segundo romance naturalista de Figueiredo Pimentel não seria diferente do primeiro, “recheado de escândalos e sensações”. Conhecido como escritor “cheio de novidade e cheio de audácias, como tudo quanto lhe sa[ia]m da pena” (*Dom Quixote*, 1895, n.7, p. 3), Figueiredo Pimentel frustrou a expectativa da recepção crítica, produzindo um romance que em nada lembrava as cenas ousadas sobre as intimidades sexuais entre Maricota e seu primo Mário, em *O aborto*. A maioria das apreciações críticas concordava que *Um canalha* não provocava o temor de o leitor corar diante de “páginas picantes”, embora tivesse como tema as imoralidades de um juiz sem escrúpulos, que negociava e vendia sentenças “como quem vend[ia] batatas”, na expressão de Valentim Magalhães (*A notícia*, 06 a 07/08/1895, p. 1–2).

A expectativa de encontrar pornografia em *Um canalha* foi frustrada, porém o romance provocou outro tipo de “sensação”: compreendê-lo como uma obra naturalista que não se adequava na concepção tradicional da estética. A inquietação da tradição crítica com o romance tornou-se perceptível nas vozes de Valentim Magalhães, de Artur Azevedo e de José Veríssimo. Suas colunas literárias repercutiram (e estranharam) um romance naturalista que se afastava do modelo científico e não tratava, detalhadamente, dos desvios de caráter do protagonista, como se esperava de uma obra da estética.

Além disso, na resenha de Valentim Magalhães no jornal *A Notícia* de 06 a 07 de agosto de 1895, o crítico expôs suas decepções com a banalidade do protagonista. Ele esperava que “o Dr. Guarani Cardoso fosse um canalha interessante, original e

extraordinário”, mas o tratamento ficcional dado ao protagonista foi de “um canalha banal, sem audácia e cinismo fora do comum”. Concordando com a percepção de Valentim, Artur Azevedo, na coluna “Palestra” do jornal *O País*, reconheceu que Figueiredo Pimentel possuía as qualidades de um romancista de costumes, porém o que lhe faltava era invenção. Segundo Artur, a prova dessa carência era o herói do romance ser “um canalha vulgaríssimo, que não desperta[va] o interesse, nem as honras de ter uma análise psicológica” (*O País*, 09/08/1895, p. 1).

Na apreciação de José Veríssimo na *Revista Brasileira*, *Um canalha* era um livro incapaz de sustentar a “psicologia do romance”, porque a constituição da trama era superficial e repleta de falhas na concepção e na exibição do protagonista. Para Veríssimo, o romance (tendo em vista a estética naturalista tradicional) carecia de um estudo mais sério do caráter do Dr. Guarani Cardoso. A caracterização do bacharel promovido a juiz era inverossímil, faltava o aprofundamento da sua índole:

Os romances do gênero do *Canalha* sei, não atendem muito às circunstâncias de verossimilhança *stricta*, mas desde que procuram aliar à estética que lhes é própria o estudo mais sério dos caracteres e temperamentos, tem a gente o direito de exigir que não ofendam demasiado à realidade [...]. A rápida transformação do Dr. Guarani que, sem motivos nem explicações satisfatórias –transformou-se inteiramente e em vez do bisonho estudante de Direito, calado, falando pouco, tornou-se jovial, expansivo –, merece reproche. Como estas há outras falhas na parte que não sei se me atreva a chamar psicologia do romance (*Revista Brasileira* – tomo IV, out/dez 1895, p. 60).

De acordo com as reações de Valentim Magalhães, de Artur Azevedo e de José Veríssimo a *Um canalha*, podemos depreender que a recepção de cada crítico sustentava compreensões paradoxais sobre o romance naturalista. As apreciações de Valentim Magalhães e de Artur Azevedo indicaram escassa inventividade em *Um canalha*, qualidade que tornaria o romance desinteressante. O naturalismo, entretanto, não operava pela invenção ou pela imaginação e não buscava o extraordinário, mas construía o ficcional por meio da observação sobre os fatos da vida comum (como uma reportagem de jornal). As opiniões dos colunistas de *A Notícia* e de *O País* sugerem que eles estavam operando no paradigma de idealização do gênero romance, ligado à epopeia, com as aventuras inesquecíveis dos seus heróis excepcionais e culminâncias de sentido.

A apreciação de José Veríssimo, embora não exigisse os recursos da imaginação, tinha duas reclamações de *Um canalha*. A primeira era a falta do sério estudo científico, e a segunda, a falta de elegância da forma, com estilo sóbrio e uso de linguagem não provinciana, diferente do “provincialismo mineiro e paulista” que Veríssimo detectou no romance (*Revista*

Brasileira, out/dez 1895, p. 61). A segunda reclamação é dificilmente atendida pelo naturalismo literário. Parecendo-se mais a um estudo de caso, a notícias de jornal e a relatórios científicos, o romance naturalista rompe com a forma genérica do épico e do romance realista tradicional. O naturalismo impõe ficções fora dos padrões estéticos rígidos, que cedem a autoridade da voz narrativa a diversas fontes, como a linguagem dos subalternos, a gíria dos trabalhadores e as variações linguísticas regionais (BAGULEY, 1990).

Valentim Magalhães apontou também a ausência do “estudo minucioso da psicologia” do Dr. Guarani Cardoso. Para o crítico de *A Notícia*, a falta dessa marca naturalista comprometia o romance:

Que teve em mira o autor, criando este bandido vulgar, sem nada de atraente nem de simpático? Estudar um caso de <criminoso nato>, como o entende **Lombroso**? Talvez; mas, para isso. Devia descrever rigorosamente os estigmas morais desse indivíduo, acompanhando, desde a infância, a formação viciosa, doentia, desse caráter resistente ao meio e à educação e, **como faz Zola** na *Bête humaine*, dando-nos o sentimento e a própria sensação da fatalidade do crime nesse organismo, em aparência perfeito. Nada disso fez, porém, o Sr. Figueiredo Pimentel (*A Notícia*, Rio de Janeiro 06 a 07 de agosto de 1895, p. 1, grifos nossos).

Com a expectativa de *Um canalha* enquadrar-se na forma literária científicista, Valentim Magalhães cobrava ao segundo romance naturalista de Figueiredo Pimentel “os ritos do naturalismo”, adesão da ficção aos princípios, pesquisa e métodos científicos. A cobrança do crítico não significava uma subordinação da literatura à ciência do século XIX, mas antes a compreensão de que a literatura naturalista não era indiferente ao impacto da modernidade científica nas experiências concretas dos indivíduos. A razão e a objetividade ganhavam relevância no imaginário artístico, impactando toda vida cultural da civilização industrial. Consciente disso, Valentim Magalhães citou os métodos do famoso cientista italiano Cesare Lombroso (1835-1909) e do escritor francês Emile Zola (1840–1902) para exemplificar a “forma literária ideal” dos romances naturalistas.

Precursor dos estudos sobre perfis de criminosos, Cesare Lombroso foi um cientista que influenciou os legisladores criminais de diversos países durante as décadas finais do século XIX e iniciais do século XX (CALHAU, 2009). De concepção positivista, os estudos de Lombroso defendiam o princípio da busca pelo conhecimento por meio da observação e do raciocínio, aplicados na investigação sobre os fenômenos humanos e suas relações sociais, éticas e fisiológicas. A partir dessa compreensão, o cientista afirmava que era possível conhecer o criminoso relacionando determinadas características físicas do corpo ao tipo de delito cometido, reforçando a tese sobre hereditariedade e os desvios comportamentais. O

alcance desses estudos foi além das reflexões do Direito Penal, pois as ideias de Lombroso tornaram-se atraentes para os escritores naturalistas, como Emile Zola – o representante mais expressivo do naturalismo, segundo a historiografia tradicional.

No ensaio “O Romance Experimental” (1880), Zola – entusiasmado com o progresso das ciências ao longo do século XIX – defendia a aplicação do pensamento científico às práticas literárias dos romancistas. O processo ou “método experimental” seria a elaboração de ficções investigativas sobre o determinismo nas experiências humanas, com objetivo de observar fatos concretos e experimentá-los ficcionalmente. O “método experimental” resultaria num “romance científico”, que descreveria o homem como uma espécie submetida às influências da raça, do meio e do momento histórico, submetida às leis orgânicas e sociais das relações humanas. Valentim Magalhães entendia que a técnica descritiva de Zola era pertinente para os romances naturalistas porque as descrições rigorosas da estética justificavam (ou produziam coerência para o leitor compreender) a má índole dos personagens. Essa técnica faltava em *Um canalha*, segundo o crítico, pois a motivação de roubar do protagonista não ficou esclarecida na história:

O doutor Manuel Antônio Guarani Cardoso, tal é o pomposo nome do herói – é um canalha, em cujas patifarias a gente acredita, porque o romancista nos conta com uma indiscrição rara; sem isso, não teríamos razão para crer nem para deixar de crer, tão pouco o conhecemos, tão apagada e dúbia e à sua fisionomia moral, tão levemente roçamos pelo seu caráter. Estudante vai até ao quinto ano de seu curso jurídico, honesto e sério, com excelente reputação e, nas vésperas de formar-se, rouba estupidamente um conto de réis a um colega e amigo (*A Notícia*, Rio de Janeiro 06 a 07 de agosto de 1895, p. 1).

Em 12 de agosto de 1895, *Um canalha* retornou à pauta das apreciações de *O País* com o comentário do articulista Magriço, que reforçou as opiniões de Valentim Magalhães, Artur Azevedo e José Veríssimo sobre a carente observação científica do romance. Antes de comentar a recente produção ficcional de Figueiredo Pimentel na coluna ‘Crônica’, Magriço destacou uma lista dos “livros editados de escritores conhecidos, outros não”, enviados para a redação do jornal. Nessa relação, o articulista não escondeu sua atenção e dedicação ao autor de *Um canalha*:

O ruidoso Figueiredo Pimentel, complicado e escandaloso, que atirou ao mercado burguês, com o estardalhaço de costume, *Um canalha*, livro pretensioso de intentos, mas simples e modesto; pouco desenvolvido como tentame psicológico, sem energias de **escalpelização**, sem escrúpulo de forma. A sucessão dos episódios tem a monotonia de um diário, o que é insuportável nas composições deste gênero, muito embora a vida seja isso mesmo – uma sucessão de dias. Aos realistas direi: é uma história real (*O País*, Rio de Janeiro 12 de agosto de 1895, p.1, grifo nosso).

Depois do pornográfico *O aborto* (1893), bastava o nome do autor para escandalizar (ou impactar) a opinião pública. Magriço também apontou a falta de “energias de escarpelização e escrúpulo de forma”, ou seja, a expectativa frustrada de não encontrar as marcas tradicionais dos romances naturalistas, tais como as análises científicas sobre a psicologia dos personagens. Magriço surpreendeu-se com o pouco estudo científico da história, porém não se decepcionou com o “realismo banal” do livro. O articulista compreendeu que a realidade ficcionalizada pelo romance não despertava interesse ou desejo pela leitura, mas não deixava de ser autêntica e próxima da vida mundana.

4.4 A réplica de Figueiredo Pimentel

Para as primeiras apreciações críticas, *Um canalha* não configurava um “estudo de temperamento”. A maioria dos críticos concordava que Figueiredo Pimentel tinha as qualidades de um romancista em início de carreira, porém precisava melhorar. Atento às recepções do romance, Figueiredo Pimentel enviou uma carta à redação de *A Notícia*, solicitando ao jornal que a publicasse para “fazer breves reparos ao artigo do Sr. Valentim Magalhães” (*A Notícia*, 09 a 10/08/1895, p. 3). Antes de responder ao crítico, Figueiredo Pimentel expressou satisfação com a recepção de *Um canalha* na imprensa. Segundo o escritor, não havia nada mais triste para o profissional das letras do que receber a indiferença e o silêncio da crítica (PIMENTEL, 1896). Para expressar o contentamento, Figueiredo Pimentel dedicou as primeiras linhas da carta-resposta para reconhecer a primeira apreciação de *Um canalha* pelo jornal *A Notícia*:

Escreve-nos Figueiredo Pimentel:

Meu caro colega,

Pretendo responder mais tarde às críticas que forem escritas sobre o meu romance. Espero apenas que a imprensa, até ontem silenciosa – **foi A Notícia o primeiro jornal que algo falou**, pela pena de um dos eminentes colaboradores – se manifeste de qualquer forma. [...] Publicando esta carta, meu caro colega, muito lhe agradecerá o – Figueiredo Pimentel (*A Notícia*, Rio de Janeiro 09 a 10 de agosto de 1895, p.3, Edição da Noite, grifo nosso).

Convencido da influência dos “momentos ruidosos da crítica” sobre a divulgação dos seus trabalhos ficcionais, Figueiredo Pimentel defendeu *Um canalha* na réplica ao crítico Valentim Magalhães. O crítico esperava que “o protagonista do livro fosse um canalha de quatro costados” (*A Notícia*, 06 a 07/08/1895, p. 1), mas a composição do personagem era excessivamente banal, sem nenhum estudo minucioso e sem imaginação criativa. Para Valentim Magalhães, ‘o canalha’ de Figueiredo Pimentel era desinteressante e não sustentava

o interesse pela narrativa. Como resposta, o escritor afirmou que a trajetória do Dr. Guarani Cardoso era verossímil, que o mau-caratismo do personagem não deveria ser classificado em “graus de canalhismo” – canalha interessante ou canalha banal – pois tudo era canalhice. Para concluir sua defesa, Figueiredo Pimentel acusou o crítico de não ter lido o romance:

Se o distinto escritor não descobriu no protagonista um degenerado, um criminoso nato – cleptomaníaco, se assim posso exprimir – um suicida-maníaco, porque não quis, ou não leu o meu romance, folheando-o apenas mui ligeiramente (*A Notícia*, 09 a 10 de agosto de 1895, p. 3).

Figueiredo Pimentel deixava claro que o Dr. Guarani Cardoso era um “cleptomaníaco”, apesar dessa característica não aparecer explicitamente na descrição do protagonista. A cleptomania queria dizer que a compulsão de roubar, como ocorreu com 1 conto de réis do amigo João Tinoco (nos tempos de faculdade), lhe acompanhou durante sua vida. Para reforçar seus argumentos, Figueiredo Pimentel explicou que as compulsões de roubar e de se suicidar do Dr. Guarani Cardoso eram de um “degenerado ou criminoso nato”, justificadas pela sua natureza ou herança biológica, sem apontar necessariamente as influências do meio nesse organismo problemático.

A alegação dos impulsos naturais era um recurso comumente aplicado pelos escritores naturalistas para defender os romances e explicar os “anacronismos” dos personagens. Em 1896, num artigo em defesa do romance *Bom Crioulo*, Adolfo Caminha empregou a expressão “degenerado nato” para justificar o “desvio sexual” do protagonista Amaro, marinheiro negro que era apaixonado pelo companheiro de farda, o grumete Aleixo (CAMINHA, 1896, p.41). De acordo com o raciocínio da “fatalidade” das leis naturais, Amaro e Dr. Guarani Cardoso eram submetidos às pulsões dos seus organismos, portanto, incapazes de modificar a relação de causa e efeito em suas vidas. Nesse sentido, Figueiredo Pimentel entendia que *Um canalha* não se esquivou da observação científica pertinente ao romance naturalista.

4.5 *Um canalha* e a cleptomania

Na tréplica a Figueiredo Pimentel, o crítico lhe respondeu à acusação de não ter lido o romance e ao comentário sobre a “cleptomania e a compulsão de suicídio” do personagem:

Não tenho por costume replicar às contestações com que às vezes honram as minhas apreciações críticas os autores dos livros de que me ocupo; e não o faço por orgulho,

mas por duas razões: primeira, porque é perder tempo, não dando nunca os autores o seu bracinho a torcer, nem eu tampouco; segundo, porque não se compreendendo ainda a crítica entre nós, à menor restrição o criticado escama-se e descompõe o crítico. Vou abrir uma exceção para o Sr. Figueiredo Pimentel, autor d'*Um canalha*: merece-o pelo seu talento e porque foi delicado na defesa de si fez; além disso, preciso rebater uns conceitos injustos. [...] Não descobri de fato no protagonista um degenerado, um criminoso nato, muito menos um cleptomaníaco: (cleptomania é coisa muito diversa) e muito menos um suicida-maníaco. E se o não descobri não por não ter lido com toda atenção o romance. Não costumo fazer crítica de livros que não leio: posso fazer elogios, crítica não, porque isso seria falta de probidade profissional. Não descobri porque não pude; e se não pude, não tenho culpa nisso. V (*A Notícia* – Rio de Janeiro 10 a 11 de agosto de 1895, p. 1–2).

A dificuldade de Valentim Magalhães para compreender o protagonista como cleptomaníaco nos sugere que as características da doença não estavam inteligíveis nas ações do protagonista. A situação era semelhante ao comportamento suicida do Dr. Guarani Cardoso, apesar de o protagonista apresentar os impulsos de autodestruição, o chamado suicídio indireto que impele o indivíduo a arruinar-se por própria culpa (KINNER, 2009). No caso do Dr. Guarani Cardoso, o ‘suicídio indireto’ era perceptível no romance por meio dos “pequenos crimes” que colocavam o juiz canalha em situação permanente de risco. Para o colunista de *A Notícia*, o Dr. Guarani Cardoso não era “maníaco”, mas um homem covarde e desonesto como tantos outros que andavam pelas ruas mais movimentadas dos grandes centros.

Em São Paulo, quando era estudante da Faculdade de Direito e dividia quarto com amigo João Tinoco na República Mineira, Manuel Antônio (como era chamado na época) não apresentava sintomas de um indivíduo que sofria de cleptomania, uma neurose impulsiva de furtar pertences alheios de pouco valor em meio a um estado de euforia e prazer momentâneos, classificada (nos dias atuais) como tipo de Transtorno de Controle dos Impulsos (GRANT & ODLAUG, 2008). O bacharel não manifestava mania incontrolável de apossar-se dos objetos dos colegas de quarto, como também dos demais companheiros de faculdade. Seus modos eram irrepreensíveis e respeitados por todos, pois depois de João Tinoco na República Mineira, Manuel Antônio era a “figura mais saliente do lugar” (PIMENTEL, 1895, p. 26).

José Veríssimo compartilhava a opinião de Valentim Magalhães sobre a cleptomania do protagonista:

O tipo do Dr. Guarani é talvez mais frequente que se julga em nossa sociedade, mas, a menos de não aceitá-lo como uma espécie de louco, um cleptomaníaco, e ainda assim não me afigura bem estudado o caso, há falhas manifestas e graves na concepção e exibição dele (*Revista Brasileira* – tomo IV, out/dez 1895, p. 60).

Valentim Magalhães e José Veríssimo não conseguiram ver um cleptomaníaco no Dr. Guarani Cardoso porque as ações do personagem não correspondiam aos sintomas da neurose impulsiva. A motivação de Manuel Antônio para roubar 1 conto de réis não teria se dado pelo impulso de possuir algo que não era dele, mas pela frustração de não ter dinheiro para cumprir as despesas da formatura e do retorno definitivo à casa dos pais:

Desde que chegara a São Paulo, nunca mais regressara a Minas, porque a viagem era dispendiosa e escasseavam-lhe os recursos. Quatro longos anos passaram ele ali, do primeiro ao último dia, vendo todos os colegas partir junto de suas famílias, assistindo-lhes o regressar e só ele ficando, abandonado, sozinho. Agora vivia mais alegre, lembrando-se que estava prestes a acabar, e que, decorridas mais algumas semanas, também chegaria sua vez de ir, ir para sempre, sem saudades da vida acadêmica, que para ele nunca tivera atrativos, toda cheia de provações e miséria. Mas, nem assim, a fatalidade deixava de persegui-lo. Preocupava-se por não ter recebido ainda os quinhentos mil réis que mandara pedir ao pai, e dos quais necessitava imprescindivelmente para as despesas da formatura, e poder finalmente regressar a Ouro Preto. A última carta que tivera de casa havia perto de um mês, fora escrita pela irmã mais velha. Finoca mandava dizer-lhe que o velho se achava enfermo, tendo-se visto obrigado a requerer uma licença. [...] Manuel Antonio não contava com aquele contratempo, terrível para ele, vendo frustrados os seus planos (PIMENTEL, 1895, p. 28-29).

Manuel Antônio, comportando-se como um homem imaturo e inescrupuloso, optou pelo roubo. Sem a mínima expressão de culpa ou remorso na consciência, o bacharel organizou, cautelosamente, “o plano do seu primeiro crime” com orgulho e dedicação:

Saindo da academia, pelas duas horas da tarde, em direção à casa do Pereira Ramos, num longo trajeto a pé, germinou-lhe no pensamento a ideia de apoderar-se do dinheiro de João Tinoco. Repeliu-a de pronto, horrorizando consigo mesmo, sem saber de que modo lhe tinha vindo ela. Procurava fugir a obsessão, mas a ideia lhe não saía do cérebro, voltando sempre, fixando-se obstinadamente. Era tal a insistência que chegou a rir-se; e parando no meio da rua, exclamou em voz alta: <Estou louco!> Depois, vendo que o seu pensamento prosseguia sempre, começou a imaginar o furto com todas as suas peripécias [...] Comprazia-se agora em repetir o plano. Acariciava-o, aninhando-se no cérebro, admitindo todos os prós e contras de bom êxito, imaginando os mínimos pormenores (PIMENTEL, 1895, p. 44-45).

4.6 *Um canalha e os gêneros jornalísticos*

Definitivamente, os críticos descartaram a definição de “cleptomaníaco” para o comportamento de Dr. Guarani Cardoso, conforme indicou a réplica de Figueiredo Pimentel. Para Veríssimo, o tratamento ficcional dado ao roubo de 1 conto de réis não tinha o propósito de representar os desvios de caráter do protagonista, mas o de configurar os recursos narrativos do gênero romance-folhetim a partir das influências dos famosos folhetinistas franceses do século XIX, como Emile Gaboriau (1832-1873) e Xavier de Montépin (1823–

1902), folhetinista francês que obteve grande popularidade na imprensa brasileira durante o século XIX, com romances, novelas e dramas populares (MENDES & VIEIRA, 2013).

Há neste romance uma curiosa mistura de aptidão para o gênero que os franceses chamam *roman feuilleton* e da preocupação evidente de fazer psicologia segundo a maneira naturalista. O início do romance, a descoberta do roubo praticado por Manuel Antonio, o “canalha” que dá nome ao livro, e o final, a sua prisão, a vingança de Lúcio Ferraz e o suicídio, de Manuel Antonio, transformado então em Dr. Guarani, são puro Gaboriau ou Montépin como à mesma escola pertencem outras cenas desse livro (*Revista Brasileira*, tomo IV, out/dez 1895, p. 60).

Nos três primeiros capítulos de *Um canalha* observa-se o forte diálogo entre o naturalismo e o “romance judiciário”, gênero ficcional baseado nas notícias sobre crimes do cotidiano e julgamentos de tribunal. Na França, o “romance judiciário” foi difundido pelo escritor e jornalista Emile Gaboriau, que publicou vários romances-folhetins de sucesso no *Le Petit Journal*, cujos temas eram extraídos das reportagens policiais publicadas pela imprensa parisiense (PORTO, 2009). Preferencialmente, os crimes ficcionalizados pelo Gaboriau eram os delitos que exigiam exercício mental de descoberta do criminoso (como roubos e assassinatos). A preferência pelo método criminal justificava-se pela possibilidade de focar, detalhadamente, nos processos de coleta, detecção e interpretação de provas. Entre os leitores de ‘ficção policial’, o nome de Gaboriau é sempre associado ao *Monsieur Lecquoq* (1869) – “romance judiciário” que descreve o cotidiano de um detetive *expert* em mentes criminosas, disfarces e método científico (PORTO, 2009).

A descoberta sobre a identidade do ladrão não omitia referências diretas a Gaboriau no romance de Figueiredo Pimentel, conforme ressaltou Veríssimo. A perícia de Carlos Faísca (um dos amigos de Manuel Antônio) na investigação teria sido baseada nas leituras do “romance judiciário” do folhetinista francês. Ao saber que seu primo João Tinoco tinha sido roubado, Faísca começou uma verdadeira ‘diligência policial’ para descobrir o culpado:

Faísca, de gênio estabanado, inquieto, volúvel, indignava-se com exagero, fazendo conjecturas e reflexões sobre o caso, sem cessar de falar, indagando de tudo minuciosamente. Queria descobrir os ladrões e começou a pesquisar. Foi ao seu quarto, e trazendo outra luz, encaminhou-se para a janela, ao passo que falava, expondo o seu plano. Havia de reconstruir todo o crime, precisar mais ou menos as horas, a escalada, o arrombamento, o número dos assaltantes, todas as peripécias em suma, ponto por ponto, episódio por episódio. Imbuído dos romances criminais de Emile Gaboriau, que lhe eram leitura favorita, julgava-se com decidida vocação para agente de polícia, perspicaz e fino, de grande atilamento e sutilíssimo faro. [...]

- Eis aí, meninos! exclamou Faísca, as minhas previsões vão tomando caráter de certeza. É claro como água que o roubo não podia ter-se dado antes das sete e meia, nem depois das dez. Fez uma pausa e continuou: - Não há que ver! Errei minha vocação, nasci para agente de polícia, e se me indicasse a profissão, daria um segundo *Sr. Lecoq* (PIMENTEL, 1895, p. 12-13).

Quando o ‘detetive’ Faísca descobriu que Manuel Antônio era o autor do crime, o estudante não escondeu a vaidade: “vangloriava-se de haver sido o descobridor do ladrão, pois se não fosse ele todos suporiam que houvesse sido gente de fora” (PIMENTEL, 1895, p. 35).

O caráter folhetinesco de *Um canalha* (pouco literário segundo as apreciações da tradição crítica) configurou-se na trajetória nada brilhante de juiz de Macaé do Dr. Guarani Cardoso – o caminho do anti-herói cheios de atalhos, peripécias e “vícios”. Para encenar a queda do protagonista, o romance organizou-se a partir dos eixos narrativos do enredo do romance-folhetim, como roubos, trocas de identidade, vingança, prisão e suicídio (MEYER, 1996). No romance, testemunhamos duas trocas de assinatura do protagonista devido às circunstâncias do momento e, principalmente, para ocultar seu passado condenável. A primeira substituição de nome – Manuel Antônio (bacharel) pelo Dr. Guarani Cardoso (advogado) – se deu na ocasião de colação de grau para ‘apagar’ o roubo na República Mineira, em São Paulo. A segunda troca de nome – Dr. Guarani Cardoso (juiz) pelo Manuel Guarani Campos (pagador geral da Fazenda) – se deu durante as passagens do canalha pelas cidades de Macaé, Campos e Niterói, com o objetivo de fugir dos credores e dos processos criminais abertos contra ele.

A aproximação de *Um canalha*, um romance naturalista, ao gênero romance-folhetim, apontada pela leitura de José Veríssimo, mostra como o naturalismo podia explorar as inter-relações entre o jornalístico e o literário – dois regimes textuais que se associavam no século XIX (THÉRENTY, 2007). Com a proposta de diluir as fronteiras entre os gêneros textuais (notadamente na relação tratado científico/prosa ficcional), o naturalismo renovava o gênero romanesco. A absorção pelas ficções naturalistas dos discursos de outras áreas permitiu ao naturalismo elaborar um programa estético que promovia uma crise do romance, a ponto de alguns críticos chamarem a produção da estética de ‘antirromance’, devido à ruptura radical com a fórmula tradicional do gênero (BAGULEY, 1990; CATHARINA, 2006).

Na leitura do romance observamos inconsistências entre capítulos, quando uma dívida de 40 contos de réis aparece como sendo 35 contos em outra ocasião. Compreendendo *Um canalha* como um romance “folhetinesco”, como apontou José Veríssimo, observamos que o texto apresenta características típicas da escrita “*au jour le jour*”, que expõem as limitações das produções ficcionais feitas às pressas, sem o privilégio de uma revisão apurada do texto (MEYER, 1996).

Em *Um canalha*, Veríssimo compreendia a relação híbrida entre naturalismo e romance-folhetim como um recurso ficcional sem originalidade, usado para conquistar a atenção dos “leitores comuns dessa casta de romances” (*Revista Brasileira*, out/dez 1895, p.

60). Os romances desse gênero, segundo o crítico, serviam para entreter esse tipo de público por meio da imaginação viva e excitada dos escritores. Para Veríssimo, a trajetória do canalha de Figueiredo Pimentel seguia o exemplo das aventuras dos bandidos engenhosos de Xavier de Montépin e outros folhetinistas.

4.7 Dr. Guarani Cardoso em Macaé

Em Macaé, o juiz Guarani Cardoso cometeu “sucessivas tricas forenses, vendendo sentenças e espoliando constituintes” (PIMENTEL, 1895, p. 82). À custa da ilegalidade, ele e a esposa Isabelinha viviam “uma existência faustosa”, com excessivas despesas, jantares e *soirées* nas companhias das altas figuras da sociedade burguesa macaense (PIMENTEL, 1895, p. 76). A iminência de ser desmascarado no tribunal obrigou Guarani Cardoso a renunciar ao cargo de juiz para dedicar-se à advocacia. Advogando na cidade, Dr. Guarani Cardoso conquistou uma clientela considerável. Candido Ferraz (seu amigo) lhe indicava muitas causas, pois a maioria dos clientes não conhecia o caráter corrupto do ex-juiz. O fim da carreira de advogado foi a espoliação de 15 contos de réis de uma constituinte, a viúva Dona Margarida. Com o dinheiro na mão, Dr. Guarani Cardoso pagou suas dívidas com todos os comerciantes da cidade e o barão de Lamego (antigo agiota que emprestava dinheiro sob hipotecas de prédio e de escravos).

Dona Margarida, ciente do roubo praticado pelo próprio advogado, retirou-lhe a causa e entregou-a ao seu arqui-inimigo, Dr. Licínio Lemos. Intimado a pagar o dinheiro desviado em 15 dias, Dr. Guarani Cardoso pensou em suicídio, mas não tendo coragem para dar fim à própria vida, preferiu contrair outro empréstimo. Nesse momento, Guarani Cardoso lamentou a transferência de Candido Ferraz para a cidade de Campos, porque nunca solicitava empréstimos pessoalmente e o amigo lhe servia de intermediário para negociar entre ele e o barão. Diante do impasse, o canalha cogitou dois planos para tirá-lo do empecilho: a primeira ideia foi assassinar o barão, simulando um assalto à residência do agiota: “toda Macaé sabia que o capitalista mantinha um cofre cheio de dinheiro em casa” (PIMENTEL, 1895, p. 136). E a segunda foi solicitar à sua esposa Isabelinha que se entregasse ao barão em troca de 20 contos de réis.

Após algumas horas, Dr. Guarani Cardoso decidiu-se pela segunda ideia, que lhe parecia ‘mais adequada’. Segundo sua análise, “o barão de Lamego era um velho devasso e maníaco por mulheres” e não criaria obstáculos para emprestar o dinheiro sem correção de juros (FIGUEIREDO PIMENTEL, 1895, p. 80). A ideia de “mercadejar a honra da esposa”

(*A Notícia*, 06 a 07/08/ 1895, p. 1), como escreveu com espanto Valentim Magalhães, resolvia os 15 contos de réis roubados, mas apenas trocava uma dívida por outra, pois a dívida dos 20 contos com barão ficaria pendente. Para sair ileso das trapagens, o Dr. Guarani Cardoso recorreu ao Candido Ferraz para facilitar um financiamento no valor de 35 contos de réis no Banco da Província, no qual trabalhava como tesoureiro.

4.8 Dr. Guarani Cardoso em Campos

Com a reputação arruinada em Macaé, o Dr. Guarani Cardoso partiu para Campos, na esperança de abrir um escritório de advocacia e consolidar uma clientela com apoio de Candido Ferraz. Chegando lá, não só conseguiu casa mobiliada pelo amigo, como também uma calorosa recepção dos conhecidos do tesoureiro. Estimado pelos clientes do Banco da Província, Candido Ferraz compartilhou a simpatia que lhe era devotada pelos campistas com o Dr. Guarani Cardoso. Plenamente constituído em Campos, a vida do canalha começou a “prosperar ilicitamente”. A do amigo, entretanto, dava sinais de decadência, por causa da conspiração dos demais advogados da região, que se viram prejudicados pela forte propaganda do tesoureiro a favor do ‘advogado forasteiro’:

Ferraz, no exagero da amizade sincera que votava ao amigo [e alheio aos por menores das canalhices do Dr. Guarani Cardoso], apresentava-o como notável advogado, de grande talento e muito ativo, elogiando-o sem cessar, em qualquer lugar onde estava, no próprio edifício do banco, em casa dos conhecidos, e mandando publicar longos e pedidos laudatórios em que o elevava ao último céu. Já era uma verdadeira monomania. [...] Afluíam-lhe causas, que o Candido arranjava, comprometendo-se assim com os demais advogados, alienando simpatias que adquirira. Começaram a mover surda guerra contra o honesto funcionário público, a pretexto de que se imiscuía em política, fazendo pressão nos seus subalternos, quando de fato era alheio às lutas partidárias e rivalidades dos chefes, nunca se tendo manifestado nem como simples eleitor. Enquanto Ferraz perdia amizades, o Dr. Guarani vivia folgadoamente, atravessando um período de grandeza e prosperidade (PIMENTEL, 1895, p. 150–151).

O revés na vida de Candido Ferraz tomou proporções gigantescas. Perseguido pelo grupo dominante do governo, o tesoureiro foi exonerado e expulso de Campos. Proprietário de uma casinha alugada em Macaé, Candido Ferraz não tinha expectativas de viver na cidade, porque o dinheiro do aluguel era pouco e as oportunidades de emprego na cidade eram no funcionalismo público, e o ingresso no setor era por indicação. Com muito esforço, o ex-tesoureiro conseguiu um modesto emprego no Rio de Janeiro e uma pequena casa na Rua do Calimbá, em Niterói, onde passou a viver, precariamente, com a esposa Dona Malvina e os

filhos, Lucio e Godofredo. Informado da situação adversa dos Ferraz, Dr. Guarani Cardoso emprestou ao solícito Candido, “espontaneamente, 1 conto de réis, mas aceitando a letra que o amigo por delicadeza se oferecia a passar” (PIMENTEL, 1895, p.150-151).

Outra vez a adversidade atingiu Guarani Cardoso em Campos. Sem o título de juiz, muito mais endividado e desprestigiado na sociedade campista, o advogado assistiu à própria decadência:

Passada a primeira impressão que despertara, novo, ainda em Campos, apagada a influência momentânea que conseguira ter sobre o espírito da população, foi decaindo no conceito público. Quatro anos depois estava desmoralizado, como em Macaé, muito pouco procurado, sem quase nada a fazer, tendo apenas causas perdidas em que era preciso usar de chicana, ou processos indignos, demandas, cobranças de dívidas e penhoras (PIMENTEL, 1895, p.153–154).

Acossado pelos agiotas, Guarani Cardoso, sem ter a quem recorrer, escreveu a Candido Ferraz “pedindo que lhe pagasse o conto de réis e os juros legais, conforme a letra em seu poder” (PIMENTEL, 1985, p.154). Doente e impossibilitado de efetuar o pagamento, Candido não respondeu imediatamente ao advogado, pois “confiava na afeição do amigo, recordando-se do muito que lhe era devedor, quando se vira prestes a suicidar-se, perseguido pelo barão de Lamego” (PIMENTEL, 1985, p. 154). Depois de um mês, Guarani Cardoso executou a dívida de 1 conto de réis, e Candido Ferraz recebeu o comunicado de penhora dos seus parques bens. Desamparado e sem dinheiro, o ex-tesoureiro não suportou o golpe e morreu. O desenlace do evento suscitou o desejo de vingança do seu filho Lucio:

Seguindo o pequeno processo, que correu à revelia dos trâmites legais, procedeu-se a penhora. Eram quatro horas da tarde, e Candido Ferraz jantava em companhia da mulher e dos dois filhos, Lucio e Godofredo, quando bateram à porta. O mais velho [Lucio] acudiu e voltou pálido, trazendo a precatória que os oficiais de justiça acabavam de entregar para proceder a penhora. Forçoso foi obedecer ao mandato judicial, e a família, muda de espanto, opressa pela comoção, acompanhou os beleguins que arrolavam os móveis. Lágrimas jorravam caudalosamente dos olhos dos dois velhos, enquanto Lucio, calmo na aparência, frio, severo como um juiz, assistia ao desfilar das cenas. Nessa ocasião jurou de si para si que se havia de vingar contra aquele que fazia chorar seis pais, fosse qual fosse a vingança, em qualquer época da vida. Não pronunciou, porém, uma só palavra, e a sua fisionomia contraía-se num ríctus sinistro, arregaçado o lábio superior, mostrando as presas como um canino. Meses depois, o velho funcionário público morria, cheio de desgostos, sem nunca esquecer a ingratidão do amigo que julgara leal, e por quem se sacrificara, destruindo todo o seu futuro e o futuro de sua família, impossibilitando os filhos de prosseguirem nos estudos. [...] O Dr. Guarani sabia das circunstâncias em que ficara a viúva e não obstante ter sido censurado por todos quando ordenara a penhora, prosseguiu com o processo. Os móveis não tinham chegado para o pagamento da letra, e fez levar à praça a casinha de Macaé – a única fortuna da família Ferraz (PIMENTEL, 1895, p.155 -156).

4.9 O fim do Dr. Guarani Cardoso em Niterói

Nas ações finais do romance, Figueiredo Pimentel valeu-se do tema da vingança, realçando o caráter folhetinesco de *Um canalha*. Passados oito anos da morte do pai, Lucio Ferraz, jovem de 24 anos e redator do conceituado jornal político *A Nação*, de Niterói, descobriu o paradeiro do canalha Guarani Cardoso e seus recentes golpes – os cofres públicos de Niterói. Sem condições de permanecer em Campos, Guarani Cardoso solicitou a Pereira Ramos – atual conselheiro da província de Campos e antigo colega de faculdade que lhe indicou o cargo de juiz em Macaé – um “lugar no funcionalismo público” (PIMENTEL, 1895, p. 156). Em consideração aos tempos de camaradagem em São Paulo, Pereira Ramos “criou para ele o lugar de pagador geral com vantajosos vencimentos” (PIMENTEL, 1895, p. 156):

Tomando posse do cargo, o advogado passou assinar Manuel Guarani todas as vezes que firmava papéis de caráter oficial, abandonando a antiga rubrica de Guarani Cardoso que adotara desde formado. Mudou-se para Niterói, mas nem assim passou despercebido, e os credores de Campos continuavam a persegui-lo (PIMENTEL, 1895, p. 156).

A solicitude de Pereira Ramos mostra como a censura ou constrangimento aos atos ilícitos cometidos pelo Guarani Cardoso eram tolerados pela classe social e jurídica dominantes da década de 1880, ficcionalizadas no romance. Os comentários sobre as canalhices do ex-juiz, propagandeados pelos campistas e macaenses, não impediram ao advogado Guarani Cardoso de ser promovido ao cargo (devidamente criado para ele) de “pagador de impostos”. De acordo com a “autoridade estabelecida”, tipos humanos como o de Guarani Cardoso – advogados desonestos com relações sociais importantes – tinham acesso livre aos âmbitos de poder e prestígio.

As críticas à corrupção, em *Um canalha*, contradiziam a opinião de Valentim Magalhães sobre a falta de referência política na história. Para o crítico, embora o romance tivesse na capa “um grande barrete frígio, um globo com a inscrição Ordem e Progresso e a divisa da República Francesa”, não discutia nada de política e, ainda, decepcionava a expectativa do leitor iludido pelos ícones ilustrados na capa (*A Notícia* 06 a 07/08/1895). Embora não houvesse grandes debates sobre questões sociais e significativas para o final do século XIX, como a abolição da escravatura (1888) e a República (1889), o romance interessava-se em discutir (de modo irônico e despretensioso) os fatos ordinários das pequenas (e corriqueiras) questões políticas “dos canalhas” que frequentavam o alto escalão do funcionalismo público dos governos regionais.

A impunidade dos “canalhas” era tema banal nas páginas dos jornais, e Lucio Ferraz, sendo um homem de imprensa, sabia disso. Para reverter “a premiação” do algoz do seu pai, Lucio empenhou-se para desmascarar Guarani Cardoso (ou Manuel Guarani) diante das autoridades públicas. Quando soube, por Leandro Martins (funcionário da Pagadoria Pública e amigo do seu irmão Godofredo Ferraz), que o pagador geral da província de Niterói tinha desfalcado 40 contos de réis do erário, Lucio denunciou-o, com provas, ao presidente da província (o visconde S. Gil). De imediato, o presidente nomeou uma comissão, em segredo, para verificar os documentos da Pagadoria Geral na Rua do Imperador, que confirmou o desfalque na presença de Manuel Guarani:

Pouco tempo bastou, e, pelo livro caixa, a comissão verificou o desfalque. Devia haver em depósito, dentro do cofre, em dinheiro, **206:814\$215** [duzentos e seis contos, oitocentos e quatorze mil e duzentos e quinze réis]. Conferida a quantia existente, encontrou-se apenas a de **171:614\$000** [cento e setenta e um contos, seiscentos e quatorze mil réis] havendo, portanto, uma diferença, para menos, de **35:200\$215** [trinta e cinco contos, duzentos mil e duzentos e quinze réis]. O Sr. Pacheco [diretor da fazenda] e o contador, que não tinham compreendido o fim da comissão de que haviam sido encarregados, nunca imaginando que o pagador geral fosse capaz de roubar, ficaram pasmos ante a evidência esmagadora das cifras (PIMENTEL, 1895, p.161-162, grifos nossos).

Impedido de fugir das evidências do desfalque e das manchetes dos jornais do dia seguinte, o pagador Manuel Guarani foi preso em flagrante e conduzido à prisão do corpo militar de Niterói para os trâmites legais da justiça. Alojado em cela especial, de acordo com “a prerrogativa de que era bacharel em direito, tendo sido magistrado e exercido cargo de confiança” (PIMENTEL, 1895, p. 166), Guarani Cardoso recebeu a visita de Lucio Ferraz. Com a emoção de uma trama folhetinesca, o romance ressaltou a “justiça” de um filho e, por extensão, de vários anônimos que tinham a imprensa como porta-voz, no exercício de registrar os inúmeros casos criminosos praticados contra a sociedade:

[Lucio Ferraz] - Sabe bem quem sou, e pode, deve imaginar bem o que pretendo. É preciso, em seu próprio benefício, que me ouça. Farei todo o possível para ser breve... Venho lembra-lhe que houve um dia em que V.S. perseguiu meu pai. Eu tinha dezesseis anos apenas. Era uma criança, mas recorde-me bem. Oficiais de justiça, beaguins reles, entraram em nossa casa e penhoraram por ordem sua todos os pobres móveis que tínhamos. Guarani quis falar. Fez menção de interromper, movendo os lábios, mas Ferraz atalhou-lhe a palavra:

- Vim para ser ouvido. Nós nos odiamos, a nossa presença incomoda-nos mutuamente. Acabemos com isso... Sim, foi por ordem sua que penhoraram e levaram à praça os nossos móveis. Lembro-me ainda desse dia, desse terrível instante. Estávamos jantando, quando os beaguins entraram. Vi meu pai chorar, vi minha mãe chorar. A dor que experimentei, vendo aquele homem, tão bom e tão desgraçado, chorar a ingratidão, a pérfida, a infâmia daquele quem ele julgava leal, e seu maior amigo – a minha dor foi terrível. Juro vingar as suas lágrimas. Mais tarde

jurei vingar sua morte.... Fez uma pausa. O ex-pagador ouvia-o calado. Sentia o remorso remorder-lhe a alma. A consciência ameaçava-o. Sufocava-o. Lucio Ferraz prosseguiu:

- Estou convencido de que a principal causa da sua morte foi aquela penhora... Eu podia ter-me vingado há mais tempo [...] Resolvi, porém esperar ainda, tendo a convicção de que a minha hora havia de chegar. E chegou! Hoje eu sou jornalista, dirijo a opinião pública. Todos consideram-me, muitos receiam-me, e alguns estimam-me. V.S. é um réu de polícia. Estou vingado! (PIMENTEL, 1895, p.168 - 169).

Honrado na sua vingança, Lucio Ferraz quis humilhar Guarani Cardoso pela última vez. Ciente da covardia do canalha, o jornalista ofereceu-lhe um frasco cheio de água que simulava conter veneno. No intuito de provocar o advogado, Lucio desafiou-o ao suicídio: “tenha coragem e beba!”. Dirigindo-se para porta, reiterou: “só lhe resta morrer, suicidar-se... o que duvido...” (PIMENTEL, 1895, p. 170). No dia seguinte da visita, Guarani Cardoso recordou das palavras fatais do jovem e levou, por impulso, o suposto veneno à boca, porém atirou-o ao chão, partindo-se em vários pedaços. Na tentativa de afastar o pensamento sinistro do suicídio, Guarani Cardoso solicitou ao guarda que lhe trouxesse o jornal *A Nação*, para saber se tinha havido algum comentário sobre o desfalque dos cofres públicos niteroienses. A curiosidade do protagonista pela ‘opinião pública’ da imprensa configurou um traço do processo narrativo dos romances naturalistas, o de apropriar-se dos casos de crime com grande repercussão na sociedade – como fez Aluísio Azevedo em *Casa de pensão* (1884) – para ser o elemento principal da ficção, no caso de *Um canalha*, o estelionato. De posse do jornal, Guarani Cardoso leu sua própria história de “falcatruas e golpes na praça” e, impactado com as notícias, selou seu fim trágico aos 40 anos de idade:

[...] O soldado entrou; recebeu [Guarani Cardoso] o periódico ainda úmido, cheirando a tinta d’impressão. Abriu-o e feriu-lhe a atenção logo na primeira página, em grandes títulos e subtítulos, a notícia extensa, minuciosa, completa do desfalque. Quando terminou a leitura, encostado à janela, custando a ler, à claridade dúbia da manhã, deixou o jornal cair, e ficando os cotovelos no peitoral, firmando os joelhos na parede, encostou a cabeça nas mãos. Levou, assim, três minutos, pensando na mulher que tinha ido uma semana antes para Macaé visitar a família.

De repente ergueu-se a toda a altura, esticando o corpo. Os seus olhos chamejavam, tiritava de frio, mas tinha a cabeça em fogo. Olhou fixamente para o lajedo da calçada, debruçou-se pouco a pouco no peitoral, e deixou-se cair de cabeça para baixo.

A sentinela deu o alarme bradando às armas. Soldados correram e levantaram o corpo, a cabeça fraturada por onde os miolos saíam. Levaram-no em braços para enfermaria, atravessando o pátio e as salas, assinalando o trajeto fúnebre por um grosso fio de sangue que escorria, desde a calçada, onde empecêra, até o hospital (PIMENTEL, 1895, p.171-172).

4.10 *Um canalha*, naturalismo, Flaubert e Zola

Se Veríssimo ainda assim percebia uma “imaginação inventiva” em Figueiredo Pimentel, Valentim Magalhães discordava dessa opinião. Na tréplica ao escritor, o colunista de *A Notícia* insistiu na crítica à caracterização do Dr. Guarani Cardoso, alegando que o personagem era “sem novidades, sem vigor de observação, sem interesse de leitura” (*A Notícia* 10 a 11/08/1895, p. 1–2). Para Valentim Magalhães, Figueiredo Pimentel deveria ter imitado o processo de trabalho do romancista francês Gustave Flaubert (1821-1880), que criava protagonistas vulgares como o Dr. Guarani, porém interessantes. Para o crítico, o naturalismo do autor de *Madame Bovary* (1857) era a expressão mais autêntica da “escola naturalista, ou naturista, na expressão de Goncourt (que é preferível) e que Zola refinou, exagerando” (*A Notícia* 10 a 11/08/1895, p. 1-2). Para ilustrar, Valentim Magalhães citou o prefácio de Guy de Maupassant (1850–1893) ao livro *Lettres* (1884), com as cartas de Flaubert a George Sand, que expunha a técnica flaubertiana, capaz de revelar a psicologia dos personagens sem “dissertações explicativas”:

No soberbo prefácio às cartas de Flaubert a George Sand escreveu d’ele o inditoso Maupassant o seguinte: ‘Seu processo de trabalho era mais de penetração que de observação. Em lugar de exibir a psicologia dos personagens, em dissertações explicativas, ele fazia simplesmente aparecer pelos seus atos. O interior era assim revelado pelo exterior, sem nenhuma argumentação psicológica. Primeiro, imaginava os tipos; e, procedendo por dedução, fazia esses indivíduos praticar as ações características que eles deviam fatalmente praticar, com uma lógica absoluta, de acordo com os seus temperamentos’ (*A Notícia* 10 a 11/08/1895, p. 1-2).

A declaração de Valentim Magalhães nos indica que a tradição do romance naturalista evocada pelo crítico (e por outros intelectuais da época) não provinha de Zola, mas de Flaubert – reflexão que a historiografia literária dificilmente reconhece (BAGULEY, 1990). Trazida por Valentim Magalhães, a perspectiva de “naturalismo flaubertiano” e de Zola como um “exagerador” revela que, no primeiro momento de circulação da ficção naturalista, os homens de letras trabalhavam com uma concepção diferente da que a historiografia privilegiou: o naturalismo zolista de inspiração científica.

4.11 *Isabelinha*

Artur Azevedo compartilhava com Valentim Magalhães a opinião sobre a “chocante” banalidade do protagonista. Para o crítico de *O País*, o Dr. Guarani Cardoso “como personagem acessório, poderia figurar com vantagem num romance cujo protagonista não

fosse ele; mas como figura principal é [era] muito deficiente” (*O País*, 09/08/1895, p. 1). O aspecto coadjuvante do protagonista ficava evidente nas “tais páginas que [o crítico] não mostraria às donzelas”, pois nelas o juiz canalha e bisonho era “atirado para o segundo plano pela Isabelinha, que t[inha] nas veias o mau sangue da madame Bovary” (*O País*, 09/08/1895, p. 2), escreveu Artur, evocando também a ficção de Flaubert. Nessas sequências, o crítico compreendia que o enredo banal era suspenso pelo escandaloso adultério da esposa de Guarani Cardoso:

O Dr. Soares [um dos amantes da esposa do advogado] falava-lhe perto do ouvido, e ela tinha a sensação de uma carícia muito fina, embebedante, sentindo-lhe o hálito quente. Não respondeu ainda, sem poder falar, e ele prosseguiu com voz triste, recuando um passo:

- Então é certo?! Ah! Eu não me enganei! Antipatiza comigo...aborrece-me... odeia-me, talvez.

Isabelinha tentou ainda falar, com ímpetos de dizer-lhe que se enganava – e ele sabia-o – explodir francamente, na confissão sincera de seu amor, que já não podia contar por mais tempo. Mas debalde! Nem um só monossílabo conseguiu articular. Voltou-se com presteza, julgando ouvir na voz do moço a promessa de uma separação, de um rompimento, de uma despedida para sempre, e fitou-o. Ficaram em frente um do outro; olharam-se; e ele leu-lhe claramente nos olhos, a confissão do que esperava. Foi uma vertigem. Abriu os braços; agarrou-a; enlaçou-a; beijando-a na boca com um beijo longo, demorado, de infinita volúpia, sem que ela resistisse, abandonando-se, deixando cair a cabeça para trás, num longo enervamento, numa inconsciência plena de todo o seu ser. Carlos Soares, continuando a beijá-la, sorvendo-lhe a alma naquele beijo, tomou-a nos braços, como se fora uma criança adormecida, impeliu com o pé a porta do quarto contíguo, e atirou-a sobre a cama (PIMENTEL, 1895, p. 107–108).

As “tais páginas” impróprias para as donzelas, segundo Artur Azevedo, não chegavam perto das “cenas picantes do *Aborto*” e nem ocupavam o centro do romance. Em *Um canalha*, o sexo era tratado de modo subliminar, nas dissimulações de Isabelinha, que buscava satisfazer seu desejo sexual fora do casamento. Considerada a mulher mais bela de Macaé, Isabelinha era muito cortejada pelos homens da cidade, e não sendo indiferente a alguns deles, fora amante de três admiradores, entre eles o maestro italiano Renani, o Afonsinho Sampaio (um amigo de infância) e Carlos Soares (seu amante preferido), conhecido por todos como o “Terror dos maridos macaenses” (PIMENTEL, 1895, p. 144), numa expressão que Figueiredo Pimentel reusaria no título de romance de 1896, *O terror dos maridos*.

Isabelinha casou-se por interesse e nunca sentiu atração pelo tipo físico abrutalhado do Guarani Cardoso. Depois da ultrajante proposta do marido de oferecer-lhe ao barão de Lamego em troca de dinheiro, ela não se constrangia mais em assumir o adultério em público. Sua relação amorosa com Carlos Soares, um homem de “físico formoso e elegante, alto e

esbelto; de mãos brancas e finas de moça”, era o assunto do dia dos fofoqueiros de Macaé (PIMENTEL, 1895, p. 97). Descrita como uma mulher estéril, Isabelinha podia desfrutar o prazer do próprio corpo sem o temor de engravidar, tornando-se senhora dos seus desejos. Em meio às canalhices do Dr. Guarani Cardoso, as transgressões de Isabelinha destacavam sua liberdade sexual, um traço comum às mulheres de outros romances naturalistas, como Lenita em *A carne*, Rita Baiana em *O cortiço*, e Maricota em *O aborto*.

Na maioria dos romances naturalistas de concepção “trágica” (de leitura focada no cientificismo), o corpo feminino é compreendido como ‘motivo da queda’ ou destino de infortúnio da mulher, por causa dos conflitos gerados pelo desejo sexual que ameaçavam a essência da condição humana (BAGULEY, 1990). A trajetória da prostituta Nana, do romance homônimo de Zola, seria exemplar dessa configuração, e também a de Maricota, em *O aborto*. Nessas ficções, o sexo para o corpo feminino era problemático e catastrófico. Devido às regras restritivas das sociedades patriarcais, o desejo sexual da mulher era cerceado por meio do argumento de que o organismo feminino era responsável pela conservação da espécie, e, portanto, devia ser regulado pela lei e pela moral.

Em *Um canalha*, entretanto, o destino de Isabelinha não é a “queda”. A trajetória do personagem não ficou fadada ao sofrimento ou à morte por causa dos seus desejos sexuais. Ao contrário disso, a tranquila rotina de mulher adúltera podia ser mantida ao longo do romance, pois Isabelinha encontrava Carlos Soares na casa da sua comadre Sinhá Rita todas as tardes. O adultério de Isabelinha causou a censura de alguns críticos, como a de Valentim Magalhães, que classificou a personagem como uma “marafona” (*A Notícia* 06 a 07/08/1895, p. 2). O julgamento de Valentim sugere que a crítica também se pautava pelas regras da moral e dos bons costumes, que eram estendidas aos romances naturalistas para julgar e condenar as mulheres que rompiam com as convenções da sociedade burguesa.

4.12 *O aborto* x *Um canalha*

Como os outros críticos, Artur Azevedo notou que o segundo romance de Figueiredo Pimentel não causou a “bulha do escandaloso *Aborto*” (*O País*, 09/08/1895, p. 1). Para ilustrar a expressiva diferença entre as ficções do escritor, o crítico comparou *Um canalha* ao *Simão de Nantua* e *O aborto* aos *Serões do Convento*, dois textos oitocentistas muito lidos na época (*O País*, 09/08/1895, p. 1). Enquanto a *História de Simão de Nantua* era um compêndio de textos usados nas escolas com objetivo de condenar os vícios e exaltar as virtudes na educação das crianças (NUNES, 2011), *Os Serões do Convento* era um “romance para

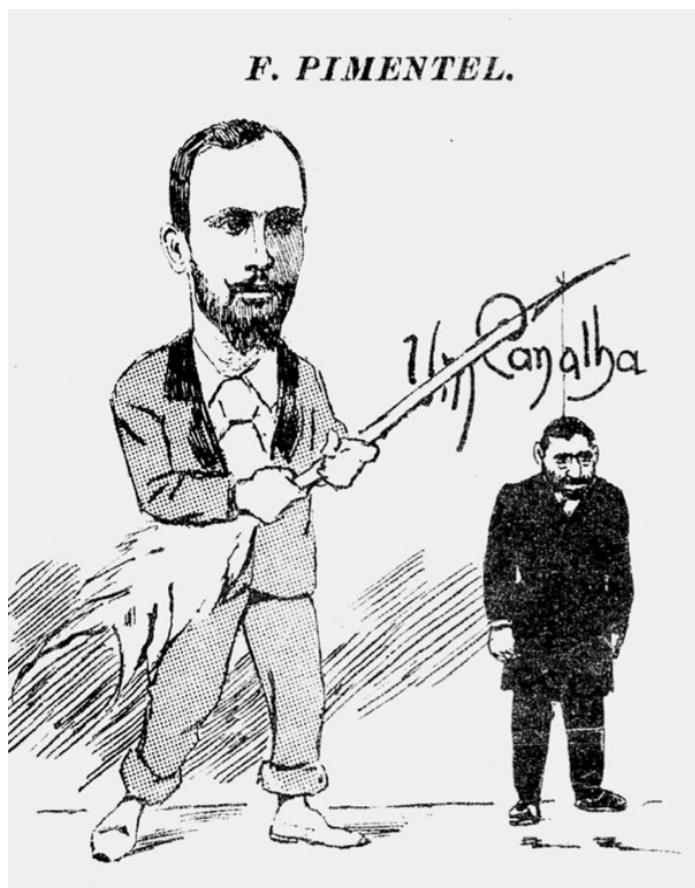
homens” que alavancou as vendas dos livros da literatura pornográfica no Rio de Janeiro do século XIX por mais de quatro décadas consecutivas (EL FAR, 2004, p. 194).

A comparação do crítico parece exagerada, pois as imoralidades do juiz corrupto, o adultério de Isabelinha e as extorsões do barão de Lamego em *Um canalha* estavam longe de servir como exemplos de boa conduta institucionalizada pela sociedade, como era o caso de *Simão de Nantua*. Ao invés de simplesmente condenar as ações dos personagens, o romance apropriava-se de um “conjunto de documentos humanos tomados ao vivo” (ROMERO, 1882, p. 11) para dramatizar os costumes, os hábitos, as pequenas vilezas, os “vícios” e as “virtudes” das relações sociais provincianas das últimas décadas do século XIX. A preferência do romance pelas corrupções humanas, como era comum no naturalismo, fez Valentim Magalhães concluir que “o livro deveria chamar-se *Uma penca de canalhas*. [...] Bonzinho só o pobre Candido Ferraz” (*A Notícia* 06 a 07/08/1895, p. 2).

4.13 *Um canalha* na revista *A Cigarra*

Com uma percepção afastada da tradição crítica dominante e uma proposta boêmia de crítica literária – leve e bem humorada (SILVESTRE, 2008), a *Revista Cigarra/RJ*, redigida por Olavo Bilac, com direção artística do ilustrador Julião Machado, dedicou uma reportagem a *Um canalha*. A apreciação crítica expressava como o romance foi apropriado pelo articulista, denominado Z (que supomos fosse Bilac) e, principalmente, pelos traços fortes e bem marcados de Julião Machado, conhecido como “o cronista do traço” que inovou a linguagem gráfica na imprensa brasileira por meio das caricaturas sobre os “vícios” e os desencantos da modernidade do século XIX (FONSECA, 2012).

Segundo a nota, o romance de Figueiredo Pimentel (associado ao cientificismo) era lido como um “estudo de temperamento” bem elaborado, que “ilustrava a observação da vida brasileira em Macaé, São Paulo e Campos por meio dos tipos felizmente desenhados de Isabelinha e do barão de Lamego” (*A Cigarra*, 08/08/1895). Para o articulista Z, *Um canalha* não ruborizava os “pudicos leitores”, porém não se isentava de “um sabor picante de fruto proibido”. A percepção do articulista corroborava o estranhamento dos demais críticos, tendo em vista *O aborto*, sobre a ausência de pornografia no segundo romance. Em parceria com as palavras do resenhista, Julião Machado deu contornos ao canalha de Figueiredo Pimentel, como também destacou, na ilustração, a perícia do autor em conduzir o protagonista pela história:



Legenda: Figueiredo Pimentel e seu “documento humano apanhado em flagrante”, caricatura de Julião Machado.

Fonte: Revista *A Cigarra*, n. 14, Rio de Janeiro, 08/08/1895, p. 3.

4.14 Outras vozes críticas

Ampliando o debate sobre *Um canalha*, a coluna ‘Sobre a Mesa’, do jornal *A Notícia*, publicou sua opinião sobre o romance de Figueiredo Pimentel na edição dos dias 28 a 29 de agosto de 1895. Sem assinar a coluna, o articulista de *A Notícia* colaborou para expandir a discussão sobre o romance naturalista para além da compreensão restrita de “romance científico” ou “romance experimental”, como também para dissolver a leitura rotulada de Figueiredo Pimentel como autor pornográfico. Apreendendo um naturalismo fora dos padrões tradicionais, o articulista de *A Notícia* achava que *Um canalha* não poderia ter referencial mais autêntico do que a banalidade das “vidas dos tipos comuns e quadros da vida real” (*A Notícia* 28 a 29/08/1895, p. 2). O articulista entendia que era equivocado chamar *Um canalha* de inverossímil, pois “o recente trabalho de Figueiredo Pimentel é [era] toda uma reprodução exata do tipo e dos atos possíveis de um submetido” (*A Notícia* 28 a 29/08/1895, p.2).

O articulista da coluna ‘Sobre a Mesa’ ressaltou que os aspectos da vida mundana encenados no romance não eram passíveis de censura, porque essa qualidade tão criticada do livro, “torna[va]-se o inverso, isto é, um atestado do seu valor, como trabalho reprodutivo da vida comum, obrigado à máxima verossimilhança, que foi justamente o que o autor quis fazer” (*A Notícia* 28 a 29/08/1895, p. 2). Nesse contexto, a percepção da modalidade do que Baguley chama de “naturalismo desiludido” (BAGULEY, 1990) – que valoriza o banal no cotidiano das pessoas comuns em detrimento do excepcional e do sentido regulador da ciência para justificar os “desvios” dos personagens – era considerada como um dos modos possíveis de execução da ficção naturalista no final do século XIX. Para a coluna ‘Sobre a Mesa’, a elaboração de romances sobre temas banais e monótonos (sem o colorido das novidades), como foi feito em *Um canalha*, requeria a perícia de um olhar capacitado em observar o nada de extraordinário da existência humana, ainda que não despertasse o interesse e os aplausos do público leitor e da crítica especializada

As palavras do articulista pareciam responder às apreciações negativas dos críticos dominantes, promovendo a descentralização das vozes críticas e apresentando novas reflexões sobre a estética naturalista:

[...] O livro é todo uma verdade. O Dr. Cardoso, que é, afinal, o canalha que dá o título ao livro, é tão possível, é tão fotograficamente um submetido, desses com quem, como disseram as críticas, acotovelamos diariamente, é tão, enfim, flagrante de realidade do nosso meio qualquer, que firma a certeza no leitor de não ter sido arquitetado por Figueiredo Pimentel. [...] O *Um canalha* como câmara-escura, não conserva as cambiantes, mas, como clichê fotográfico e aço refletor, reproduz tal qual (*A Notícia* 28 a 29/08/1895, p. 2).

De acordo com os registros da imprensa, *Um canalha* não conquistou os aplausos para constituição nada sofisticada do seu “herói – canalha”, porém incomodou a crítica literária tradicional, como também interferiu nas experiências do público-leitor. Na carta-resposta de Figueiredo Pimentel enviada à *Notícia* (para replicar as críticas de Valentim Magalhães) havia recados para alguns leitores mineiros e campistas irritados com o autor:

Aproveito o ensejo para responder a uns mineiros indignados e patriotas campistas que me acusam, censuram, verberam por ter feito o herói nascer em Minas e morar em Campos, garantindo-lhes que esse mineiro é fantástico apenas; e a anônimos que me ameaçam, que não talhei para eles a carapuça... Parece que há muito Guarani por este mundo de Cristo!...

Publicando esta carta, meu caro colega, muito lhe agradecerá o – Figueiredo Pimentel (*A Notícia* – Rio de Janeiro 09 a 10 de agosto de 1895 – 3ª página, Edição da Noite).

Segundo Figueiredo Pimentel, assim como *O aborto*, *Um canalha* foi elaborado a partir de fatos reais, sendo ambos, portanto, um *roman à clef*. A história verídica que “inspirava” o segundo romance do escritor era a do célebre advogado que penhorou os móveis do senhor Antônio de Mello Silva Pimentel, o pai do autor (GRIECO, 1933). Para expor, senão vingar-se do advogado, Figueiredo Pimentel escreveu *Um canalha* baseando-se no mau-caratismo do sujeito e, como um ato de justiça, dedicou o romance à memória do seu pai. O gesto de Figueiredo Pimentel não só atingiu os leitores mineiros e campistas que ficaram indignados com o romance, como também outros leitores, chegando a provocar a intervenção de “um tal volume pela justiça” (GRIECO, 1933, p.112).¹⁵ A confusão gerada em torno da circulação de *Um canalha* sugere que o romance foi apropriado pelo coletivo ficcionalizado na história, não ficando restrito às escrivatinhas dos homens de letras e dos debates da imprensa.

Acrescentando novas percepções na incipiente fortuna crítica de *Um canalha* e sugerindo que a circulação do romance foi além do Rio de Janeiro, o articulista Gaston Savard, da revista paraense *A Palavra*, comentou que o estilo despretenso do último livro de Figueiredo Pimentel fortalecia, no Brasil, a “fase altamente lisonjeira da escola moderna – o naturalismo” (*A Palavra*, 15/09/1895, p. 3). Leitor crítico das produções literárias do escritor e fazendo eco à opinião corrente, Gaston Savard saudou Figueiredo Pimentel por *Um canalha* ser superior “ao nojento *Aborto*” (*A Palavra*, 15/09/1895, p.3). Para o articulista, “*O aborto* – não sendo mais do que isto – foi um livro contra moral” que alcançou monumental projeção, criando em torno do nome de Figueiredo Pimentel uma fama escandalosa. Ao passo que *Um canalha* era uma coletânea de alguns estudos de observação, transparecendo algo de psicológico nos tipos retratados pelo romance, como “o caráter leviano de Isabelinha, a mascarada consciência de Dr. Guarani Cardoso e a lascividade do libidinoso Lamego” (*A Palavra*, 15/09/1895, p.3).

A leitura de Gaston Savard, afastando-se da apreciação negativa da crítica carioca, compreendeu o mau-caratismo do Dr. Guarani Cardoso como condição natural e espontânea da existência humana. Para o articulista, o destemor de Figueiredo Pimentel pelo lado obscuro das individualidades permitiu que o protagonista fosse um homem fisicamente forte, mas covarde, cheio de defeitos e sem atrativos, que diariamente podiam ser encontrados pelas ruas das cidades:

¹⁵A pesquisa não encontrou evidência de alguma ação na justiça contra *Um canalha*.

A covardia de Guarani Cardoso, sendo um homem possante, cheio de vida, é naturalíssima, e vemos constantemente indivíduos dotados de uma força muscular extraordinária, curvarem-se diante de uma criança que lhes fale com altivez e coragem. Esse personagem, o verdadeiro canalha, é um homem avassalado, de um caráter podre (*A Palavra*, 15/09/1895, p. 3).

Na percepção de Savard, a originalidade do romance em descrever o protagonista como “um homem possante e avassalado” era o grande diferencial de Figueiredo Pimentel, pois o escritor desviou-se dos modelos de personagens masculinos da estética naturalista. A observação do articulista chama a atenção para o tipo de caracterização de “fortão covarde” do Dr. Guarani Cardoso, que não é comum nos romances naturalistas. Segundo a perspectiva da historiografia tradicional, o naturalismo descreve a materialidade dos corpos humanos a partir das observações sobre as experiências do cotidiano de vários tipos sociais, especialmente das classes subalternas. Nesse contexto, o “corpo (masculino) do personagem” é configurado como homem “fortão corajoso”, submetido às influências da raça e do meio, como Jerônimo em *O cortiço* e Amaro em *Bom-Crioulo*.

Dono de um corpo másculo e capaz de executar a pesada lida de cavouqueiro, Jerônimo destacava-se na pedreira São Romão, “influenciando os demais companheiros com seu exemplo, tornando-os igualmente sérios e zelosos” (AZEVEDO, 2004, p. 55–56). Em *Bom-crioulo*, o marinheiro era senhor de um “conjunto respeitável de músculos” (CAMINHA, 2009, p.26–28) que o ajudava a realizar pesadas tarefas a bordo com entusiasmo e disciplina militar. As descrições dos corpos de Jerônimo e de Amaro (apesar do determinismo inserido na caracterização dos personagens) sugerem que as associações simbólicas entre homens fortes, corajosos e pobres nos romances naturalistas era um recurso ficcional típico.

De outro modo, Figueiredo Pimentel “esculpiu” o corpo e o temperamento do Dr. Guarani Cardoso por meio da dissociação simbólica entre força, coragem e pobreza. A combinação entre vigor físico e caráter covarde suspendia a imediata alusão aos “fortões corajosos” da estética e, por extensão, banalizava o corpo masculino. A descrição de Manuel Antônio (ou Guarani Cardoso) nos tempos de faculdade fazia uma inversão irônica do homem robusto e valentão:

Manuel Antônio era um mineiro bisonho, de cara larga, mais baixo do que alto, espadaúdo e musculoso, possante como um touro. Quando caminhava, pisando forte e pausadamente, balançando com o corpo, meio curvado para diante, o soalho estremecia sob seus pés. [...] Tinha grande força psíquica e gostava de mostrá-la, alardeando-a sempre que oferecia ensejo propício, pegando pulso, experimentando os músculos, erguendo pesadas cadeiras de jacarandá, com o braço distendido em posição horizontal, e com um peso de arroba, enfiado no dedo mínimo, escrevia o

seu nome por extenso, por cima de uma linha reta traçada na parede. Era indubitavelmente o rapaz mais forte da academia, e, contudo acovardar-se-ia ao menor assomo do adversário, o mais franzino e timorato, que lhe fizesse frente, sem se sentir ânimo para reagir. Mas ninguém conhecia essas particularidades, e como jamais o houvessem visto brigar, todos o receavam (PIMENTEL, 1895, p. 26-27).

Embora seja um romance esquecido nos dias de hoje – só conhecemos o exemplar da Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro –, *Um canalha* provocou um debate profícuo sobre o naturalismo na imprensa durante o segundo semestre de 1895. Com sua esparsa fortuna crítica, o segundo livro de Figueiredo Pimentel nos ajuda a entender como os críticos da época liam o romance naturalista, com seus posicionamentos muitas vezes contraditórios e conflitantes. Perceber *Um canalha* na cena crítica dos seus primeiros leitores revela que a versão da historiografia tradicional sobre o naturalismo no Brasil como “romance científico ou experimental”, segundo Zola, e legitimada nos manuais de ensino de literatura, não era a única. À luz dessas reflexões e nos apropriando das palavras de Gaston Savard, da revista *A Palavra*, o naturalismo de *Um canalha* merece a leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na versão da historiografia tradicional sobre o naturalismo no Brasil, os romances são lidos como cópias (às vezes mal sucedidas) dos romances experimentais de Zola (MENDES, 2006a), nos quais o escritor-cientista empregava teorias de determinismo social e biológico para explicar as ações dos personagens, ilustrando a aliança entre a arte e ciência na literatura da segunda metade do século XIX. Desse ponto de vista, o naturalismo no Brasil, sem relação com o conjunto de circunstâncias modernizantes do período – a crise do modelo escravocrata-patriarcal, a disseminação da cultura científica, as campanhas pela abolição e pela república (MELLO, 2007) –, foi um movimento imposto pelos modismos da literatura francesa, sendo mal assimilado pelos escritores nacionais (PEREIRA, 1988). Embora a leitura da crítica canônica tenha sido legitimada pelos manuais de ensino de literatura a partir do século XX, na década de 1890 as leituras dos homens de letras sobre as ficções naturalistas eram mais complexas e abrangentes, indicando o caráter multifacetado e paradoxal do naturalismo.

Entre os leitores dos romances naturalistas do final do século XIX encontravam-se nomes de críticos renomados da imprensa, como José Veríssimo, Araripe Júnior, Silvio Romero, Valentim Magalhães e Artur Azevedo, assim como outros articulistas fora do circuito da crítica literária tradicional, de outros centros culturais fora do Rio de Janeiro. Nas leituras desses intelectuais, o naturalismo era uma estética nada uniforme, compreendendo uma gama de significados que expandiam a concepção de ‘romance científico’ a partir do modelo do naturalismo francês de Zola. Para Veríssimo, a estética naturalista era decadente e importada da França, porém compreendia que o termo naturalismo ia além do sentido único da “receita zolista” (VERÍSSIMO, 1954). Em 1889, no artigo ‘O Romance Naturalista no Brasil’, Veríssimo sugere a ideia de ‘naturalismos’ na arte literária, ao comentar, a seu ver, a “embaraçosa declaração” de Aluísio de Azevedo no prefácio do romance *O homem* (1887), de que o naturalismo continha “ideias bem claras e seguras”:

Não nos consta, neste obscuro cantinho do Brasil [no Pará], que no mundo literário tenha ficado definitivamente assentado, de modo a não admitir dúvidas nem discussões, o que seja o naturalismo. [...] Os críticos mais eminentes e mais conhecidos não temos ideias bem claras ainda sobre o que seja, em absoluto, o naturalismo, como sabemos perfeitamente o que seja a água. Há, por exemplo, o naturalismo inglês de que George Elliot é o mais eminente corifeu e há o naturalismo francês, cujo é chefe o já repetidamente citado Zola. Há o naturalismo alemão, do qual é Júlio Stinde um dos mais conhecidos representantes e há o naturalismo português, quase resumido na personalidade verdadeiramente singular do Sr. Eça de Queirós. [...] Qual é o naturalismo a que se refere o Sr. Aluísio? Qual

dos naturalismos devemos seguir para ler *O homem*: os dos discípulos ou o do mestre? Na própria França, independente de Zola, e não cito senão os que podem sem dúvida ser compreendidos como naturalistas, artistas fortes e escritores admiráveis, há Afonso Daudet, Hector Malot, Guy de Maupassante, Mirabeau, Bourget e de Gouncourts, para não citar senão os mais eminentes. (VERÍSSIMO, 1977, p. 181 – 196)

No comentário de Veríssimo observa-se a diversidade de estilos e autores naturalistas atuantes na época, que circulavam nas leituras dos críticos das imprensas e dos leitores comuns. Diante da percepção da pluralidade do naturalismo, Veríssimo não hesitou em refletir sobre “qual dos naturalismos” estaria vigente nas obras apreciadas por ele e por seus pares. A consideração à dispersão de sentidos e significados atribuídos ao naturalismo pela crítica literária do final do século XIX nos ajuda a perceber os vários subgêneros e modos de execução da estética. Veríssimo cita nomes de autores naturalistas franceses que se afastavam do modelo científico, como Afonso Daudet (1840–1897) e seu romance satírico *Tartarín de Tarascón* (1872), que ridicularizava as ilusões de um burguês; Guy de Maupassant (1850–1893) e sua extensa produção ficcional no gênero conto, entre eles ‘Miss Harriett’ (1884), sobre o vazio existencial; e o romance *Germine Lacerteux* (1864) dos irmãos Goncourts, – Edmond (1822–1896) e Jules (1830–1870), que relatava o cotidiano de uma empregada doméstica. O comentário do crítico nos alerta para a importância de não se restringir à associação de romance naturalista ao discurso científico. Para ele, a escola naturalista entendida na “concepção estreita” de Zola falsificava o naturalismo (VERÍSSIMO, 1894).

As leituras críticas, na década de 1890, comprovaram a variedade de sentidos do naturalismo no Brasil. Para a historiografia tradicional só interessou a leitura via naturalismo científico, relegando para lugares periféricos outros subgêneros da estética, como o irônico e satírico, o banal e, propomos aqui, o “pornográfico”. Não encontrando lugar na historiografia, as outras modalidades do naturalismo (e por extensão suas produções) foram excluídas e apagadas da memória coletiva. É nessa condição que se encontram, nos dias atuais, os romances de Figueiredo Pimentel estudados nesta dissertação, *O aborto* (1893) e *Um canalha* (1895), respectivamente relacionados às acepções do naturalismo como “pornografia” e como “estética da banalidade”.

Após a morte de Figueiredo Pimentel, em 5 de fevereiro de 1914, a maioria dos jornais brasileiros privilegiou duas facetas literárias do escritor para representar sua trajetória de homem de letras: a de autor de literatura infanto-juvenil e a de cronista da coluna ‘O Binóculo’, da *Gazeta de Notícias*. Na ocasião do primeiro aniversário da morte do escritor, a *Gazeta* publicou um memorial sobre Figueiredo Pimentel, descrevendo-o como “escritor

fecundo que deixou inúmeras produções, livros lidos por todos que amam a literatura brasileira: *Contos infantis*, *Um canalha*, *Suicida!*, *Livro mau* e *O terror dos maridos*”, como também as lições de etiqueta do Binóculo que “influíram para o requinte de hábitos e a boa educação de nossa gente” (*Gazeta de Notícias*, 05/02/1915, p. 2).

No inventário feito pela *Gazeta*, o romance de estreia *O aborto* não aparecia na lista das obras assinadas por Figueiredo Pimentel. A preferência da imprensa brasileira pelas facetas mais bem comportadas do autor aparecia na supressão dessa obra e na fama de escritor “que martelava os zabumbas do escândalo” no meio literário (*A Noite*, 06/02/1914, p. 1). No entanto, na homenagem ao quarto aniversário de morte do escritor, em 1918, as “recordações barulhentas” de Figueiredo Pimentel foram registradas pela *Gazeta*. O jornal recordou os tempos em que o escritor, como autor polêmico, usava o pseudônimo “Chico Botija, que pôs em polvorosa a tranquila vida social de Niterói” (*Gazeta de Notícias*, 05/02/1918, p. 2).

Tomando como parâmetro a eleição da imprensa brasileira pelas obras de Figueiredo Pimentel, a historiografia literária também compreendeu o escritor por meio das suas facetas de maior prestígio: o de autor bem sucedido do gênero de literatura infanto-juvenil e o de cronista da coluna ‘O Binóculo’. As consequências dessa escolha pelas produções de “bom tom” de Figueiredo Pimentel foram o esquecimento da sua faceta naturalista e a dificuldade de localização dos seus romances naturalistas nos arquivos e bibliotecas do país. A busca pelos romances *O aborto* e *Um canalha* comprovou que esses livros tiveram pouco acesso aos acervos públicos, apesar da grande circulação e da repercussão dessas obras no final do século XIX.

A causa para a difícil localização de alguns dos seis mil volumes vendidos de *O aborto* (conforme a opinião pública de 1893) foi a legenda de “romance para homens” atribuída ao livro, rótulo destinado às obras classificadas como pornográficas. A inscrição incitava o interesse dos leitores comuns e dava lucro aos livreiros, mas também criava sérios obstáculos para sua preservação nas bibliotecas públicas (EL FAR, 2004). Considerando os três exemplares que conhecemos de *O aborto*, podemos deduzir que o número pequeno de obras pornográficas nos acervos das bibliotecas públicas reflete a ambígua condição da literatura pornográfica, fosse ela ou não associada ao naturalismo: embora exista socialmente, sua existência será sempre ocultada na sociedade, ocupando sempre os esconderijos dos “livros clandestinos” (MAINGUENEAU, 2010, p.24).

A acepção do naturalismo como “estética da banalidade”, segundo as opiniões dos homens de letras na imprensa, vinha de Flaubert e dos irmãos Goncourt, com a ficcionalização das experiências banais, estéreis e perturbadora da existência humana. Na

releitura do naturalismo do crítico David Baguley (1990), que opera fora do paradigma da crítica literária tradicional, o sentido banal da estética é compreendido como uma vertente conhecida como ‘naturalismo da desilusão’. Na concepção desiludida das ficções naturalistas, o tema central não era a ciência ou, tampouco, os feitos grandiosos de personagens excepcionais, próprios da tradição da epopeia. Nessa vertente, a crença nos dogmatismos das teorias da modernidade científica (o darwinismo, o evolucionismo e o determinismo biológico) era substituída pela desconfiança e pelo desencanto com a Era Moderna. Temas que ilustram esse posicionamento estético, como o tédio, o fracasso, o desamparo, a mediocridade, a trivialidade e a frustração, tornavam-se o ponto de partida para a criação de ficções desiludidas. Nesse contexto, a importância do discurso científico era reduzida, senão satirizada e ironizada pela “visão desordenada” dos naturalismos, que assimilavam os paradoxos e as contradições da civilização industrial do final do século XIX (BAGULEY, 1990).

No *corpus* do romance naturalista brasileiro, o sentido banal do naturalismo foi apropriado e ficcionalizado em contos, crônicas e romances por muitos escritores, entre eles Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Pardal Mallet e Figueiredo Pimentel. *Lar* (1888), de Pardal Mallet, publicado pela Casa *Garraux*, no Rio de Janeiro, e *Um canalha* (1895), de Figueiredo Pimentel, são dois exemplos expressivos de ‘ficções desiludidas’ que aderiram aos “preceitos da banalidade” da estética naturalista – com pouco cientificismo e um imenso interesse pela materialidade da vida, principalmente nos aspectos mais ordinários e mundanos da existência humana.

A dessacralização da ciência nos processos naturalistas era bem recebida por alguns críticos da imprensa. Para o articulista do *Cidade do Rio* (sob pseudônimo ‘Dom Quixote’), “a verdadeira e legítima aspiração do naturalismo é [era] o estudo da vida comum, daquela que não excede além do vulgar” (*Cidade do Rio*, 03/09/1888, p. 1-2). O nada de extraordinário do cotidiano das pessoas transformava a realidade banal na mais valorosa experiência dos homens. Nesse contexto, a mundaneidade e a banalidade eram temas ficcionais mais pertinentes ao imaginário dos escritores naturalistas. Segundo o articulista ‘Dom Quixote’, o naturalismo dos irmãos Goncourt era o exemplo bem sucedido da estética, porque exprimia observações psicológicas sobre o vulgar de modo cru e brutal, sem circunlóquios da “retórica cacete” da doutrina zolista (*Cidade do Rio*, 03/09/1888, p. 1-2).

Numa nota publicada pelo *Cidade do Rio* na edição de 08 de março de 1888 (p. 2), o romance *Lar* era compreendido pelo jornal como um “estudo” sobre a experiência humana que registrava a espontaneidade do cotidiano de uma família pequeno burguesa, porém sem a

sentença do “estudo científico” sobre as vidas dos personagens (MENDES & VIEIRA, 2012). Além de narrar a rotina banal e entediante de cenas domésticas, *Lar* descreve, especialmente, a vida de Sinhá desde seu nascimento ao dia do seu casamento. O romance relata os conflitos rotineiros do corpo feminino em crescimento, que encontra o auge de desenvolvimento com a chegada da menstruação. A “maioridade orgânica” de Sinhá era o grande acontecimento do romance, pois a constituição do “fato fisiológico” (PARDAL MALLET, 2008, p.168) lhe concedia o direito de ingressar no universo da mulher adulta e, por extensão, na experiência dos desejos sexuais legitimados pelo matrimônio (MENDES & VIEIRA, 2012). É a partir dos eventos dos ciclos biológicos e do suceder da vida de pessoas comuns que *Lar* subscrevia-se à “ortodoxia da banalidade” (BAGULEY, 1990), isolando e destacando a condição mundana e transitória da vida.

Segundo as apreciações críticas sobre *Um canalha*, a banalidade do romance era associada à mediocridade do protagonista Dr. Guarani Cardoso, um golpista que sob a toga de juiz cometeu inúmeras fraudes. Numa trajetória (antiépica) de pequenos crimes, o ‘canalha’ de Figueiredo Pimentel era um “bandido vulgar” (*A Notícia*, 06 a 07/08/1895), pois seus crimes não lhe davam a notoriedade de um fora da lei famoso. Segundo o jargão judiciário, Dr. Guarani Cardoso era um criminoso de ‘crimes do cotidiano’, aqueles praticados na maioria das vezes por motivo torpe. Era um homem vil e mesquinho.

No caso de *Um canalha*, as causas mais prováveis para a localização de um único exemplar, o da Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, são a circulação menos expressiva do livro em relação ao sucesso de livraria de *O aborto* e, principalmente, a fama de “escritor imoral” de Figueiredo Pimentel, pois “*O aborto* fez com que fosse criado ao redor do seu nome literário um cordão vigilante de sanidade moral pelos pais cautelosos e pela crítica” (*A Notícia*, 28 a 29/08/1895, p.2). Ainda que *Um canalha* não trouxesse “cenas picantes”, para a recepção crítica os romances naturalistas de Figueiredo Pimentel eram “sinônimos de escândalos” (PIMENTEL, 1896, p.06).

Embora *O aborto* e *Um canalha* adotassem subgêneros distintos da estética naturalista – o pornográfico e o banal –, os romances tinham em comum a disposição para “escancarar aos olhos da realidade” (*A Noite*, 06/02/1914, p.1) as experiências transgressoras da sexualidade feminina, em meio às opressões da sociedade burguesa e patriarcal do final do século XIX. Tanto em *O aborto*, com Maricota, como em *Um canalha*, com Isabelinha, os romances dissociavam a imagem da mulher e seu corpo do sexo reprodutivo. Nas histórias, as personagens simbolizavam os desejos femininos que passavam longe da maternidade e caminhavam para a realização de uma vida sexual não reprimida.

Indiferente à “gritaria infrene em torno da sua assinatura literária” (PIMENTEL, 1896, p.1), Figueiredo Pimentel revelou-se um autor naturalista que soube explorar o veio popular e os temas sensacionalistas do naturalismo – aborto, adultério, suicídio, roubos, masturbação, assassinatos e pequenas vilezas –, consolidando seu nome nos variados modos de execução e subgêneros da estética naturalista. Não encerrando uma verdade absoluta, a voz corrente dos homens de letras da década de 1890, no Brasil, declarava que o naturalismo, antes de ser a escola literária da ciência, era a estética das humanidades em suas diversas manifestações. Nos dois primeiros romances, *O aborto* e *Um canalha*, Figueiredo Pimentel deu o ponto de partida para sua trajetória de romancista naturalista, sem temer críticas e censuras ao “escrever livros sem peias”, que impactaram a sociedade e marcaram a história do naturalismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACCETTA, Abelardo. *O invento Abel Parente ou a esterilização da mulher por uma operação ginecológica sem a castração*. Rio de Janeiro: Cia. Gráfica do Brasil, 1907.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Estilo tropical. A fórmula do naturalismo no Brasil. In: _____. *Obra crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1960. v. 2.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Barcelona: Editorial Sol 90, 2004.

BAGULEY, David. *Naturalist fiction. The entropic vision*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BASTOS, Ana Marta & WEID, Lucas Hippólito von der. Rui Barbosa e o caso Abel Parente. *Cadernos de Iniciação Científica*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 51–70, fev. 2007.

BORTOLONZA, João. O poeta novilatino carioca Antônio de Castro Lopes. *HVMANITAS*, v. 51, p. 301–316, 1999.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 30 out. 2014.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal do Império do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 30 out. 2014.

BULHÕES, Marcelo. Prefácio. In: RIBEIRO, Julio. *A carne*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

CALHAU, Lélío Braga. *Resumo de Criminologia*. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

CAMINHA, Adolfo. *Bom-crioulo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2009.

_____. Um livro condenado. *A Nova Revista*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 40-42, 1896.

CASTRO, Francisco de. *O invento Abel Parente no ponto de vista do direito criminal, da moral pública e da medicina clínica*. Rio de Janeiro: Laemmert e C. Livreiros Editores, 1893.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1943.

CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira. Estética naturalista e configurações da modernidade. In: MELLO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira (Org.). *Crítica e movimentos estéticos: configurações discursivas do campo literário*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2006. p. 105- 136.

CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira. De “O artigo 200” a “O aborto”: trajetória de um romance naturalista. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 47, p. 37-58, jul./dez. 2013.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. v. 1-3.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870–1924)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

FONSECA, Letícia Pedruzzi. *As revistas ilustradas A Cigarra e A Bruxa: a nova linguagem gráfica e a atuação de Julião Machado*. Tese (Doutorado) - PUC-RIO, 2012.

GOULEMOT, Jean-Marie. *Esses livros que se leem com uma só mão: leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII*. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.

GRANT, Jon & ODLAUG, Brian L. Cleptomania: características clínicas e tratamento. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 30, supl. 1, May 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

GRIECO, Agripino. *Evolução da prosa brasileira*. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1933.

GUIMARÃES, M. R. C.: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 501-14, maio/ago. 2005.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: EDUSP, 1985.

HUNT, Lynn. Obscenidade e as origens da modernidade. In: HUNT, Lynn (Org.). *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade*. São Paulo: Editora Hedra, 1999. p. 9-46.

JACOB, Margaret. O mundo materialista da pornografia. In: HUNT, Lynn (Org.). *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade*. São Paulo: Editora Hedra, 1999. p. 169-215.

KINNER, Burrhus Frederic. *Ciência e o comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEÃO, Andréa Borges. *Brasil em imaginação: livros, impressos e leituras infantis (1890 – 1915)*. Fortaleza: INESP; UFC, 2012.

MACHADO, Ubiratan. *Pequeno guia histórico das livrarias brasileiras*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *O discurso pornográfico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARTINS JUNIOR, Carlos. Sob o signo de Otelo: Francisco José Viveiros de Castro e as "contradições" na jurisprudência sobre crimes passionais. *Revista de História*, Universidade de São Paulo, n. 135, p. 61-78, jul./dez. 1996.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MELLO, Publio de. Charlatanismo. Protesto do Dr. Publio de Mello na Sociedade de Higiene do Brasil. In: SOCIEDADE DE HIGIENE DO BRASIL. Rio de Janeiro: Typ. de J. Barreiros e Cia, 1893.

MENDES, Leonardo. As qualidades da incorreção: o romance naturalista no Brasil. In: MELLO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira (Org.). *Crítica e movimentos estéticos: configurações discursivas do campo literário*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2006a. p. 137-165.

_____. Sordid literature: naturalism and sexuality in Brazil. *Excavatio – International Review for Multidisciplinary Approaches and Comparative Studies related to Emile Zola and his Time*, Canadá, v. 21, p. 48-62, 2006b.

_____. O romance republicano: naturalismo e alteridade no Brasil (1880-1890). *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 189-207, jul./dez. 2008.

MENDES, Leonardo; VIEIRA, Renata. Epopeia da impotência humana: naturalismo, desilusão e banalidade no romance brasileiro do final do século XIX. *Revista E-scrita*, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2012.

_____; _____. Mulheres de Bronze: Xavier de Montépin e o folhetim no Brasil. *Revista e-scrita: Revista do Curso de Letras da UNIABEU*, v. 4, p. 92-103, 2013.

_____; _____. Naturalismo e banalidade em *Um canalha* (1895), de Figueiredo Pimentel – *Revista Navegações: Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa*. ISSN: 1982-8527 (artigo no prelo).

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NUNES, Francivaldo Alves. Leitura e escrita nas aulas de ensino mútuo no Pará oitocentista, *Revista Litteris*, n. 7, p. 1-12, mar. 2011.

PEREIRA, Lucia Miguel. *Prosa de ficção (de 1870 a 1920): história da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

PHILLIPS, Adam. *Darwin's worms: on life stories and death stories*. New York: Basic Books, 2000.

PIMENTEL, Alberto Figueiredo. *O aborto*. Rio de Janeiro: Livraria do Povo: Quaresma & Comp., 1893.

_____. *Um canalha*. Rio de Janeiro: Livraria Laemmert, 1895.

PIMENTEL, Alberto Figueiredo. *O terror dos maridos: cenas da alta sociedade*. Rio de Janeiro: Livraria J. R. Santos, 1896.

PORTO, Ana Gomes. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 2009.

RIBEIRO, Julio. *A carne*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

RODRIGUES, H. G. et al. Efeito embriotóxico, teratogênico e abortivo de plantas medicinais. *Revista Brasileira de plantas medicinais*, Botucatu, v. 13, n. 3, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 30 out. 2014.

ROHDEN, Fabíola. *Uma Ciência da Diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

ROMERO, Sílvio. *O naturalismo em literatura*. São Paulo: Tipografia da Província de São Paulo, 1882.

SILVESTRE, Fernanda Munhão Martins. *As crônicas de Bilac nas revistas ilustradas A Cigarra (1895) e A Bruxa (1896-1897)*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

SIMÕES JUNIOR, Álvaro Santos. *A sátira do parnaso: estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

THÉRENTY, Marie-Ève. *La littérature au quotidien : poétiques journalistiques au XIX e siècle*. Paris: Seuil, 2007.

UTAD Jardim Botânico. Jardim Botânico da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Disponível em: <http://jb.utad.pt/especie/juniperus_sabina>. Acesso em: 30 out. 2014.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Ludibriando a natureza: mulheres, aborto e medicina. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 47, p. 43-64, 2007.

VERISSIMO, José. *Estudos brasileiros: 2. série*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1894.

_____. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____. *Teoria, crítica e história literária*. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa. São Paulo: Edusp, 1977.

WERNECK, Caetano. Parecer Médico das Comissões da Sociedade Médica na Sociedade de Higiene do Brasil. In: SOCIEDADE DE HIGIENE DO BRASIL. Rio de Janeiro: Typ. de J. Barreiros e Cia, 1893.

ZOLA, Emile. *O romance experimental e O naturalismo no teatro*. Trad. Ítalo Caroni e Célia Barrettini. São Paulo: Perspectiva, 1982.

Periódicos

Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

- A Noite*, Rio de Janeiro, 06/02/1914, p. 1.
A Noite, Rio de Janeiro, 30/08/1921, p. 4.
A Notícia, Rio de Janeiro, 06 a 07/08/1895, p. 1–2.
A Notícia, Rio de Janeiro, 09 a 10/08/1895, p. 3.
A Notícia, Rio de Janeiro, 10 a 11/08/1895, p. 1–2.
A Notícia, Rio de Janeiro, 23 a 24/08/1895, p. 2.
A Notícia, Rio de Janeiro, 28 a 29/08/1895, p. 2.
A Notícia, Rio de Janeiro, 24 a 25/10/1895, p. 1.
A Notícia, Rio de Janeiro, 20 a 21/11/1895, p. 1.
A Notícia, Rio de Janeiro, 28 a 29/12/1895, p. 2.
A Notícia, Rio de Janeiro, 06 a 07/04/1897, p. 3.
A Notícia, Rio de Janeiro, 20 a 21/04/1897, p. 2.
A Notícia, Rio de Janeiro, 10 a 11/01/1898, p. 2.
A Notícia, Rio de Janeiro, 20 a 21/11/1900, p. 3.
A Notícia, Rio de Janeiro, 18 a 19/03/1904 (página não legível).
A Notícia, Rio de Janeiro, 04 a 05/02/1909 (página não legível).
A Notícia, Rio de Janeiro, 08 a 09/04/1911, p. 1.
A Notícia, Rio de Janeiro, 16 a 17/05/1911, p. 1.
A Notícia, Rio de Janeiro, 19 a 20/10/1912, p. 2.
A Notícia, Rio de Janeiro, 29 a 30/08/1913, p. 3.
A Notícia, Rio de Janeiro, 06 a 07/02/1914, p. 1.
A Palavra, Pará, 15/09/1895, p. 3.
A República, Curitiba, 09/04/1901, p. 1.
A Semana, Rio de Janeiro, 19/08/1893, p. 6.
A Semana, Rio de Janeiro, 08/08/1894, p. 458.
Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 08/03/ 1888 p. 2.
Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 03/09/1888, p. 1-2.
Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 06/02/1893, p. 1.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 25/03/1923, p. 1 e 13.
Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 26/01/1895, p. 1.
Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 02/02/1895, p. 1–2.
Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 26/03/1893, p. 3.
Dom Quixote, Rio de Janeiro, ano 1, 1895, n. 7, p. 3.
Gazeta Médica da Bahia, fevereiro de 1893, p. 336.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 21/05/1882, p. 3.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 25/01/1890, p. 4.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 12/01/1893, p. 2.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 20/01/1893, p. 2.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 24/01/1893, p. 2.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 20/03/1893, p. 4.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 26/03/1893, p. 8.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19/06/1893, p. 1.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 03/07/1893, p. 1.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14/08/1893, p. 2.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 10/07/1894, p. 5.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19/12/1894, p. 2.

- Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 31/07/1895, p. 1.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19/08/1895, p. 3.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 08/03/1897, p. 1.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 28/11/1900, p. 1.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 01/12/1900, p. 1.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 05/05/1901, p. 2.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 02/06/1907, p. 1.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 05/02/1915, p. 2.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 11/02/1915, p. 4.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 05/02/1918, p. 2.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 05/02/1893, p. 1.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19/04/1893, p. 2.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09/07/1896, p. 4.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11/09/1899, p. 3.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19/03/1904 (página não legível).
Jornal do Recife, Recife, 23/08/1893, p. 4.
Minas Gerais Órgão Oficial dos Poderes do Estado, Ouro Preto, 09/08/1892, p. 2.
Minas Gerais Órgão Oficial dos Poderes do Estado, Ouro Preto, 29/06/1896, p. 5.
O Álbum, Rio de Janeiro, ano 1, jan. 1893, n. 1, p. 1.
O Álbum, Rio de Janeiro, ano 1, fev. 1893, n. 7, p. 51.
O Álbum, Rio de Janeiro, ano 1, abr. 1893, n. 14, p. 107.
O Álbum, Rio de Janeiro, ano 1, jun. 1893, n. 25, p. 194.
O Jornal, Rio de Janeiro, 24/07/1920, p. 3.
O Jornal, Rio de Janeiro, 25/03/1923, p. 13.
O País, Rio de Janeiro, 05/02/1893, p. 1.
O País, Rio de Janeiro, 06/02/1893, p. 1.
O País, Rio de Janeiro, 10/02/1893, p. 1.
O País, Rio de Janeiro, 22/02/1893, p. 1.
O País, Rio de Janeiro, 28/02/1893, p. 3.
O País, Rio de Janeiro, 29/02/1893, p. 1.
O País, Rio de Janeiro, 22/03/1893, p. 1.
O País, Rio de Janeiro, 26/03/1893, p. 1.
O País, Rio de Janeiro, 29/04/1893, p. 5.
O País, Rio de Janeiro, 30/05/1893, p. 1.
O País, Rio de Janeiro, 27/06/1893, p. 6.
O País, Rio de Janeiro, 19/08/1893, p. 1.
O País, Rio de Janeiro, 09/08/1895, p. 1.
O País, Rio de Janeiro, 12/08/1895, p. 1.
O País, Rio de Janeiro, 08/08/1901, p. 2.
O País, Rio de Janeiro, 06/02/1914, p. 6.
O Tempo, Rio de Janeiro, 07/10/1891, p. 4.
O Tempo, Rio de Janeiro, 06/08/1893, p. 1.
O Tipógrafo, Rio de Janeiro, 13/11/1867, p. 1.
Revista A Cigarra, Rio de Janeiro, n. 14, 08/08/1895, p. 3.
Revista Brasil Médico, Rio de Janeiro, abr. 1901, n. 13–16.
Revista Brasileira, Rio de Janeiro, tomo IV, out/dez 1895, p. 60–61.
Revista Fon-Fon!, Rio de Janeiro, ano 2, n. 41, 18/01/1908, p. 07.
Revista Fon-Fon!, Rio de Janeiro, ano 2, n. 25, 26/09/1908, p. 11.
Revista Fon-Fon!, Rio de Janeiro, ano 4, n. 38, 17/09/1910, p. 2.
Revista Fon-Fon!, Rio de Janeiro, ano 8, n. 07, 14/02/1914, p. 29.